

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18 DE SETEMBRO DE 2012

Serviço responsável pela execução da deliberação | Gabinete de Apoio ao Vereador Lino Pereira

Epígrafe | 10.3. Concurso Público Internacional para a celebração de contrato de concessão da gestão, da manutenção e da exploração, em regime de serviço público, das Zonas de Estacionamento Pago de Duração Limitada à superfície, do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente, todos sítios na freguesia e Concelho de Leiria. Aprovação as peças do procedimento, designação do júri e pedido de autorização à Assembleia Municipal

Deliberação | Considerando:

Que nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, compete às câmaras municipais deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos;

O alargamento das zonas de estacionamento pago de duração limitada à superfície na cidade de Leiria e, consequentemente, a necessidade de proceder à sua gestão, a qual envolve imediatos investimentos em equipamento e sinalização;

Que os parques de estacionamento, quer o do Mercado de Sant'Ana, quer o do da Fonte Quente, requerem serviços de manutenção e conservação constantes que o Município de Leiria tem vindo a contratar ano após ano, através de empresas prestadoras de serviços;

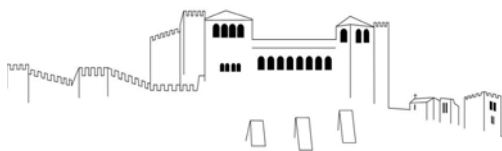
Que o Município de Leiria, atentos os seus constrangimentos financeiros, resultado da conjuntura de crise económica que o País atravessa, não se encontra numa situação que lhe permita assumir as despesas decorrentes daqueles investimentos e serviços;

A concessão, enquanto contrato pelo qual o co-contratante se obriga a gerir, em nome próprio e sob sua responsabilidade, um serviço público, durante um determinado período, sendo remunerado pelos resultados financeiros dessa gestão;

Que por meio deste contrato, o concessionário se obrigará a realizar os investimentos necessários à gestão, manutenção e exploração quer das zonas de estacionamento pago de duração limitada à superfície, quer dos referidos parques de estacionamento, da mesma forma que o faria o Município de Leiria, assegurando aos utentes destes os mesmos serviços ao mesmo custo, pois o pagamento do estacionamento será efetuado de acordo com as taxas fixadas no Anexo ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria;

Os resultados do estudo económico que se anexa,

Propõe-se que seja desencadeado o procedimento de concurso público com anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, para a celebração de contrato de concessão da gestão, da



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

manutenção e da exploração, em regime de serviço público, das zonas de estacionamento pago de duração limitada à superfície, do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente, todos sítios na freguesia e concelho de Leiria

Do procedimento concursal:

1. Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, conjugado com a alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se para aprovação as peças do procedimento, das quais se destaca:

- O Valor da Renda Fixa Global em 10 anos, que corresponde ao valor a pagar pela concessão, não poderá ser inferior a €7.000.000,00 (sete milhões de euros).
- O valor do adiantamento corresponde a 20% do Valor da Renda Fixa Global em 10 anos, da proposta adjudicada.
- O prazo de vigência do contrato a celebrar de 10 anos;
- Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com os seguintes fatores e sub-fatores:

Factor	Sub-factor	Ponderação	
F1: Renda Fixa Global		60%	
F2: Qualidade e Mérito Técnico dos Serviços e Equipamento	F2.1: Capacidade de monitorização e fiscalização das infracções de estacionamento	15%	40%
	F2.2: Controlo do número e horas efectivas de estacionamento	15%	
	F2.3: Métodos de pagamento do estacionamento	35%	
	F2.4: Alimentação dos parquímetros	35%	

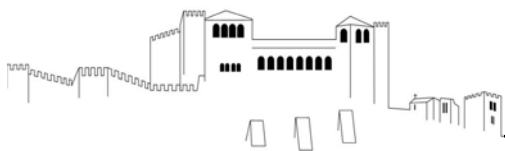
2. Quanto ao modo de apresentação de propostas propõe-se que a entrega ocorra na plataforma eletrónica – www.anogov.com.

3. Mais se propõe que sejam indicados para a constituição do Júri, os seguintes elementos:

- Fernando Almeida (presidente)
- Leonor Correia (vogal efetivo)
- Sofia Pereira (vogal efetivo)
- Leandro Sousa (vogal suplente)
- Filipe Silva (vogal suplente)

4. Ao abrigo do n.º 2, artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), propõe-se, sejam delegadas no Júri nomeado as seguintes competências:

— Prestação de esclarecimentos e retificações de erros e omissões das peças do procedimento (artigo 50.º do CCP);



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

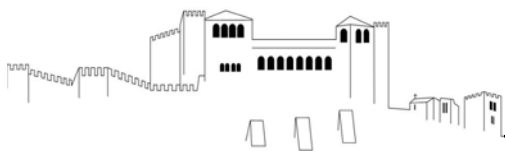
- Decisão de prorrogação de prazos (n.º 4, artigo 64.º e n.º 7, artigo 133.º do CCP);
- Decisão acerca de erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados (artigo 61.º do CCP);
- Decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta (artigo 66.º do CCP);
- Notificação do adjudicatário, em caso de caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia (n.º 2, artigo 86.º do CCP);
- Concessão de prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação, caso não seja imputável ao adjudicatário a não apresentação dos documentos de habilitação, nos termos do n.º 1, do artigo 86.º do CCP (n.º 3, do artigo 86.º do CCP).

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto e concordando com o teor da proposta apresentada pelo Senhor Vereador Lino Pereira, **deliberou por maioria**, com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal ao abrigo do disposto do n.º 2, do artigo 89.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Lurdes Machado, Gonçalo Lopes, Lino Pereira e Isabel Gonçalves e com os votos contra dos Senhores Vereadores José Benzinho, Carlos Vitorino, Gastão Neves, Blandina Oliveira e António Martinho:

- i. No uso das competências fixadas pelos artigos 36.º e 38.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar a abertura do procedimento de concurso público com anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), para a celebração de contrato de concessão da gestão, da manutenção e da exploração, em regime de serviço público, das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada à superfície Pago, do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana – Centro Cultural e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente, todos sítios na freguesia e concelho de Leiria, condicionando a mesma à entrada em vigor do Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.
- ii. Aprovar as peças do procedimento, avocando, para o efeito, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 39.º do Código do Procedimento Administrativo, a competência conferida pela alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por deliberação de 6 de abril de 2010, publicitada pelo edital n.º 63/2010, de 23 de abril, delegou no Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria.
- iii. Designar como membros do júri os supramencionados no **ponto 3**, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP;
- iv. Delegar nos membros do júri, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, as competências enunciadas no **ponto 4**.
- v. Submeter, em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugado com a alínea q) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da referida Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a autorização da Assembleia Municipal, a abertura supra referido Concurso Público Internacional

Deliberou por último, solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Os Senhores **Vereadores José Benzinho, Carlos Vitorino e Gastão Neves** apresentaram uma justificação de voto, cujo teor se transcreve:

«DECLARAÇÃO DE VOTO

Ponto 10.3 da OT da Reunião de 18/09/2012

É nosso entender que os lugares de estacionamento sujeitos a pagamento deverão ser localizados em zonas estruturantes da cidade, onde se exige uma constante renovação de utentes, como forma de dinamização económica da cidade.

São o caso das zonas comerciais terciarizadas e as principais vias de acesso e de atravessamento da cidade, podendo incluir-se também alguns locais de lazer e de permanência onde se pretende proporcionar uma dinâmica de renovação de uso do espaço público de estacionamento para a usufruição de um maior número de utentes possível.

As zonas secundárias limítrofes constituem-se, portanto, como bolsas de estacionamento destinado aos moradores e pessoas que trabalham nas referidas zonas, pelo que não podem estar sujeitas às regras de estacionamento temporário ou serem sobrecarregados os vários agentes que constituem o tecido económico da cidade de Leiria.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD votam contra a iniciativa acima apresentada com os seguintes fundamentos:

- 1- A época de grandes dificuldades económicas que vivem os Portugueses em geral e os Leirienses em particular não comporta mais medidas de taxação como a ora apresentada;
- 2- A Câmara Municipal de Leiria não avalia e não propõe uma solução integrada de estacionamento, que assente numa gestão de impactos desta medida, onde sejam avaliadas as bolsas de estacionamento necessárias de uso livre e o de uso condicionado;
- 3- Por esta medida constituir uma pressão sobre todos os agentes económicos que trabalham na cidade de Leiria;
- 4- Esta estratégia meramente economicista, a ser incrementada, não avalia o impacto sobre a mudança de utilização dos moradores e utentes sobre o espaço público.

Câmara Municipal de Leiria, 18 de setembro de 2012

Os Vereadores eleitos pelo PSD:

José Benzinho

Carlos Vitorino

Gastão Neves»

A Senhora **Vereadora Blandina Oliveira** apresentou uma justificação de voto, cujo teor se transcreve:

«DECLARAÇÃO DE VOTO

(ponto 10.3 da OT da reunião de 18.09.2012 da Câmara Municipal de Leiria)

Na proposta apresentada no mencionado ponto da Ordem de Trabalhos, propõe-se que este Executivo Municipal, no ponto 10.3, Concurso Público Internacional para a celebração de contrato de concessão da gestão, da manutenção e da exploração, em regime de serviço público, das Zonas de Estacionamento Pago de Duração Limitada à superfície, do



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente, todos sítios na freguesia e Concelho de Leiria, delibera:

- No uso das competências fixadas pelos artigos 36.º e 38.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar a abertura do procedimento de concurso público com anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), para a celebração de contrato de concessão da gestão, da manutenção e da exploração, em regime de serviço público, das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada à superfície pago, do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana – Centro Cultural e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente, todos sítios na freguesia e concelho de Leiria, condicionando a mesma à entrada em vigor do Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.
- Aprovar as peças do procedimento, avocando, para o efeito, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 39.º do Código do Procedimento Administrativo, a competência conferida pela alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por deliberação de 06 de abril de 2010, publicitada pelo edital n.º 63/2010, de 23 de abril, delegou no Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

Atendendo a que não é perceptível a verdadeira motivação para a concessão, o prazo estipulado de 10 anos, nem se esta é a melhor alternativa para o Município face ao exposto, **voto contra no ponto 10.3** e apresento a presente declaração de voto, designadamente, para os efeitos do n.º 2 do Art.º 28.º do CPA.

Leiria, 18 de setembro de 2012

A Vereadora

Blandina Oliveira»

O Senhor **Vereador António Martinho** apresentou a seguinte declaração de voto, que se transcreve:

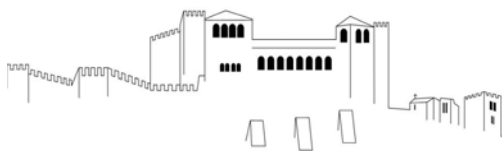
«A medida presente na proposta é de uma tal inoportunidade política, que faz pensar nas reais motivações que levaram a persistir em mantê-la na ordem de trabalhos. Considerando os recentes acontecimentos, que o país viveu e a real situação económico-financeira, revela uma total insensibilidade e distanciamento do sentir da população, neste sentido voto contra.»

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** e os Senhores **Vereadores Lurdes Machado, Gonçalo Lopes, Lino Pereira e Isabel Gonçalves** apresentaram uma declaração de voto, cujo teor se transcreve:

«DECLARAÇÃO DE VOTO

10.3. Concurso Público Internacional para a celebração de contrato de concessão da gestão, da manutenção e da exploração, em regime de serviço público, das Zonas de Estacionamento Pago de Duração Limitada à superfície, do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente, todos sítios na freguesia e Concelho de Leiria. Aprovação as peças do procedimento, designação do júri e pedido de autorização à Assembleia Municipal

Face às declarações proferidas por alguns vereadores da oposição durante a discussão do assunto acima mencionado, importa esclarecer o seguinte:



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

O que está em causa é a opção entre a gestão direta por parte do Município de Leiria sobre Zonas de Estacionamento Pago de Duração Limitada acima identificadas, empregando os seus meios e recursos disponíveis, ou a sua concessão a privados mediante concurso público.

Assim, contrariamente ao que foi afirmado durante a discussão, não se trata de decidir sobre novos locais de estacionamento tarifado, uma vez que essa deliberação já foi tomada pelo Executivo Municipal em reunião anterior.

A proposta apresentada radica no facto de, atualmente, após uma análise aprofundada, se constatar que o Município de Leiria não dispõe dos recursos materiais e humanos adequados para uma gestão qualificada e otimizada nas suas múltiplas vertentes (por exemplo, recursos humanos em número insuficiente para a manutenção dos equipamentos, para a recolha da receita, para a fiscalização das zonas de estacionamento, para o controlo das variadas operações iminentes a esta atividade, etc.).

Aliás, já existe experiência com a concessão desta atividade, uma vez que o Município de Leiria já tem dois contratos de concessão para a gestão e exploração de Zonas de Estacionamento Pago de Duração Limitada [contratos estes assinados em mandatos anteriores, pelo que não se compreende a postura da oposição aquando da votação deste modelo análogo], o que permite concluir das vantagens da concessão sobre a gestão direta (melhor disciplina nos estacionamentos, mais e melhor fiscalização, maior rotatividade nos estacionamentos com benefícios evidentes para o comércio da cidade, aumento da receita para o Município, etc.).

Foi com base nestas razões que esta proposta foi estudada e apresentada para decisão, e os signatários estão convictos de que se trata de um bom ato de gestão, uma vez que consideram que a concessão, nesta conjuntura, defende melhor o interesse público municipal do que a gestão direta por parte do Município, o que motivou o seu voto favorável.

Leiria, 18 de setembro de 2012

Os signatários

Raul Castro

Lurdes Machado

Gonçalo Lopes

Lino Pereira

Isabel Gonçalves»

O Presidente da Câmara Municipal



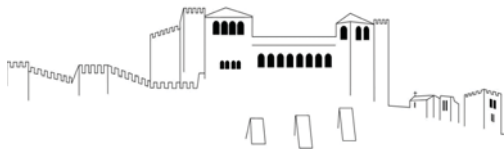
Raul Castro

A Secretária da reunião



Sandra Almeida Reis

Ao abrigo do despacho n.º 7/2012, de 5 de
janeiro



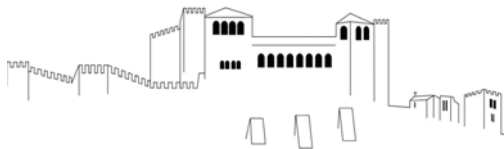
Análise da Exploração da Atividade das Zonas de Estacionamento Público tarifada de duração limitada à superfície – Zonas A, C, D, E, F, Paços do Concelho - Largo da República, Parque de Estacionamento do Mercado de Sant’Ana e Parque de Estacionamento da Fonte Quente

I – Introdução

No cumprimento de determinações superiores, procedeu-se a um estudo breve para análise da exploração da atividade de estacionamento tarifado das Zonas de Estacionamento Público de duração limitada à superfície, A, C, D, E, F, Paços do Concelho - Largo da República, Parque de estacionamento do Mercado de Sant’Ana, Parque de estacionamento da Fonte Quente, definidas na deliberação da Câmara Municipal, de 10 de agosto, com vista a permitir a tomada de decisão.

Para uma melhor compreensão do processo, procede-se de seguida a alguns esclarecimentos:

- 1 – Em face do tempo concedido para a sua realização este estudo tem de ser necessariamente sintético.
- 2 – A realização do estudo tem por base os dados fornecidos por Filipe Silva e Andreia Pereira, ambos técnicos superiores do Departamento de Infraestruturas e Manutenção, João Ferreira, técnico superior da Divisão de Obras Municipais, Luís Pinela, técnico superior da Divisão de Planeamento, Ordenamento e Estratégia Territorial, Laura Costa, Susana Vieira, Patrícia Paixão, técnicas da Divisão de Aprovisionamento e Património e Fernando Almeida, diretor do Departamento das Infraestruturas e Manutenção.
- 3 – Foram utilizados custos unitários já calculados noutros estudos recentemente elaborados no Município de Leiria.
- 4 – Segundo orientações superiores, considerou-se a Zona D e o Parque de Estacionamento da Fonte Quente como zonas de expansão a explorar.
- 5 – As taxas de ocupação atuais nas zonas de estacionamento já tarifadas foram calculadas com base nos proveitos obtidos, são de 35% para as zonas de estacionamento público de duração limitada à superfície, 11% e 4%, para os Parques de estacionamento do Mercado de Sant’Ana e Fonte Quente, respetivamente. Para efeitos deste estudo considerou-se uma taxa global de ocupação ótima de 50%.



II – Proveitos e Custos

Tendo em conta os objetivos do presente estudo, impõe-se calcular os custos com a exploração deste serviço público de estacionamento, bem como os proveitos obtidos, o que faremos tão exhaustivamente quanto possível no tempo que nos foi atribuído e com a informação facultada.

II.1 Proveitos

II.1.1 Proveitos Operacionais obtidos nas zonas de estacionamento já tarifadas

Proveitos Operacionais obtidos nas zonas de estacionamento já tarifadas

					€
Local/Anos	2008	2009	2010	2011	2012 (1.º semestre)
Estacionamento à superfície	358.605,89	370.634,28	350.023,50	344.444,08	163.282,30
Mercado Sant'Ana (a)	11.181,19	33.938,09	46.372,71	26.065,33	5.023,60
Fonte Quente (a)	18.205,06	58.565,70	61.182,22	39.332,95	21.335,90
Total	387.992,14	463.138,07	457.578,43	409.842,36	189.641,80

(a) No ano 2008 o Município só arrecadou receita a partir de agosto

Utilizamos uma série cronológica desde 2008 para verificar as tendências de evolução dos proveitos obtidos.

Com exceção do ano 2009, e 2010, para o Parque de estacionamento do Mercado de Sant'Ana e Fonte Quente, nota-se a tendência para um decréscimo contínuo dos proveitos, a que não será alheia a conjunção dos impactos da crise económica que atravessamos, a abertura do Centro Comercial "Shopping Leiria" e a existência de um período de encerramento total do Parque do Mercado de Sant'Ana e parcial (piso subterrâneo) do Parque da Fonte Quente.

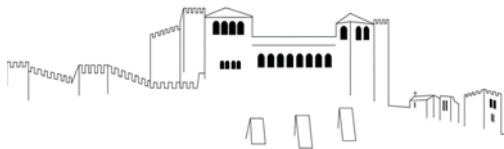
Verificamos que:

1 – No caso dos estacionamentos na via pública (de duração limitada), entre 2008 e 2011, os proveitos diminuíram cerca de 4%;

2 – Entre 2009 e 2011, os proveitos obtidos no Parque de estacionamento Mercado Sant'Ana, diminuíram cerca de 23%, no entanto, há que ter em conta que este parque esteve encerrado de 17 de outubro de 2011 a 1 de maio de 2012;

3 – Para igual período, os proveitos obtidos no Parque de estacionamento da Fonte Quente diminuíram cerca de 33%. Este parque esteve parcialmente encerrado no período de 18 de março de 2011 a 27 de fevereiro de 2012.

Para 2012, face a 2011, perspetiva-se uma nova descida que poderá rondar os 13-14% nas zonas de estacionamento na via pública e mais de 50% no Parque de estacionamento do Mercado de Sant'Ana. No que diz respeito ao Parque de estacionamento da Fonte Quente prevê-se que os proveitos obtidos se mantenham semelhantes aos de 2011.



II.1.2 Proveitos Operacionais na totalidade das áreas a explorar - estimativa

Com base nos pressupostos de ocupação média já referidos no ponto 4 da Introdução, os proveitos a obter com a exploração deste serviço, às taxas em vigor hoje, são de **€837.830,24** (ver quadro 1), caso se opte pela taxa de ocupação atual, ou de **€1.315.035,20** (ver quadro 3), caso se opte pela taxa de ocupação ótima, conforme se constata dos quadros que se apresentam de seguida.

Com a expansão das áreas a explorar (quadros 2 e 4), nomeadamente com a introdução da Zona D e do Parque de estacionamento da Fonte Quente, esses proveitos passarão a ser de **€918.866,96**, utilizando as taxas de ocupação atuais, e de **€2.003.405,60**, com a aplicação da taxa de ocupação considerada ótima.

1. Proveitos Operacionais na totalidade das áreas a explorar – txs ocupação atuais

€									€								
Dias	Preço/h	Quant. horas/dia	Quant. lugares	Valor	Total dias	Total anual horas	Tx ocupação	Total anual									
Estacionamentos na via pública																	
Úteis	0,60	12	1150	8.280,00	251	3463800	0,35	727.398,00									
Sábados	0,60	6	1107	3.985,20	52	345384	0,35	72.530,64									
Sub-total								799.928,64									
Parque estacionamento do Mercado Sant'Ana																	
Segunda a domingo	0,8	20	59	944,00	365	430700	0,11	37.901,60									
Sub-total								37.901,60									
TOTAL								837.830,24									

2. Proveitos anuais com a expansão das áreas a explorar – txs ocupação atuais

€									€								
Dias	Preço/h	Quant. horas/dia	Quant. lugares	Valor	Total dias	Total anual horas	Tx ocupação	Total anual									
Zona D																	
Úteis	0,6	12	42	302,40	251	126504	0,35	26.565,84									
Sábados	0,6	6	42	151,20	52	13104	0,35	2.751,84									
Sub-total								29.317,68									
Parque estacionamento da Fonte Quente																	
Segunda a domingo	0,6	24	246	3.542,40	365	2154960	0,04	51.719,04									
Sub-total								51.719,04									
TOTAL								81.036,72									



3. Proveitos Operacionais na totalidade das áreas a explorar – tx ocupação ótima

€									€
Dias	Preço/h	Quant. horas/dia	Quant. lugares	Valor	Total dias	Total anual horas	Tx ocupação (60%)	Total anual	
Estacionamentos na via pública									
Úteis	0,60	12	1150	8.280,00	251	3463800	0,5	1.039.140,00	
Sábados	0,60	6	1107	3.985,20	52	345384	0,5	103.615,20	
Sub-total								1.142.755,20	
Parque estacionamento do Mercado Santana									
Segunda a domingo	0,8	20	59	944,00	365	430700	0,5	172.280,00	
Sub-total								172.280,00	
TOTAL								1.315.035,20	

4. Proveitos anuais com a expansão das áreas a explorar – tx ocupação ótima

€									€
Dias	Preço/h	Quant. horas/dia	Quant. lugares	Valor	Total dias	Total anual horas	Tx ocupação	Total anual	
Zona D									
Úteis	0,6	12	42	302,40	251	126504	0,5	37.951,20	
Sábados	0,6	6	42	151,20	52	13104	0,5	3.931,20	
Sub-total								41.882,40	
Parque estacionamento da Fonte Quente									
Segunda a domingo	0,6	24	246	3.542,40	365	2154960	0,5	646.488,00	
Sub-total								646.488,00	
TOTAL								688.370,40	

II.1.3 Proveitos Financeiros

Considerando a diferença entre os proveitos e os custos operacionais, incluindo as zonas de expansão e uma remuneração à taxa de juro de 2% ao ano, os proveitos financeiros serão de aproximadamente 12.150,56.

Para o segundo cenário, aplicando a taxa de ocupação ótima, e uma remuneração à taxa de juro de 2%, os proveitos financeiros serão de €33.841,34.

Os proveitos financeiros em ambas as situações foram calculados para toda a zona de estacionamento a explorar. São estes os valores refletidos nos quadros da exploração direta incluídos na conclusão.



II.1.4 Total dos Proveitos/ano

Assim, estima-se que o total dos proveitos/ano, nas condições atrás expressas, calculados com base nos dois tipos de taxas de ocupação, seja:

Total dos Proveitos		€
Taxas de ocupação atuais	Zonas de estacionamento a explorar (a)	854.586,84
	Com as Zonas de expansão	937.244,30
Taxa de ocupação ótima	Zonas de estacionamento a explorar (a)	1.341.335,90
	Com as Zonas de expansão	2.043.473,71

(a) Zonas A, C, E, F, Paços do Concelho/Largo República, Parque Est.
Mercado Sant'Ana

II.2 – Custos

II.2.1 – Custos Operacionais

II.2.1.1 – Amortizações

II.2.1.1.1 Amortizações pelos lugares de estacionamento na via pública

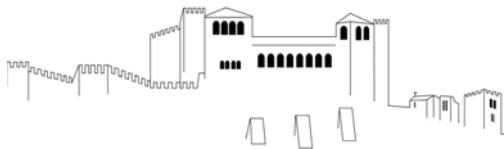
a) Investimento por lugar de estacionamento

O cálculo do investimento foi efetuado com base em dados recolhidos em estudos elaborados pela antiga Divisão de Desenvolvimento Económico e Planeamento. Dado que o pavimento tanto pode ser em calçada como em betuminoso foi calculada uma média ponderada para valor unitário de pavimento, de acordo com os critérios do dito estudo.

	€/Un	Dimensão		Total
		linear (m)	área (m²)	
Pavimento	10,494		12,5	131,18
Lancil	12,720	10		127,20
Total				258,38

b) Valor das Amortizações

As amortizações são calculadas de acordo com o disposto no ponto 2.7.2 – Amortizações do POCAL e do estabelecido no CIBE – Cadastro do Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.



€

Amortização anual	
Taxa	0,05
Pavimento	7.818,03
Lancil	7.581,12
Total	15.399,15

II.2.1.1.2 Amortizações dos Parcometros

Estas amortizações foram igualmente calculadas de acordo com o disposto no ponto 2.7.2 – Amortizações do POCAL e do estabelecido no CIBE – Cadastro do Inventário dos Bens do Estado.

€		€		€
Número parcometros	Valor aquisição	Tx amortização	Amortização unitária	Amortização Total
50	4.416,50	0,1428	630,6762	31.533,81

Procedendo-se à concessão deste serviço, este valor assume a natureza de não custo.

II.2.1.1.3 Amortizações da fração do Edifício afeta ao Parque de estacionamento do Mercado de Sant'Ana

À data de hoje, o edifício do Mercado de Sant'Ana ainda não se encontra inventariado. Para chegar a um valor aproximado da fração afeta ao parque de estacionamento, aplicou-se a permissão que consta na caderneta Predial referente àquela fração sobre o valor da empreitada da Reabilitação do Edifício do Mercado de Sant'Ana.

As amortizações foram calculadas de acordo com o disposto no ponto 2.7.2 – Amortizações do POCAL e do estabelecido no CIBE – Cadastro do Inventário dos Bens do Estado.

€		€		€
Valor empreitada	Permissão	Valor afeto ao parque	Tx amortização	Amortização anual
2.477.291,27	447,847	1.109.447,46	0,0125	13.868,09

II.2.1.1.4 Amortizações do Edifício do Parque de estacionamento da Fonte Quente

Uma vez que este imóvel ainda não se encontra inventariado, o valor considerado para a construção do Parque de estacionamento da Fonte Quente foi retirado do balancete de contabilidade analítica anexo ao projeto de partilha da LeiriaPolis.



As amortizações foram calculadas de acordo com o disposto no ponto 2.7.2 – Amortizações do POCAL e do estabelecido no CIBE – Cadastro do Inventário dos Bens do Estado.

€		€
Valor atribuído ao Parque	Tx amortização	Amortização anual
847.612,39	0,0125	10.595,15

II.2.1.2 - Custos de conservação e manutenção

Considerou-se no apuramento deste custo o valor das amortizações do investimento pelos lugares de estacionamento na via pública (de duração limitada), a do Parque de Estacionamento da Fonte Quente e a da fração do edifício afeta ao Parque de estacionamento do Mercado de Sant'Ana. Aplicando uma taxa de 15% sobre esse valor, teremos **€5.979,36** de custos de conservação e manutenção.

II.2.1.3 - Outros custos Operacionais

II.2.1.3.1 – Consumíveis

Os dados base foram obtidos na Divisão de Aprovisionamento e Património e apenas se considerou os custos com a aquisição dos rolos de papel utilizados nos parcometros.

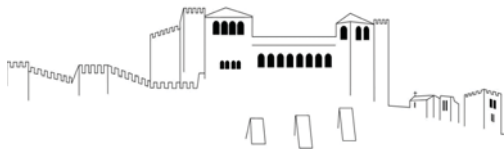
	€		€
Designação	Preço unitário	Quantidade anual	Valor total
Rolo de papel	37,41	140	5.237,40

Procedendo-se à concessão deste serviço este valor assume a natureza de não custo.

Nota: Não foi possível obter informação relativa ao consumo de energia dos parcometros em tempo útil.

II.2.1.3.2 - Limpeza pública

Neste item foi feito um levantamento dos custos com a limpeza do espaço público. Os custos unitários considerados foram extraídos do caderno de encargos do processo de contratação pública do concurso “Aquisição dos serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos (RU), resíduos de construção e demolição (RCD) da responsabilidade do Município e prestação de serviços de limpeza urbana no concelho de Leiria.”



€			€	
Tipo limpeza	Valor/Km (a)	Km	Total dias/ano	Total/anual
Varredura manual	36,9	3,5	312	40.294,80

II.2.1.3.3 - Iluminação pública

Considerou-se uma lâmpada típica de 150w de vapor de sódio de alta pressão, uma potência consumida de 0,194 kw/h, um a ligação média de 2 horas por dia, nos dias úteis, para o período de 15 de outubro a 15 de março, e de uma hora, aos sábados, para os meses de dezembro e janeiro.

€					€	
Dias	Número Médio de Horas Diário	Número de Dias por Ano	Número Total de Horas	Número de luminárias	Valor/h c/IVA	Total/anual
Úteis	2	117	234	137	0,02706	867,49
Sábados	1	22	22	137	0,02706	81,56
Valor/hora - €0,022						949,05

II.2.1.3.4 – Despesas de funcionamento com Parque de estacionamento do Mercado de Santana e Fonte Quente

Nesta rubrica considerou-se o custo com a água, consumo de energia e o valor suportado pela prestação de serviço para a exploração dos dois parques de estacionamento.

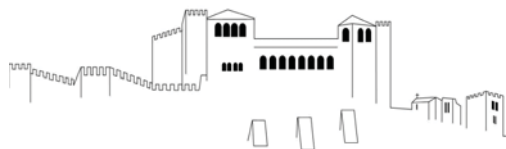
Assim, com base nos custos apurados nos anos 2010, 2011 e 2012 (até Agosto), estima-se que o custo médio anual com água e consumo de energia seja de **€17.731,71**.

Com a prestação de serviço para a exploração dos dois parques de estacionamento o Município de Leiria suporta anualmente um custo de **€125.017,20**.

Procedendo-se à concessão deste serviço e com a colocação de contadores autónomos estes valores assumem a natureza de não custo.

II.2.1.3.5 – Custos Indiretos

Para o cálculo destes custos considerou-se 4% do total dos custos com as amortizações do investimento pelos lugares de estacionamento, dos parcometros, dos edifícios afetos ao parque de estacionamento do Mercado de Sant'Ana e Fonte Quente e consumíveis e 1% as despesas de funcionamento do parque de estacionamento do Mercado de Santana e da Fonte Quente, da iluminação e limpeza públicas. O valor apurado é de **€4.870,73**.



II.2.2 Total dos Custos

Estima-se que o valor total dos custos ano, nas condições expressas, seja de **€311.338,84**.

III - Investimentos futuros

Atendendo a que as zonas de estacionamento se localizam em espaços públicos, e que o Parque de estacionamento do Mercado de Sant'Ana e da Fonte Quente são da propriedade do Município de Leiria, calculou-se para um horizonte de 10 anos o investimento futuro a suportar pelo Município de Leiria.

Considerou-se um valor anual correspondente às amortizações calculadas e uma taxa de atualização de 3%.

Estacionamentos na via pública

€

ano1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6	ano 7	ano 8	ano 9	ano 10
15.399,15	15.861,12	16.336,96	16.827,07	17.331,88	17.851,84	18.387,39	18.939,01	19.507,18	20.092,40

Parque de Estacionamento do Mercado de Santana

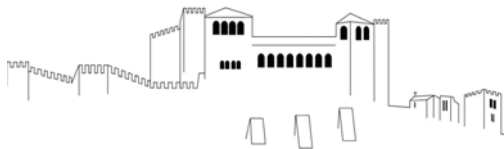
€

ano1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6	ano 7	ano 8	ano 9	ano 10
13.868,09	14.284,13	14.712,66	15.154,04	15.608,66	16.076,92	16.559,22	17.056,00	17.567,68	18.094,71

Parque de Estacionamento da Fonte Quente

€

ano1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6	ano 7	ano 8	ano 9	ano 10
10.595,15	10.913,01	11.240,40	11.577,61	11.924,94	12.282,69	12.651,17	13.030,70	13.421,63	13.824,27



IV – Conclusão

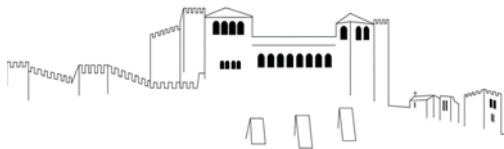
Em suma, e de acordo com os quadros que se apresentam em baixo, para valores apurados em 2012, caso a exploração da atividade de estacionamento das Zonas A, C, E, F, Paços do Concelho - Largo da República, Parque de estacionamento do Mercado de Sant'Ana e Parque de estacionamento da Fonte Quente, seja feita pelo Município de Leiria, o resultado da exploração, às taxas de ocupação atuais, tendo em conta todos os pressupostos expressos no presente estudo, será de **€619.678,68**. Considerando a taxa de ocupação ótima, o resultado da exploração, com base em pressupostos idênticos, será de **€1.725.908,10**.

1. Exploração Directa - txs ocupação atuais

€		€	
Proveitos	Valor	Custos	Valor
Proveitos Operacionais	918.866,96	Custos Operacionais	
Proveitos Financeiros	12.150,56	Amortiz. pelos lugares estacionamento	15.399,15
		Amortizações com parómetros	31.533,81
		Amortizações parque estac. M. Sant'Ana	13.868,09
		Amortizações parque estac. Fonte Quente	10.595,15
		Conservação e manutenção	5.979,36
		Consumíveis	5.237,40
		Limpeza pública	40.294,80
		Iluminação pública	949,05
		Despesas de funcionamento	142.748,91
		Indiretos	4.870,73
		Investimentos Futuros	39.862,39
Total	931.017,52	Total	311.338,84
Resultado de exploração			619.678,68

2.Exploração Directa - tx ocupação ótima

€		€	
Proveitos	Valor	Custos	Valor
Proveitos Operacionais	2.003.405,60	Custos Operacionais	
Proveitos Financeiros	33.841,34	Amortiz. pelos lugares estacionamento	15.399,15
		Amortizações com parómetros	31.533,81
		Amortizações parque estac. M. Sant'Ana	13.868,09
		Amortizações parque estac. Fonte Quente	10.595,15
		Conservação e manutenção	5.979,36
		Consumíveis	5.237,40
		Limpeza pública	40.294,80
		Iluminação pública	949,05
		Despesas de funcionamento	142.748,91
		Indiretos	4.870,73
		Investimentos Futuros	39.862,39
Total	2.037.246,94	Total	311.338,84
Resultado de exploração			1.725.908,10



Caso a decisão seja no sentido da concessão da exploração da atividade de estacionamento, mantêm-se vários custos da responsabilidade do Município, conforme quadros abaixo.

1. Concessão c/ exclusão das zonas de expansão

€

Custos do Município	
Amortizações pelos lugares estacionamentos	14.856,56
Amortizações com parómetros não totalmente amortizados	4.414,73
Limpeza pública	40.294,80
Iluminação pública	949,05
Despesas de funcionamento (energia elétrica)	6.870,60
Investimentos Futuros	13.868,09
Total dos custos	81.253,83

2. Concessão incluindo as zonas de expansão

€

Custos do Município	
Amortizações pelos lugares estacionamentos	15.399,15
Amortizações com parómetros não totalmente amortizados	5.676,09
Limpeza pública	40.294,80
Iluminação pública	949,05
Despesas de funcionamento (água e energia elétrica)	17.731,71
Investimentos Futuros	24.463,24
Total dos custos	104.514,04

Nestas circunstâncias, se o Município pretender manter o mesmo resultado de exploração que obterá com a gestão direta, os valores mínimos recomendados das rendas a preços constantes de 2012 para as várias hipóteses apresentadas devem ser os seguintes:

1. Às taxas atuais e excluindo as zonas de expansão

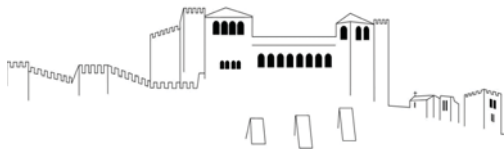
€

Resultado de exploração	619.678,68
Custos do Município	81.253,83
Total	700.932,51

2. À taxa ótima e excluindo as zonas de expansão

€

Resultado de exploração	1.725.908,10
Custos do Município	81.253,83
Total	1.807.161,93



3. Às taxas atuais e incluindo as zonas de expansão

€

Resultado de exploração	619.678,68
Custos do Município	104.514,04
Total	724.192,72

4. À taxa ótima e incluindo as zonas de expansão

€

Resultado de exploração	1.725.908,10
Custos do Município	104.514,04
Total	1.830.422,14

2012.09.13

A Técnica,

Isabel Silva

O Chefe da Divisão,

Leandro Sousa



Município de Leiria

Câmara Municipal

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º ____/2012

Página | 1

PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DA GESTÃO, DA MANUTENÇÃO E DA EXPLORAÇÃO, EM REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO, DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO PAGO DE DURAÇÃO LIMITADA À SUPERFÍCIE, DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO DE SANT'ANA E DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA FONTE QUENTE, TODOS SITOS NA FREGUESIA E CONCELHO DE LEIRIA

CADERNO DE ENCARGOS**Parte I – Cláusulas Jurídicas****CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS****Cláusula 1.ª | Caderno de encargos**

O presente caderno de encargos contém as cláusulas a incluir no contrato a celebrar.

Cláusula 2.ª | Especificações

A concessão da gestão, da manutenção e da exploração, em regime de serviço público, das Zonas de Estacionamento Público Pago de Duração Limitada à superfície, do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente, todos sitos na freguesia e concelho de Leiria, é feita ao abrigo dos artigos 407.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos – regime de concessão de serviços públicos.

Cláusula 3.ª | Epígrafes e remissões

As remissões, ao longo do presente caderno de encargos, para as cláusulas, números ou alíneas, são efetuadas para as cláusulas, números e alíneas do mesmo, salvo se do contexto resultar sentido diferente.

Cláusula 4.ª | Definições

Para efeitos do presente caderno de encargos entende-se por:

a) “Concedente” - o Município de Leiria;



b) “Concessionário” - a entidade a quem é cometida a gestão, a manutenção e a exploração das zonas de estacionamento público pago de duração limitada à superfície, do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant’Ana e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente, todos sítios na freguesia e concelho de Leiria;

c) “Contrato de Concessão” ou “Concessão” - o contrato assinado pelo Município de Leiria e pelo concessionário, nos termos e condições nele constantes e seus anexos, que integrará os elementos e/ou documentos referidos no n.º 2 da cláusula 6.ª da Parte I deste caderno de encargos;

d) “Data de Início da Concessão” – a data do início de gestão, manutenção e exploração dos serviços da concessão fixada nos termos do n.º 1 da cláusula 18.ª da Parte I deste caderno de encargos;

e) “Parques de estacionamento” – o Parque de Estacionamento do Mercado de Sant’Ana e o Parque de Estacionamento da Fonte Quente;

f) “Sistema de estacionamento” – todo o equipamento e meios necessários ao correto e eficaz funcionamento das zonas de estacionamento público pago de duração limitada à superfície, nomeadamente, os parquímetros e equipamento associado, a sinalização, a sinalética, a manutenção, a monitorização e a fiscalização;

g) “Utente” - qualquer pessoa singular ou coletiva, pública ou privada que seja utilizador dos serviços concessionados;

h) “ZEDL” - Zona de estacionamento público pago de duração limitada à superfície;

i) “CCP” - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e posteriores alterações.

CAPÍTULO II – CONTRATO DE CONCESSÃO

Cláusula 5.ª | Objeto do contrato de concessão

1. O contrato de concessão, a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicação internacional, tem por objeto a concessão da gestão, da manutenção e da exploração, em regime de serviço público, das Zonas de Estacionamento Público Pago de Duração Limitada à superfície, do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant’Ana e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente, todos sítios na freguesia e concelho de Leiria, melhor definidos na cláusula 13.ª da Parte I do presente caderno de encargos.
2. O objeto do contrato de concessão compreende, nomeadamente a realização das seguintes atividades:
 - a) Planeamento e execução dos trabalhos de instalação de novos parquímetros e adaptação dos existentes e seu *software*, de nova sinalética e de nova sinalização, nas ZEDL delimitadas no **Anexo I e no Anexo II** a que se refere a cláusula 13.ª da Parte I deste caderno de encargos, resultante da atualização das taxas;



- b) Planeamento e execução dos trabalhos resultantes da revisão da localização dos parquímetros e da uniformização da sinalética e sinalização existentes;
- c) Planeamento e execução dos trabalhos de manutenção dos parquímetros, da sinalética e sinalização instalados ou a instalar no âmbito da concessão;
- d) Gestão e manutenção do sistema de estacionamento nas ZEDL delimitadas no **Anexo I e no Anexo II** a que se refere a cláusula 13.ª da Parte I deste caderno de encargos, incluindo a recolha e cobrança de todos os valores respeitantes às taxas de estacionamento geradas pelo sistema de estacionamento já implementado e/ou a implementar de acordo com as condições descritas no presente caderno de encargos;
- e) Implementação de todos os trabalhos descritos nos planos apresentados pelo concessionário e de acordo com o descrito no presente caderno de encargos;
- f) Garantir a eficaz monitorização e fiscalização das ZEDL;
- g) Assegurar a gestão, exploração, a manutenção, reparação, limpeza, segurança e operacionalidade das instalações e equipamentos do Parque de Estacionamento do Mercado Sant'Ana e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente.

Cláusula 6.ª | Contrato de concessão

1. O contrato de concessão é celebrado por escrito, composto pelo respetivo clausulado e seus anexos.
2. Fazem, ainda, parte integrante do contrato de concessão:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - f) Todos os demais documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 7.ª | Regras de interpretação dos documentos que rege o contrato concessão

1. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da cláusula anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o



disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 8.ª | Erros e omissões do caderno de encargos

Página | 4

1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, o(s) interessado(s) deverá(ão) apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifique(m), expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o(s) interessado(s) não considere(m) exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no n.º 1 suspenderá o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 4 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais de 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.
4. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetadas serão disponibilizadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
5. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no n.º 3, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e omissões, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
6. A decisão prevista no número anterior será publicitada pela mesma forma em que o foram as peças do procedimento e junta a elas.

Cláusula 9.ª | Disposições e cláusulas por que se rege a concessão

1. Na execução do contrato de concessão observar-se-ão:
 - a) As cláusulas do contrato de concessão e o estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem integrante;
 - b) O Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações legislativas, e demais legislação complementar;
 - c) O Código da Estrada;
 - d) O Regulamento de Sinalização do Trânsito;



- e) O Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril;
- f) O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto;
- g) O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria;
- h) O Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada;
- i) O Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana.
- j) O Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento da Fonte Quente.

2. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere o número anterior serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou pelos documentos que dele fazem parte integrante.

Cláusula 10.ª | Informações preliminares sobre os locais de realização dos trabalhos

1. Independentemente da quantidade e da completude das informações fornecidas pelo Município de Leiria aos concorrentes e ao concessionário, este deve inteirar-se das condições de realização dos trabalhos que integrarão a concessão.
2. O Município de Leiria não se responsabiliza por quaisquer danos que o concessionário possa vir a sofrer e/ou quaisquer despesas em que venha a incorrer por falta ou pela inexatidão de informações relativas às condições locais, salvo quando as mesmas deem origem a trabalhos que não estejam e devessem estar previstos no presente caderno de encargos.

CAPÍTULO III – CONCESSÃO DA GESTÃO E DA EXPLORAÇÃO

Cláusula 11.ª | Estabelecimento da concessão

O estabelecimento da concessão é composto pelos bens móveis e imóveis afetos àquela e pelos direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato.

Cláusula 12.ª | Bens afetos à concessão

1. Para efeitos do disposto na cláusula anterior consideram-se afetos à concessão todos os bens existentes à data da celebração do contrato, assim como os bens a criar, construir, adquirir ou instalar pelo concessionário em cumprimento do mesmo, que sejam indispensáveis para o adequado desenvolvimento das atividades concedidas, independentemente de o direito de propriedade pertencer ao Município de Leiria, ao concessionário ou a terceiros.
2. Estão, ainda, afetos à concessão, nela se integrando para os devidos e legais efeitos, independentemente de terem ou não sido inventariados de acordo com o disposto na cláusula 15.ª da Parte I deste caderno de encargos:



a) Os bens entregues ao concessionário afetos às ZEDL, ao Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana e ao Parque de Estacionamento da Fonte Quente, os quais serão descritos em auto de entrega, a efetuar na data da outorga do contrato de concessão;

b) Todos os direitos de propriedade intelectual e industrial de que o concessionário seja titular e que estejam afetos à concessão;

c) Os parquímetros, sinalética e sinalização específica de estacionamento a instalar e a manter pelo concessionário, que será objeto de inventário, após celebração do contrato, a constar de listagem assinada pelas partes.

Cláusula 13.ª | Delimitação física da concessão

A delimitação física da concessão compreende:

a) As ZEDL já existentes, a implementar e a expandir definidas nos **Anexos I e II** ao presente caderno de encargos.

a) O Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana, sito no Largo da Comissão Municipal de Turismo, freguesia de Leiria.

b) O Parque de Estacionamento da Fonte Quente, sito na Rua Anzebino da Cruz Saraiva, freguesia de Leiria.

Cláusula 14.ª | Oneração e alienação dos bens afetos à concessão

1. O concessionário só pode onerar bens do domínio público afetos à concessão mediante autorização do Município de Leiria, que deve acautelar a compatibilidade daquela oneração com o normal desenvolvimento das atividades concedidas.
2. O concessionário só pode alienar ou onerar bens próprios essenciais ao desenvolvimento das atividades concedidas mediante autorização do Município de Leiria, que deve salvaguardar a existência de bens funcionalmente aptos à prossecução daquelas atividades.
3. O concessionário pode alienar ou onerar bens próprios não essenciais ao desenvolvimento das atividades concedidas desde que garanta a existência de bens funcionalmente aptos à prossecução daquelas atividades.
4. Tratando-se de bens abrangidos, nos termos do contrato, por cláusula de transferência, à respetiva alienação ou oneração é aplicável o disposto no n.º 2.
5. O concessionário pode tomar de aluguer, por locação financeira ou por figuras contratuais afins bens e equipamentos a afetar à concessão, desde que seja reservado ao Município de Leiria o direito de, mediante contrapartida, aceder ao uso desses bens e suceder na respetiva posição contratual em caso de sequestro, resgate ou resolução da concessão, não devendo, em qualquer caso, o prazo de vigência do respetivo contrato exceder o prazo de vigência do contrato de concessão.



Cláusula 15.ª | Inventário

1. O concessionário deve elaborar um inventário onde conste a totalidade dos bens e direitos afetos à concessão, o qual deve manter atualizado.
2. O inventário referido no número anterior deve ser disponibilizado ao Município de Leiria, em conjunto com o Relatório Trimestral de Exploração, de acordo com a cláusula 38.ª da Parte I do presente caderno de encargos, devendo incluir a avaliação da aptidão de cada bem para desempenhar a função que lhe assiste na concessão, bem como as respetivas condições de conservação e funcionamento.

Página | 7

Cláusula 16.ª | Regime do risco

Com a celebração do contrato de concessão, o concessionário assume expressa, integral e exclusivamente a responsabilidade pelo risco económico inerente à concessão durante o prazo da sua duração, respeitando os requisitos e condições indicados no presente caderno de encargos e nos termos estabelecidos na proposta adjudicada, bem como na legislação vigente aplicável.

Cláusula 17.ª | Financiamento

1. O concessionário é responsável pela obtenção dos financiamentos necessários ao desenvolvimento de todas as atividades que integram o objeto do contrato, de forma a garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações.
2. Com vista à obtenção dos financiamentos necessários ao desenvolvimento das atividades concedidas, o concessionário pode contrair empréstimos, prestar garantias e celebrar com as entidades financiadoras os demais atos e contratos que consubstanciam as relações jurídicas de financiamento.
3. Não são oponíveis ao Município de Leiria, quaisquer exceções ou meios de defesa que resultem das relações contratuais estabelecidas pelo concessionário nos termos do número anterior.
4. O Município de Leiria não participará no investimento nem avalizará empréstimos que o concessionário venha a contrair para o efeito.

CAPÍTULO IV – DURAÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 18.ª | Prazo da concessão

1. O contrato de concessão vigorará pelo prazo de 10 anos a contar da data da sua outorga, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Findo o período de vigência o contrato de concessão caduca.



Cláusula 19.ª | Exclusividade

Enquanto vigorar, e salvo quando disposto em contrário no presente caderno de encargos, o contrato de concessão confere ao concessionário o direito exclusivo, perante os utentes, de assegurar a concessão da gestão, da manutenção e da exploração, em regime de serviço público, das ZEDL e dos parques de estacionamento e deste caderno de encargos.

CAPÍTULO V – CONCESSIONÁRIO

Cláusula 20.ª | Sede e forma

1. O concessionário deve manter, ao longo de todo o período de duração da concessão, a sua sede ou filial em Portugal e a forma de sociedade adotada aquando da entrega das propostas, ou no caso de agrupamentos, a forma prevista no n.º 3 da cláusula 6.ª do programa do concurso.
2. O concessionário deve ter por objeto social exclusivo, ao longo de todo o período de duração do contrato, as atividades que se encontram integradas na concessão.

Cláusula 21.ª | Responsabilidade pela concessão

1. O concessionário é único e exclusivamente responsável pela correta gestão, manutenção e exploração da concessão, bem como pela execução e pelo cumprimento do plano de trabalhos, ainda que recorra à subcontratação, nos termos previstos na cláusula 25.ª da Parte I deste caderno de encargos.
2. Sempre que o concessionário sofra atrasos ou impedimentos na execução de quaisquer trabalhos no âmbito da concessão, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de 24 horas a contar do momento em que tome conhecimento da ocorrência, informar o Município de Leiria desse facto, por escrito.

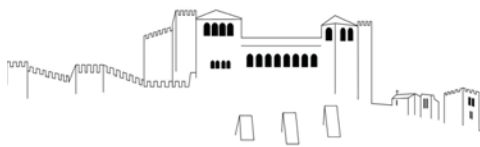
Cláusula 22.ª | Obrigações gerais do concessionário

1. Compete ao concessionário zelar pela correta gestão e manutenção de todo o equipamento e instalações afetos à concessão.
2. O concessionário é obrigado a manter todos os equipamentos certificados e em perfeitas condições de segurança, de acordo com a legislação aplicável, bem como suportar todos os custos inerentes ao cumprimento desta obrigação.

Cláusula 23.ª | Direitos do concessionário

Constituem direitos do concessionário:

- a) Gerir, manter e explorar, em regime de exclusividade, as ZEDL e os parques de estacionamento.
- b) Receber a retribuição prevista no contrato;



c) Quaisquer outros previstos na lei ou no contrato.

CAPÍTULO VI – MODIFICAÇÃO SUBJETIVA

Página | 9

Cláusula 24.ª | Cessão da posição contratual

1. Sem prejuízo das limitações legalmente estabelecidas, a cessão da posição contratual do concessionário carece sempre de prévia autorização escrita do Município de Leiria para o efeito.
2. Para efeitos de autorização da cessão da posição contratual, o concessionário deve apresentar ao Município de Leiria, com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência, uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que seriam exigíveis ao cedente na fase de formação do contrato.
3. O Município de Leiria, no âmbito da apreciação da cessão da posição contratual, pronunciar-se-á sobre a proposta do concessionário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.

Cláusula 25.ª | Subcontratação

1. Sem prejuízo das limitações legalmente estabelecidas, o concessionário pode recorrer a subcontratação de terceiros para a execução das atividades objeto da concessão, ficando esta subcontratação dependente de autorização do Município de Leiria.
2. Na situação prevista no número anterior o concessionário deve apresentar ao Município de Leiria, com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência, uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que seriam exigíveis ao subcontratante na fase de formação do contrato.
3. O Município de Leiria, no âmbito da apreciação da subcontratação, pronunciar-se-á sobre a proposta do concessionário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.
4. A contratação de terceiros ao abrigo da presente cláusula não exime o concessionário da responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de qualquer das suas obrigações contratuais perante o Município de Leiria.
5. No caso de celebração de contratos com terceiros, não são oponíveis ao Município de Leiria, quaisquer pretensões, exceções ou meios de defesa que resultem das relações contratuais estabelecidas pelo concessionário com terceiras entidades.
6. Os contratos a celebrar com terceiros não podem ter um prazo de duração ou produzir efeitos para além da vigência do contrato de concessão.



7. Os subcontratados do concessionário não podem, por sua vez, subcontratar as prestações objeto do subcontrato.

Cláusula 26.ª | Direito de *step in* e *step out*

Página | 10

1. As entidades financiadoras da concessão podem intervir no contrato de concessão, com o objetivo de assegurar a continuidade das prestações objeto do mesmo, devendo responsabilizar-se pelo cumprimento das normas legais reguladoras da atividade subjacente às prestações em causa.
2. A intervenção depende de autorização do Município de Leiria, que será concedida nas condições definidas no artigo 322.º do CCP.

CAPÍTULO VII – EXPLORAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DA CONCESSÃO

Cláusula 27.ª | Conservação e uso dos bens afetos à concessão

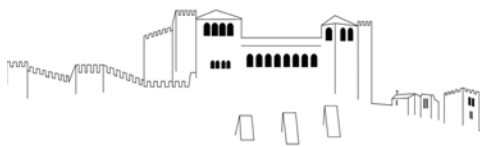
1. O concessionário deve manter os bens afetos à concessão em bom estado de conservação e em perfeitas condições de utilização, realizando todos os trabalhos necessários para que os mesmos satisfaçam, cabal e permanentemente, o fim a que se destinam.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o concessionário obriga-se a:
 - a) Elaborar um Plano de Manutenção detalhado por áreas de intervenção e equipamentos, que deve encontrar-se de acordo com as especificações dos fabricantes de todos os equipamentos e instalações, **apresentando-o ao Município de Leiria que o aprovará antes da sua aplicação;**
 - b) Realizar em tempo útil os trabalhos de instalação e manutenção cumprindo o previsto no Plano de Monitorização e Fiscalização.

Cláusula 28.ª | Obtenção de licenças e autorizações

1. Compete ao concessionário requerer, custear, obter e manter em vigor todas as licenças e autorizações necessárias ao exercício da concessão observando todos os requisitos que a tal sejam necessários.
2. O concessionário deverá informar, de imediato, o Município de Leiria no caso de qualquer das licenças a que se refere o número anterior lhe serem negadas, retiradas, caducarem, serem revogadas ou por qualquer meio deixarem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, que medidas tomou ou irá tomar para repor tais licenças em vigor.

Cláusula 29.ª | Patentes, licenças e outros custos

1. São da responsabilidade do concessionário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas, licenças ou outros direitos de propriedade intelectual ou industrial.



2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o concessionário deve adquirir e utilizar material e equipamento de norma aberta (*open source*), devendo nos casos em que tal não seja possível ou se prove que não é economicamente viável, solicitar a expressa aprovação prévia do Município de Leiria para a referida aquisição.
3. O concessionário indemnizará integralmente o Município de Leiria por quaisquer danos ou despesas, diretas ou indiretas, que derivem da utilização de materiais ou equipamentos que não cumpram o disposto no número anterior, antes ou após o término do contrato de concessão.

Cláusula 30.ª | Poder de direção do Município de Leiria

Sem prejuízo do disposto nos artigos 302.º a 305.º do CCP, o poder de direção do Município de Leiria compreende as seguintes faculdades:

- a) Fixar o regime tarifário a aplicar pelo concessionário;
- b) Receber a contrapartida mensal e respetiva atualização;
- c) Sequestrar a concessão;
- d) Resgatar a concessão;
- e) Modificar o contrato por razões de interesse público devidamente fundamentadas;
- f) Restabelecer o equilíbrio económico da concessão a favor do interesse público
- g) Fiscalizar e controlar o cumprimento das obrigações do concessionário, podendo para o efeito inspecionar os locais e a documentação, relacionados com o objeto da concessão;
- h) Assumir a exploração do serviço público nos casos em que ocorra inversão da concessão;
- i) Impor ao concessionário as penalizações pertinentes por razão de incumprimento em que este incorra;
- j) Quaisquer outros direitos reconhecidos em legislação aplicável.

Cláusula 31.ª | Direção técnica da concessão

1. A direção técnica da concessão deve ser confiada a um técnico, com a qualificação e experiência adequadas.
2. Antes da assinatura do contrato, o concessionário deve informar, por escrito, o nome do responsável técnico da concessão, indicando as suas qualificações técnicas.
3. Caso, a qualquer momento, venha a ocorrer a substituição do diretor técnico da concessão, o concessionário deverá informar o Município de Leiria, por escrito, desse facto, identificando o novo diretor técnico e a sua qualificação técnica, fazendo acompanhar a referida informação de declaração subscrita por este de assunção da responsabilidade pela direção técnica da concessão.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, o novo diretor técnico da concessão deve deter pelo menos a mesma experiência e qualificação do diretor substituído.



5. As ordens, os avisos e as notificações que o Município de Leiria emita e que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da concessão poderão ser dirigidas diretamente ao diretor técnico da mesma, a quem deverão ser conferidos os poderes necessários para representar o concessionário perante o Município de Leiria.
6. O diretor técnico da concessão deve acompanhar assiduamente os trabalhos que se desenvolvam no âmbito da concessão e estar presente nos locais de realização dos mesmos, sempre que para tal seja convocado pelo Município de Leiria.
7. Para além da direção técnica prevista neste artigo, o concessionário deve acautelar o acompanhamento da concessão, incluindo a assessoria técnica.

Cláusula 32.ª | Obrigações adicionais

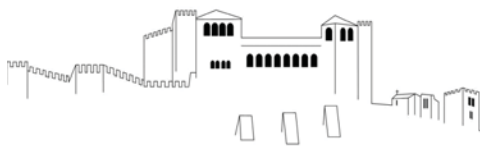
1. Deve haver lugar a uma articulação permanente entre o concessionário e o Município de Leiria no âmbito da exploração da concessão, devendo os representantes de ambos reunirem-se, no mínimo trimestralmente e sempre que necessário, de forma a garantir a eficaz gestão da concessão.
2. Compete ao concessionário elaborar as atas das reuniões mencionadas no número anterior, que o Município de Leiria aprovará ou retificará no prazo máximo de 8 dias úteis.
3. Sempre que o concessionário se oponha à retificação prevista no número anterior, deve apresentar, nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes, sob pena de se considerar aceite a retificação, reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas relativas às propostas de alteração do Município de Leiria.
4. O concessionário será obrigado a fornecer ao Município de Leiria os contactos permanentes do diretor técnico da concessão, de forma a ser possível alertá-lo sempre que haja a necessidade de efetuar trabalhos com urgência e para que este disponibilize, em tempo útil, os equipamentos, as viaturas e o pessoal necessário à resolução de problemas surgidos.

Cláusula 33.ª | Representantes do Município de Leiria para efeitos de fiscalização

O Município de Leiria notificará o concessionário da identidade dos representantes que designe para a fiscalização dos trabalhos a serem executados no âmbito da concessão.

Cláusula 34.ª | Tarifário

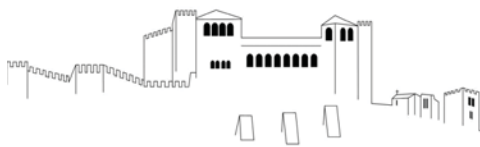
1. O concessionário fica obrigado a respeitar os regimes de “Zonas de estacionamento de duração limitada”, do “Parque de Estacionamento no Mercado de Santana — Centro Cultural” e do Parque de Estacionamento na Fonte Quente”, todos previstos no Anexo ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria, em vigor.
2. O tarifário será atualizado em função das alterações que ocorram ao regulamento referido no número anterior.



3. O concessionário não pode cobrar quaisquer taxas que não respeitem o Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria.
4. O valor das taxas a cobrar aos utentes deverá ser devidamente publicitado designadamente nos parquímetros, de modo a permitir o seu conhecimento expedito e claro pelos utentes, reservando-se o Município de Leiria o direito de também proceder a essa divulgação.
5. A cobrança das taxas a pagar pelos utentes e a arrecadação da respetiva receita será efetuada pelo concessionário, atendendo aos princípios de segurança e transparência, com a emissão e entrega de comprovativos de pagamento, ficando sujeito, nesta função de recolha, a circulares e instruções de serviço que possam ser emanadas pelo Município de Leiria, sem prejuízo do cumprimento de todas as obrigações respeitantes a esta matéria.
6. O concessionário deverá permitir, em qualquer momento, a auditoria e a fiscalização do processo de cobrança por parte do Município de Leiria, designadamente, a fiscalização, a verificação dos processos operativos e dos programas informáticos utilizados na gestão e movimentos de tesouraria, gerados pelo processo de cobrança, sem prejuízo dos poderes inspetivos que caibam a outras entidades públicas nos termos da lei geral aplicável.
7. Para efeitos do disposto no número anterior o Município de Leiria poderá solicitar relatórios diários detalhados do processo de cobrança.
8. Para cobrança de taxas o concessionário poderá utilizar os seus próprios meios, quer pessoais quer materiais, ou recorrer à colaboração de entidades bancárias.
9. Quando o concessionário utilize os seus próprios meios materiais e pessoais na sede das instalações ou noutro local designado, utilizará para a cobrança de taxas meios informatizados.
10. O concessionário deverá submeter à aprovação do Município de Leiria os modelos justificativos do comprovativo de pagamento a entregar aos utentes.
11. Qualquer que seja o sistema de cobrança utilizado é requisito obrigatório que o concessionário disponha de meios necessários para que os valores cobrados diariamente sejam depositados numa ou em várias contas bancárias, em uma ou mais entidades bancárias com a qual acorde este serviço.

Cláusula 35.ª | Horário de funcionamento

O horário de exploração das ZEDL, do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente consta do Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, do Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana e do Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento da Fonte Quente, respetivamente.



Cláusula 36.^a | Acesso ao estabelecimento da concessão e aos documentos do concessionário

1. O concessionário deve facultar ao Município de Leiria o livre acesso a todo o estabelecimento da concessão, bem como aos documentos relativos às atividades objeto da concessão, incluindo os registos de gestão utilizados, estando ainda obrigado a prestar, sobre todos esses elementos, os esclarecimentos que lhe sejam solicitados.
2. O concessionário deve disponibilizar, gratuitamente, ao Município de Leiria, todos os projetos, planos, plantas e outros elementos, de qualquer natureza, que se revelem necessários ou úteis ao exercício dos direitos ou ao desempenho de funções atribuídas, pela lei ou pelo contrato, ao Município de Leiria.
3. O concessionário deverá acompanhar o Município de Leiria em todas as visitas que este entenda organizar, as quais serão devidamente programadas e organizadas com o concessionário.

Cláusula 37.^a | Pessoal

1. São da exclusiva responsabilidade do concessionário, todas as obrigações relativas ao pessoal afeto à concessão, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. O concessionário é responsável por todos os encargos sociais e descontos estabelecidos na legislação em vigor, nomeadamente a legislação do trabalho e a inscrever todos os trabalhadores ao serviço da concessão na Segurança Social.
3. O concessionário compromete-se a respeitar e a fazer respeitar todas as normas vigentes da legislação portuguesa e dos regimes especiais previstos em tratados ou convenções internacionais de que Portugal faça parte ou a que adira, em matéria de entrada, permanência e trabalho permanente ou eventual, ainda que não remunerado, de trabalhadores estrangeiros em território nacional, e em matéria de direito laboral, designadamente em relação ao horário de trabalho, às remunerações e às normas de segurança e higiene e saúde no trabalho.
4. O concessionário deve proceder à substituição de qualquer trabalhador, sem qualquer encargo para o Município de Leiria, que não mostre possuir o perfil exigível para o desempenho da função, aceitando como fundamento suficiente o simples pedido de substituição pelo Município de Leiria.
5. Todo o pessoal que desempenhe funções nos serviços que integrem a concessão deverá possuir fardamento adequado, de acordo com todas as normas impostas pela legislação em vigor para higiene e segurança no trabalho, em função de cada serviço a que esteja afeto, bem como a respetiva identificação, sendo a aquisição dos uniformes da responsabilidade do concessionário.

Cláusula 38.^a | Informação a disponibilizar pelo concessionário

1. O concessionário deverá disponibilizar ao Município de Leiria, os relatórios a que se referem os n.ºs 2 e 3 da presente cláusula.



2. Relatório Mensal da Exploração - relatório em formato digital, que deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
- a) Receita bruta de exploração;
 - b) Taxas de ocupação;
 - c) Sínteses das atividades de manutenção preventiva e corretiva desenvolvidas;
 - d) Inspeções;
 - e) Avaliação global;
 - f) Recomendações relativas a medidas a adotar para melhoria e otimização do objeto da concessão;
 - g) Em anexo, uma análise detalhada da faturação.
3. Relatório Trimestral de Exploração - relatório em formato digital, com resumo dos dados apresentados nos relatórios mensais relativos ao período a que se referem.
4. O concessionário terá de entregar, o relatório a que se refere o n.º 2, até ao dia dez do mês seguinte àquele a que disser respeito.
5. O relatório a que se refere o n.º 3 deverá ser entregue pelo concessionário a partir da data de início da concessão e até ao fim da respetiva vigência, acompanhado do inventário a que se refere a cláusula 15.ª da Parte I deste caderno de encargos.
6. Para efeitos de apresentação dos relatórios referidos no número anterior, e para cada ano de vigência do contrato, os trimestres referem-se aos seguintes períodos:
- 1º Trimestre: 1 janeiro a 31 de março;
 - 2º Trimestre: 1 abril a 30 de junho;
 - 3º Trimestre: 1 de julho a 30 de setembro;
 - 4º Trimestre: 1 de outubro a 31 de dezembro.
7. Excecionam-se do número anterior, o primeiro e último relatórios que deverão ser referentes aos períodos:
- a) Primeiro relatório trimestral de exploração: desde a data de início da concessão até ao final do trimestre mais próximo;
 - b) Último relatório trimestral de exploração: desde o início do trimestre até à data final do contrato.
8. O Município de Leiria poderá, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor caracterização e compreensão da concessão.

Cláusula 39.ª | Verificação dos relatórios

1. Os relatórios referidos no número anterior ficam sujeitos a apreciação do Município de Leiria que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da sua receção.
2. Sempre que o concessionário se oponha à retificação prevista no número anterior, deve apresentar, nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes, sob pena de se considerar aceite a retificação, reclamação em que



especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas relativas às propostas de alteração do Município de Leiria.

Cláusula 40.ª | Fiscalização

Página | 16

1. O concessionário fica sujeito, no que respeita ao cumprimento do contrato de concessão, à fiscalização do Município de Leiria, que pode, para o efeito, exigir-lhe as informações e os documentos que considere necessários.
2. Aos trabalhadores do Município de Leiria incumbe a verificação da qualidade da prestação de serviços a executar pelo concessionário devendo elaborar fichas de ocorrência e de desconformidades, para efeitos de aplicação, por parte do Município de Leiria, das penalizações previstas no Capítulo XI do presente caderno de encargos.
3. Sem prejuízo do disposto nos artigos 302.º, 303.º e 305.º do CCP, o Município de Leiria pode ordenar a realização de ensaios, testes ou exames, na presença de representantes do concessionário, que permitam avaliar as condições de funcionamento e as características do equipamento e sistemas respeitantes à concessão, correndo os respetivos custos por conta do concessionário.
4. As determinações do Município de Leiria emitidas ao abrigo dos seus poderes de fiscalização são imediatamente aplicáveis e vinculam o concessionário, devendo este proceder à correção da situação, diretamente ou através de terceiros, correndo os correspondentes custos por sua conta.
5. Quando o concessionário, por sua iniciativa ou em virtude circunstâncias de força maior, proceda à execução de trabalhos fora do horário de funcionamento dos parques de estacionamento e das ZEDL e tal implique para o Município de Leiria o pagamento de horas suplementares aos seus representantes, este será da responsabilidade do concessionário, que deve ressarcir o Município de Leiria de tais encargos.

Cláusula 41.ª | Reclamações dos utentes

1. O concessionário obriga-se a ter à disposição dos utentes livros destinados ao registo de reclamações nos termos legalmente estabelecidos.
2. Os livros destinados ao registo de reclamações podem ser verificados periodicamente pelo Município de Leiria.

Cláusula 42.ª | Ocorrências, emergências e interrupções durante a exploração da concessão

1. O concessionário deverá comunicar, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, ao Município de Leiria qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o normal funcionamento dos parques de estacionamento e das ZEDL.



2. O concessionário deve possuir os meios, próprios ou subcontratados, que permitam uma resposta em tempo útil às situações de emergência que venham a ocorrer nos parques de estacionamento ou em qualquer uma das ZEDL.
3. O concessionário terá de participar, previamente e por escrito, ao Município de Leiria, as interrupções de serviço parciais ou totais que, eventualmente venham a verificar-se, indicando as razões justificativas das mesmas, as quais serão sujeitas à aprovação do Município de Leiria.

CAPÍTULO VIII– REGIME ECONÓMICO-FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Cláusula 43.ª | Remuneração

A remuneração auferida pelo concessionário correspondente ao total do produto recolhido através dos métodos de pagamento disponibilizados aos utentes no âmbito da concessão, deduzida a renda mensal devida ao Município de Leiria, calculada nos termos da cláusula seguinte.

Cláusula 44.ª | Valor a pagar pelo concessionário

1. O concessionário deverá pagar ao Município de Leiria um valor de Renda Fixa com periodicidade mensal, que resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$RFM = [(RFG - RA) / 120]$$

Em que:

RFM – Renda Fixa Mensal a pagar pelo Concessionário ao Concedente.

RFG – Valor da Renda Fixa Global em 10 anos, que corresponde ao valor a pagar pela concessão e que resulta de proposta apresentada pelo concessionário.

RA – Valor do Adiantamento.

120 = n.º de meses em 10 anos.

2. Ao valor da Renda Fixa Mensal acresce o pagamento de uma Renda Variável Mensal, que corresponde a uma percentagem que incide sobre a diferença positiva entre a Receita Bruta de Exploração obtida pelo concessionário e o valor proposto para a Renda Fixa Global, calculado da seguinte forma:

$$RVM = 10\% \times [RBEM - (RFG / 120)]$$

Em que:

RVM – Renda Variável Mensal

RBEM – Receita Bruta de Exploração Mensal obtida pelo concessionário no decurso da execução do contrato.

3. O Valor da Renda Fixa Global em 10 anos, que corresponde ao valor a pagar pela concessão, não poderá ser inferior a €7.000.000,00 (sete milhões de euros).



Cláusula 45.^a | Adiantamento

O concessionário pagará um adiantamento ao Município de Leiria na data da outorga do contrato de concessão, que corresponde a 20% do Valor da Renda Fixa Global em 10 anos.

Cláusula 46.^a | Pagamento

1. O pagamento do valor da Renda Fixa Mensal será efetuado pelo concessionário até ao dia dez do mês a que disser respeito, com exceção da primeira renda que deverá ser paga na data da outorga do contrato.
2. O pagamento do valor da Renda Variável Mensal será efetuado pelo concessionário até 10 (dez) dias úteis após a aprovação do Relatório Mensal de Exploração por parte do Município de Leiria, apresentado por aquele nos termos da cláusula 38.^a da Parte I deste caderno de encargos.

CAPÍTULO IX – GARANTIAS DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

Cláusula 47.^a | Garantias a prestar no âmbito do contrato

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, incluindo as relativas ao pagamento das penalidades contratuais, o adjudicatário presta uma caução inicial correspondente a 2% do montante correspondente à utilidade económica imediata do contrato para a entidade adjudicante.
2. Se o concessionário não cumprir as suas obrigações legais ou contratuais, o Município de Leiria pode considerar perdida a seu favor a caução referida no n.º 1, independentemente de decisão judicial ou arbitral, nos termos do artigo 296.º do CCP.
3. O Município de Leiria obriga-se a promover a liberação da caução, nos termos do disposto no artigo 295.º do CCP.

Cláusula 48.^a | Seguro de execução do contrato

Pode não ser exigida a prestação da caução a que se refere a cláusula anterior, se o adjudicatário apresentar seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante, emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respetivamente.

Cláusula 49.^a | Cobertura por seguros

1. O concessionário deve assegurar a existência e a manutenção em vigor das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura dos riscos da concessão.



2. Constitui estrita obrigação do concessionário a manutenção em vigor das apólices de seguro, nomeadamente através do pagamento atempado dos respetivos prémios, pelo valor que seja debitado pelas seguradoras.
3. Os encargos referentes a todos os seguros, bem como qualquer dedução efetuada pela companhia seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão exclusivamente da conta do concessionário.

CAPÍTULO X – RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL PERANTE TERCEIROS

Cláusula 50.^a | Responsabilidade pela culpa e pelo risco

O concessionário responde, pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados a terceiros no exercício das atividades que constituem o objeto da respetiva concessão.

Cláusula 51.^a | Responsabilidade por prejuízos causados por entidades contratadas

1. O concessionário responde ainda, nos termos gerais da relação comitente-comissário, por prejuízos causados por entidades por si contratadas para o desenvolvimento das atividades compreendidas na concessão.
2. Constitui especial dever do concessionário garantir e exigir a qualquer entidade que venha contratar que promova as medidas necessárias para a salvaguarda da integridade dos utentes e do pessoal afeto à concessão, devendo ainda cumprir e zelar pelo cumprimento dos regulamentos de higiene e segurança em vigor.

CAPÍTULO XI – SANÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 52.^a | Penalizações por incumprimento de obrigações

1. O incumprimento ou o cumprimento defeituoso das obrigações previstas no presente caderno de encargos resultará na imposição ao concessionário das sanções pecuniárias previstas neste capítulo, sem prejuízo de outras constantes da legislação aplicável no âmbito das normas substantivas de contratação pública e para além das obrigações de ressarcimento de danos e prejuízos que se verifique que caibam ao concessionário.
2. O presente regime de sanções pecuniárias aplicar-se-á independentemente dos factos que originem a infração poderem determinar a resolução ou o sequestro da concessão.
3. As sanções pecuniárias previstas no presente caderno de encargos são aplicáveis sem prejuízo de quaisquer outras a que haja lugar, por aplicação pelas entidades competentes, das penalidades por



infrações de quaisquer normas gerais ou especiais em que o concessionário incorra durante o prazo da concessão.

Cláusula 53.ª | Sanções pecuniárias

Página | 20

1. Constituem infrações puníveis com sanção pecuniária:

- a) A não apresentação pelo concessionário de quaisquer elementos exigidos pelo contrato de concessão e pelo caderno de encargos nos prazos aí indicados;
- b) Incumprimento do disposto na alínea a), da cláusula 16.ª da Parte II do caderno de encargos;
- c) Incumprimento do disposto na alínea b), da cláusula 16.ª, da Parte II do caderno de encargos;
- d) Incumprimento do disposto na alínea d), da cláusula 16.ª da Parte II do caderno de encargos;
- e) Incumprimento do disposto nas alíneas do n.º 1 da cláusula 29.ª, no n.º 1 da cláusula 30.ª, nas alíneas do n.º 1 da cláusula 40.ª e no n.º 1 da cláusula 41.ª, todas da Parte II do caderno de encargos;
- f) Incumprimento do disposto no n.º 3 da cláusula 4.ª da Parte II do caderno de encargos.

- 2. À infração prevista na alínea a) do número anterior corresponde a sanção pecuniária de €100,00, por cada dia de atraso.
- 3. À infração prevista na alínea b) do n.º 1 corresponde a sanção pecuniária de €12,00 por dia e por cada lugar de estacionamento não repintado com a periodicidade mínima definida.
- 4. À infração prevista na alínea c) do n.º 1 corresponde a sanção pecuniária de €12,00 por dia e por cada zona de estacionamento não sinalizada de acordo com o aprovado no plano de arruamento respetivo.
- 5. À infração prevista na alínea d) do n.º 1 corresponde a sanção pecuniária de €500,00 por parquímetro cuja limpeza não tenha sido efetuada com a periodicidade prevista.
- 6. Às infrações previstas nas alíneas e) do n.º 1 corresponde uma sanção pecuniária de 1 a 3 vezes o valor da avença mensal por cada automóvel estacionado.
- 7. À infração prevista na alínea f) do n.º 1 corresponde a sanção pecuniária de €1.500,00 por dia de atraso na conclusão dos trabalhos aplicada a cada zona.

CAPÍTULO XII – EXTINÇÃO E SUSPENSÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 54.ª | Resgate

- 1. O Município de Leiria pode resgatar a concessão, por razões de interesse público, decorrido 3 anos sobre o prazo de vigência da concessão.
- 2. O resgate é notificado ao concessionário com, pelo menos, seis meses de antecedência.
- 3. Em caso de resgate, o Município de Leiria assume automaticamente os direitos e obrigações do concessionário diretamente relacionados com as atividades concedidas desde que constituídos em data anterior à da notificação referida no número anterior.



4. As obrigações assumidas pelo concessionário após a notificação referida no n.º 2, apenas vinculam o Município de Leiria quando este tenha autorizado, prévia e expressamente, a sua assunção.
5. No período de pré-aviso referido no n.º 2 deste artigo, as partes tomarão, concertadamente, as medidas adequadas à continuidade do serviço sem quebra de qualidade.
6. Em caso de resgate, o concessionário tem direito a uma indemnização, correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo quanto a estes ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.
7. A indemnização referida no número anterior é determinada pela seguinte fórmula:

$$PR = (RO \times n) \times (1+i)^{-n}$$

Em que:

PR = Preço do resgate;

RO = Média anual dos resultados líquidos operacionais do concessionário registados durante a concessão;

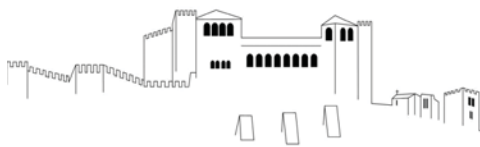
n = Número de anos que faltarem para o termo da concessão à data do resgate;

i = taxa de inflação registada no último ano anterior ao que ocorrer o resgate.

8. O resgate determina a reversão dos bens do Município de Leiria afetos à concessão, bem como a obrigação de o concessionário entregar àquele todos os bens abrangidos por cláusula de transferência.
9. A caução e as garantias prestadas são liberadas um ano após a data do resgate, mediante comunicação dirigida pelo Município de Leiria aos respetivos depositários ou emitentes.

Cláusula 55.ª | Sequestro

1. Em caso de incumprimento grave pelo concessionário de obrigações contratuais, ou estando o mesmo eminente, o Município de Leiria pode, mediante sequestro, tomar a seu cargo o desenvolvimento das atividades concedidas.
2. O sequestro pode ter lugar, designadamente, nas seguintes situações:
 - a) Quando ocorra ou esteja iminente a cessação ou suspensão, total ou parcial, de atividades concedidas;
 - b) Quando se verifiquem perturbações ou deficiências graves na organização e regular desenvolvimento das atividades concedidas ou no estado geral das instalações e equipamentos que comprometam a continuidade e a regularidade daquelas atividades ou a integridade e segurança de pessoas e bens.
3. Verificada a ocorrência de uma situação passível de determinar o sequestro da concessão, o Município de Leiria notifica o concessionário para, no prazo que lhe for razoavelmente fixado, cumprir integralmente as suas obrigações e corrigir ou reparar as consequências dos seus atos, exceto tratando-se de uma violação não sanável.



4. Nos casos em que esteja previsto, em acordo entre o Município de Leiria e as entidades financiadoras, o direito destas de intervir na concessão nas situações de iminência de sequestro, este apenas pode ter lugar depois de o Município de Leiria notificar a sua intenção às entidades financiadoras.
5. Em caso de sequestro, o concessionário suporta os encargos do desenvolvimento das atividades concedidas, bem como quaisquer despesas extraordinárias necessárias ao restabelecimento da normalidade da exploração do serviço público.
6. O sequestro mantém-se pelo tempo julgado necessário pelo Município de Leiria, com o limite máximo de um ano, sendo o concessionário notificado pelo Município de Leiria para retomar o desenvolvimento das atividades concedidas, na data que lhe for fixada.
7. Se o concessionário não puder ou se se opuser a retomar o desenvolvimento das atividades concedidas ou se, tendo-o feito, continuarem a verificar-se os factos que deram origem ao sequestro, o Município de Leiria pode resolver o contrato.

Cláusula 56.ª | Resolução pelo Município de Leiria

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato de concessão e de outros previstos no presente caderno de encargos e do direito de indemnização nos termos gerais, o Município de Leiria pode resolver o contrato quando se verifique:
 - a) Desvio do objeto da concessão;
 - b) Cessação ou suspensão, total ou parcial, pelo concessionário, da exploração do serviço público, sem que tenham sido tomadas medidas adequadas   remoção da respetiva causa;
 - c) Recusa ou impossibilidade do concessionário em retomar a concessão na sequência do sequestro;
 - d) Repetição, após a retoma da concessão, das situações que motivaram o sequestro;
 - e) Ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento pelo concessionário das atividades concedidas, em termos que possam comprometer a sua continuidade ou regularidade das condições exigidas pela lei e pelo contrato;
 - f) Obstrução ao sequestro;
 - g) Sequestro da concessão pelo prazo máximo permitido pela lei ou pelo contrato.
2. Nos casos em que esteja previsto, em acordo entre o Município de Leiria e as entidades financiadoras, o direito destas de intervir na concessão nas situações de iminência de resolução da concessão pelo Município de Leiria, esta apenas pode ter lugar depois de o Município de Leiria notificar a sua intenção às entidades financiadoras.
3. A resolução do contrato determina, além dos efeitos nele previstos, a reversão dos bens do Município de Leiria afetos   concessão e a obrigação de o concessionário entregar àquele, no prazo que lhe seja fixado na notificação a que se refere o número anterior, os bens afetos   concessão abrangidos por cláusula de transferência.



Cláusula 57.^a | Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao concessionário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do concessionário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo concessionário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do concessionário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do concessionário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 58.^a | Caducidade

1. O contrato de concessão caduca quando se verificar o fim do prazo da concessão, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes, sem prejuízo das disposições que, pela sua natureza ou pela sua letra, se destinem a perdurar para além daquela data.
2. O Município de Leiria não é responsável pelos efeitos da caducidade do contrato de concessão nas relações contratuais estabelecidas entre o concessionário e terceiros.

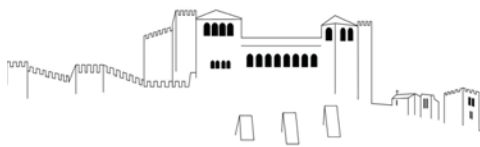


Cláusula 59.^a | Bens do Município de Leiria e reversão de bens

1. No termo da concessão reverterem, gratuita e automaticamente, para o Município de Leiria, todos os bens e direitos que integram o estabelecimento da concessão, livres de quaisquer ónus ou encargos, obrigando-se o concessionário, dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Leiria, a entregá-los em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso, para efeitos de execução do contrato.
2. Caso o concessionário não dê cumprimento ao disposto no número anterior, o Município de Leiria promove a realização dos trabalhos e aquisições que sejam necessários à reposição dos bens aí referidos, correndo os respetivos custos pelo concessionário, podendo ser utilizada a caução para os liquidar no caso de não ocorrer pagamento voluntário e atempado dos montantes debitados pelo Município de Leiria.
3. Os bens do concessionário afetos à concessão abrangidos por cláusula de transferência são transferidos para o Município de Leiria, no termo do contrato de concessão, livres de quaisquer ónus ou encargos, nos termos referidos no n.º 1.
4. No último ano que antecede o termo do prazo da concessão, é estabelecido um período de transição da concessão, durante o qual serão praticadas as seguintes ações:
 - a) O Município de Leiria poderá designar um auditor técnico com a finalidade de inspecionar e aferir a conservação e manutenção da totalidade dos bens e direitos que integram o conteúdo do contrato, o qual informará o Município de Leiria das reparações e reposições necessárias para manutenção dos bens afetos à concessão em perfeito estado de entrega e funcionamento;
 - b) O Município de Leiria comunicará ao concessionário, com a necessária antecedência, o relatório de auditoria acima referido, com expressa indicação dos atos de conservação e reparação a que haja lugar e cujo incumprimento, por parte do concessionário, poderá determinar o sequestro da concessão.
5. Todo e qualquer tipo de equipamento utilizado na execução do objeto do contrato de concessão que reverta para o Município de Leiria no final da concessão deve permitir a utilização de consumíveis existentes no mercado, bem como a sua manutenção corretiva por qualquer operador/prestador de serviços desta área de negócio.

Cláusula 60.^a | Direitos de propriedade industrial e intelectual

Os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e projetos elaborados para os fins específicos do desenvolvimento das atividades integradas na concessão e, bem assim, os projetos, planos, plantas, documentos e outros materiais referidos no número anterior serão transmitidos gratuitamente e em regime de exclusividade ao Município de Leiria no fim do prazo da concessão, competindo ao concessionário adotar todas as medidas para o efeito necessárias.



CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 61.ª | Dever de sigilo

1. O concessionário deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Leiria, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo concessionário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Página | 25

Cláusula 62.ª | Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo vigorará até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 63.ª | Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre o Município de Leiria e o concessionário sobre a interpretação e execução deste caderno de encargos e do contrato de concessão, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 64.ª | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do CCP, através de correio eletrónico, mediante aviso de receção e leitura para o endereço eletrónico de cada uma, identificadas no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 65.ª | Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste caderno de encargos e no contrato são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.



Parte II - Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.ª | Objeto

Página | 26

Sem prejuízo das obrigações gerais definidas na lei e no presente caderno de encargos, as presentes cláusulas técnicas estabelecem os direitos e obrigações específicos das partes relativos a:

- a) Gestão, manutenção e exploração das ZEDL;
- b) Gestão, exploração, manutenção, conservação, reparação, limpeza, segurança e operacionalidade das instalações do Parque de Estacionamento do Mercado Sant'Ana, sito no Largo da Comissão Municipal de Turismo, freguesia de Leiria.
- c) Gestão, exploração, manutenção, conservação, reparação, limpeza, segurança e operacionalidade das instalações do parque de estacionamento da Fonte Quente, sito na Rua Anzebino da Cruz Saraiva, freguesia de Leiria.

SECÇÃO I – Zonas de estacionamento público tarifado de duração limitada à superfície

Cláusula 2.ª | Zonas de estacionamento de duração limitada

Para efeitos do disposto na cláusula 13.ª da Parte I do presente cadernos de encargos, a delimitação física da concessão compreende as seguintes zonas de estacionamento de duração limitada:

a) Zonas de estacionamento existentes:

- . A zona A, de acordo com o Anexo I e o desenho 01, presentes no ponto 1, do Anexo II, do Caderno de Encargos.
- . A zona C, de acordo com o Anexo I e os desenhos 02, 03 e 04 presentes no ponto 1, do Anexo II, do Caderno de Encargos.
- . O Estacionamento dos Paços do Concelho, de acordo com o Anexo I e o desenho 05, presentes no ponto 1, do Anexo II, do Caderno de Encargos.

b) Zonas de estacionamento a expandir:

- . A expansão da zona A, de acordo com o Anexo I e os desenhos 01, 02, 03 e 04, presentes no ponto 2, do Anexo II, do Caderno de Encargos.
- . A expansão da zona C, de acordo com o Anexo I e os desenhos 05, 06, 07 e 08, presentes no ponto 2, do Anexo II, do Caderno de Encargos.

c) Zonas de estacionamento a implementar:

- . A zona D a implementar, de acordo com o Anexo I e o desenho 10, presente no ponto 2, do Anexo II, do Caderno de Encargos.



- A zona E a implementar, de acordo com o Anexo I e o desenho 09, presente no ponto 2, do Anexo II, do Caderno de Encargos.
- A zona F a implementar, de acordo com o Anexo I e os desenhos 11 e 13, presentes no ponto 2, do Anexo II, do Caderno de Encargos.
- A zona ZRSB a implementar, de acordo com o Anexo I e o desenho 12, presente no ponto 2, do Anexo II, do Caderno de Encargos.

Cláusula 3.ª | Número de lugares de estacionamento

1. O número de lugares de estacionamento nas ZEDL é de 1.192, excluídos os lugares reservados a instituições, pessoas com mobilidade condicionada, zonas de cargas e descargas e outros, distribuídos da forma como se segue:

Zonas	Número de lugares
Zonas de Estacionamento Existentes	516
Zona A	275
Zona C	174
Estacionamento dos Paços do Concelho	67
Zonas de Estacionamento a Expandir	400
Expansão da zona A	198
Expansão da zona C	202
Zonas de Estacionamento a Implementar	276
Zona D a implementar	42
Zona E a implementar	115
Zona F a implementar	76
Zona ZRSB a implementar	43

2. Admite-se, para este valor, uma margem de erro de cerca de 3% a aplicar a cada zona.

Cláusula 4.ª | Início e duração dos trabalhos

1. O concessionário dará início aos trabalhos no prazo máximo de trinta dias contados da data de assinatura do contrato de concessão.
2. A duração dos trabalhos não poderá em caso algum exceder o prazo de sessenta dias a contar da data do seu início.
3. Para cada dia de atraso na conclusão dos trabalhos incorrerá o concessionário no pagamento das penalidades previstas no Capítulo XI da Parte I do caderno de encargos.



Cláusula 5.ª | Início da exploração

1. O início da exploração das ZEDL Estacionamento dos Paços do Concelho, A, C, E, F e ZRSB deverá verificar-se até ao máximo de noventa dias contados da data de assinatura do contrato, mediante aviso prévio.
2. O início da exploração da ZEDL D ocorrerá, nunca antes do 6.º ano do prazo da concessão, em data a definir pelo Município de Leiria.

Página | 28

Cláusula 6.ª | Obrigações do concessionário

1. O concessionário obriga-se a:

- a) Adquirir, instalar, colocar em funcionamento, programar, parametrizar, configurar e proceder à coleta dos parquímetros existentes e a instalar em número necessário e suficiente à gestão dos lugares de estacionamento das ZEDL, cumprindo com o disposto nas cláusulas 8.ª a 10.ª, da Parte II, do caderno de encargos;
- b) Proceder à aquisição, instalação e substituição da sinalização do trânsito necessária, de acordo com o disposto na cláusula 11.ª, da Parte II, do caderno de encargos;
- c) Proceder à aquisição, instalação de sinalética de apoio ao utente;
- d) Realizar todos os trabalhos de limpeza, substituição, reparação e manutenção de todos os bens afetos à concessão, nomeadamente os parquímetros, a sinalização do trânsito e a sinalética de apoio ao utente;
- e) Executar todos os trabalhos de construção civil necessários para instalação dos parquímetros, sinalização vertical e sinalética de apoio ao utente;
- f) Garantir que o estado de conservação da via pública, após a realização dos trabalhos necessários, se mantenha, pelo menos, igual ao estado em que se encontrava antes das intervenções;

2. Paralelamente aos trabalhos necessários para implementação das zonas a expandir e das novas zonas, compete ao concessionário planear e executar os trabalhos de adaptação do sistema atual de acordo com o definido no número anterior.

3. O concessionário obriga-se, ainda, a:

- a) Garantir a eficaz fiscalização e monitorização das ZEDL;
- b) Cumprir com todas as disposições do Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria em vigor;
- c) Manter os bens afetos à concessão que estejam colocados na via pública em boas condições de utilização, limpos e em funcionamento.



Cláusula 7.ª | Encargos

Os encargos resultantes das obrigações estabelecidas na cláusula anterior são da inteira responsabilidade do concessionário.

Página | 29

Cláusula 8.ª | Características de conceção dos parquímetros

Os parquímetros a instalar para o controlo e gestão do estacionamento público à superfície devem respeitar os seguintes requisitos mínimos:

- a) Tipo coletivo;
- b) Conceção modelar;
- c) Compacto de forma minimizar os requisitos de espaço;
- d) Funcionamento eletrónico;
- e) Garantia e métodos de pagamento disponibilizados;
- f) Certificação e homologação dos equipamentos e principais materiais a utilizarem;
- g) Cor igual ou idêntica aos parquímetros existentes;
- h) Segurança integrada contra vandalismo e fraude;
- i) Sistema de fixação ao solo com a solidez necessária que impeça o roubo;
- j) Protecção contra oxidação e deterioração;
- k) Interface do utilizador fácil de usar e acessível;
- l) Alimentação independente de ramal de eletricidade, se aplicável;
- m) Funcionamento adequado às temperaturas e condições meio-ambientais existentes;
- n) Manuais de instruções e manuais técnicos em língua portuguesa;
- o) Área de informação que possibilite a inclusão das instruções relativas ao procedimento da operação, taxas, normas e métodos de pagamento;
- p) Sistema de gestão central aplicado à operacionalidade e à recolha de dados financeiros e estatísticos;
- q) Quaisquer outros elementos que permitam a fácil aferição da pontuação relativa aos critérios de adjudicação.

Cláusula 9.ª | Distribuição espacial dos parquímetros

1. A capitação média de lugares de estacionamento a gerir por cada parquímetro será no máximo de 25 lugares, consoante a disposição dos mesmos, sem prejuízo de ser cumprida a distância máxima de 35 metros entre o lugar de estacionamento mais distante e o parquímetro que o gere, ou seja, o parquímetro mais próximo, caso em que será necessário reduzir a capitação de lugares até onde for necessário.

2. A localização dos parquímetros deverá cumprir com o disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, no que diz respeito à acessibilidade.



3. O disposto nos números 1 e 2 desta cláusula aplica-se às ZEDL existentes, a expandir e a implementar.

4. A localização dos parquímetros carece de parecer e autorização do Município de Leiria, mediante apresentação do plano do arruamento, de acordo com a cláusula 12.ª da parte II do caderno de encargos.

Cláusula 10.ª | Verificação metrológica dos parquímetros

Cumpra ao concessionário assegurar a verificação metrológica anual dos parquímetros existentes e a implementar de acordo com a legislação em vigor.

Cláusula 11.ª | Sinalização

1. São da responsabilidade do concessionário todos os trabalhos necessários à:

a) Instalação, manutenção e substituição da sinalização do trânsito vertical e horizontal necessária, conforme disposto no Regulamento de Sinalização do Trânsito, no Código da Estrada, no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto e no Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril e demais legislação aplicável.

b) Instalação e manutenção de sinalética de apoio ao utente.

2. A sinalização vertical obedecerá às seguintes características:

a) Dimensão reduzida;

b) Placa fabricada em chapa de alumínio com 2,0mm de espessura, protegidos com molduras, abas duplas ou dispositivos equivalentes;

c) Tela retro refletora tipo Engineer Grade (EG) com 7 anos de garantia, nível I;

d) Aplicação de barras de sustentação em alumínio do “tipo OME”, soldadas no tardo do sinal;

e) Inclusão no verso do sinal a inscrição “Município de Leiria” e “2012”;

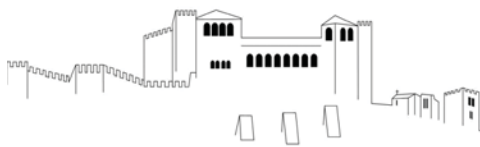
f) Suportes de secção circular, em chapa de aço galvanizado, com 2mm de espessura e 60mm de diâmetro.

3. A sinalização horizontal será marcada com recurso a pintura a quente, caso se trate de pavimentos betuminosos, ou por cubos de pedra de cor contrastante, caso se trate de pavimentos em calçada.

4. A sinalização vertical existente a substituir ou retirar deverá ser entregue nos Armazéns do Município de Leiria.

5. A sinalização do trânsito a instalar carece de parecer, autorização e acompanhamento por parte do Município de Leiria, mediante entrega do plano de arruamento, de acordo com o definido na cláusula 12.ª da Parte II do caderno de encargos.

6. Reserva-se uma bolsa de 1% do total dos lugares de estacionamento concessionados para eventual provisão de lugares reservados a veículos de pessoa com mobilidade condicionada ou outros. A localização e todos os trabalhos e materiais necessários à sua implementação ficam a cargo do Município de Leiria.



Cláusula 12.^a | Planos de arruamento

1. Os planos de arruamento constituem elementos de identificação pormenorizada do objeto da concessão e servirão para atualização do inventário, bem como para a materialização das propostas apresentadas pelo concessionário, para parecer e autorização por parte do Município de Leiria.
2. Sem prejuízo de alguma situação prevista no presente caderno de encargos, o Município de Leiria deve pronunciar-se no prazo máximo de 20 dias úteis.
3. Os elementos mínimos dos planos de arruamento constam do Anexo III, do caderno de encargos.
4. Os planos de arruamento apresentados em sede de proposta devem ser adaptados aquando da sua implementação à legislação em vigor, bem como às condições concretas existentes.

Cláusula 13.^a | Tarifário

1. O concessionário fica obrigado a respeitar o regime previsto no Anexo ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria em vigor, para as “Zonas de estacionamento de duração limitada”, aplicando os valores nele fixados e isentando do pagamento destes os veículos a que se refere o Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.
2. O concessionário não terá direito a qualquer indemnização ou compensação decorrente das isenções referidas no número anterior.

Cláusula 14.^a | Horário

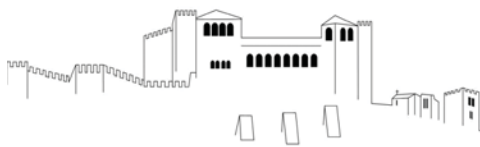
O horário de funcionamento das ZEDL, bem como o período máximo de estacionamento, encontram-se definidos no Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.

Cláusula 15.^a | Cartão de residente

A emissão de cartões de residente é da responsabilidade do Município de Leiria e é realizada de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.

Cláusula 16.^a | Manutenção

1. Compete ao concessionário
 - a) Efetuar a remarcação da sinalização horizontal de todos os lugares de estacionamento de pinturas em piso betuminoso com uma periodicidade mínima de dois anos, ou inferior caso se verifique um elevado desgaste;
 - b) Realização de todos os trabalhos necessários de conservação, reparação e substituição da sinalização vertical afeta à concessão sempre que se verifiquem danos ou destruição por atos de vandalismo ou outros;
 - c) Realização de todos os trabalhos necessários de conservação, reparação e substituição dos equipamentos e bens afetos à concessão;



d) Efetuar a limpeza geral mensal dos parquímetros que inclui uma limpeza interna e externa, bem como a remoção de grafitis, oxidações e corrosões.

2. O plano de manutenção deve ser elaborado de forma a garantir a conservação, manutenção, limpeza e segurança dos equipamentos do sistema, bem como a correção célere de avarias identificadas.

Página | 32

3. O plano de manutenção deve ser elaborado de forma cumprir com os requisitos mínimos definidos no Anexo IV do caderno de encargos, bem como os níveis de serviço definidos acima.

4. Os trabalhos de manutenção devem respeitar o constante do plano de manutenção apresentado pelo concessionário.

5. Pelo incumprimento do disposto nas alíneas do n.º 1 o concessionário fica sujeito às penalidades constantes do Capítulo XI da Parte I do caderno de encargos.

Cláusula 17.ª | Trabalhos de adaptação, manutenção e conservação

1. O concessionário deve solicitar autorização para todos os trabalhos não previstos, nomeadamente nos planos de arruamento e plano de manutenção, com uma antecedência razoável face ao volume de trabalhos envolvidos.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o concessionário e o Município de Leiria podem acordar, por escrito, entre si atuações que visem a agilização de procedimentos com vista à melhor eficácia do sistema.

Cláusula 18.ª | Monitorização

1. É da responsabilidade do concessionário desenvolver um plano de monitorização e fiscalização que tenha como principal objetivo o cumprimento das condições de utilização das ZEDL, previstas no Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.

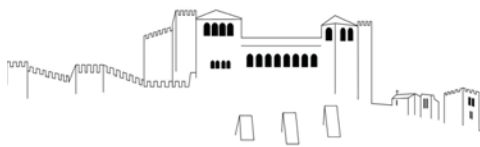
2. O desenvolvimento do plano de monitorização e fiscalização deve obedecer aos termos definidos no Anexo V, do caderno de encargos.

Cláusula 19.ª | Fiscalização

Fica a cargo do concessionário providenciar e pugnar, junto das autoridades competentes, pela fiscalização eficaz do cumprimento do Código da Estrada, em matéria de estacionamento e paragem proibidos, nas ZEDL, bem como pelo eficiente bloqueamento e remoção de veículos, quando estacionados indevida ou abusivamente dentro das zonas de estacionamento estabelecidas.

Cláusula 20.ª | Condicionamentos futuros

1. O Município de Leiria reserva-se o direito de, independentemente das condições de exploração das ZEDL, alterar o trânsito em conformidade com a respetiva sinalização, sem direito a qualquer indemnização para o concessionário, desde que se mantenha o número de lugares a explorar.



2. Caso a alteração implique a suspensão temporária de trânsito automóvel nesse arruamento ou dos lugares de estacionamento público de superfície, por motivo de obras na via pública ou outros promovidos pelo Município de Leiria, os encargos daí resultantes serão suportados pelo Município de Leiria, calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$n.º \text{ de lugares} \times n.º \text{ de dias indisponíveis} \times \text{valor diário do estacionamento}$$

SECÇÃO II - Parque de estacionamento do Mercado Sant'Ana

Cláusula 21.ª | Número de lugares de estacionamento

O parque tem capacidade de 59 (cinquenta e nove) lugares de estacionamento cobertos para veículos ligeiros. Deste total, 5 (cinco) lugares ficam reservados para pessoas com mobilidade condicionada, sendo 3 (três) reservados para veículos conduzidos por pessoas portadoras de deficiência, 1 (um) reservado para veículos conduzidos por grávidas e 1 (um) reservado para veículos conduzidos por acompanhantes de crianças de colo.

Cláusula 22.ª | Início da exploração

O início da exploração do parque de estacionamento do Mercado Sant'Ana terá lugar a partir da data da outorga do contrato de concessão, mediante aviso prévio.

Cláusula 23.ª | Obrigações do concessionário

1. O concessionário obriga-se a:

- a) Obter todas as licenças e autorizações que forem necessárias, estando a seu cargo os meios humanos, bem como todas as obras, designadamente de adaptação, conservação, manutenção ou reparação e quaisquer outras despesas ou encargos que recaiam sobre o exercício da atividade;
- b) Manter, reparar e adquirir todos os equipamentos necessários ao funcionamento do parque de estacionamento, designadamente o sistema de gestão do parque, controlo de acessos dos utentes e das viaturas, sistemas de segurança, rede elétrica e respetivos equipamentos, segurança, sinalização, instalação e manutenção de sinalética informativa aos utentes e de sinalização do trânsito;
- c) Executar as limpezas correntes mensais do espaço e uma limpeza profunda semestral, para além das ações de limpeza sempre que necessárias com vista a evitar a acumulação de lixo e outros resíduos.
- d) Manter as instalações do parque e seu equipamento em perfeitas condições de segurança, conservação, manutenção, higiene e ventilação, bem como a encaminhar os resíduos resultantes destas atividades para destino adequado.



2. Correm por conta do concessionário os encargos com a instalação e utilização de telefone e Internet, assim como os relativos à manutenção/reparação dos equipamentos e aos trabalhos de construção civil para manutenção do parque de estacionamento em boas condições.
3. O concessionário deve cumprir o disposto no Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento do Mercado Sant'Ana e no Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria.
4. O concessionário obriga-se a afixar o regulamento do parque de estacionamento, em local apropriado e acessível aos utentes.

Cláusula 24.ª | Horário de Funcionamento

1. O horário de funcionamento do parque de estacionamento encontra-se definido no Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento do Mercado Sant'Ana.
2. O concessionário é responsável pela vigilância e segurança do parque de estacionamento e dos veículos que nele se encontrem no período em que se encontra aberto ao público, nos termos da legislação em vigor e do regulamento do parque de estacionamento.
3. O tarifário deve constar de suporte a afixar à entrada do parque de estacionamento.

Cláusula 25.ª | Tarifário

1. O concessionário fica obrigado a respeitar o regime previsto no Anexo ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria em vigor, para o “Parque de Estacionamento do Mercado Sant'Ana – Centro Cultural”, aplicando os valores nele fixados e isentando do pagamento destes os veículos a que se refere o Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento do Mercado Sant'Ana.
2. O concessionário não terá direito a qualquer indemnização ou compensação decorrente das isenções referidas no número anterior.
3. O tarifário deve constar de suporte a afixar à entrada do parque de estacionamento.

Cláusula 26.ª | Condicionamentos futuros

1. O concedente reserva-se o direito de, independentemente das condições de exploração do parque de estacionamento alterar os sentidos de circulação à superfície e modificar as condições de estacionamento nas suas imediações, sem todavia impedir a livre e permanente entrada e saída de veículos do parque.
2. Se, por motivo de modificação dos sentidos de trânsito ou do esquema viário da área envolvente do parque de estacionamento, for necessário executar obras nos respetivos acessos, os encargos daí resultantes serão suportados pelo Município de Leiria.



Cláusula 27.^a | Obras, equipamentos e encargos

1. Constitui responsabilidade do concessionário, todos os trabalhos e materiais necessários à manutenção e/ou reparação, designadamente de:

- a) Sistema de gestão do parque de estacionamento;
- b) Portão e cancelas do parque de estacionamento;
- c) Indicação eletrónica livre/completo;
- d) Equipamento informático;
- e) Sistemas de segurança;
- f) Extintores;
- g) Iluminação;
- h) Sistema elétrico e respetivo equipamento;
- i) Bombagem;
- j) Sistema de deteção de intrusão;
- k) Pavimento e paredes;
- l) Instalações.

2. Constitui responsabilidade do concessionário todos os trabalhos necessários à:

- a) Instalação, substituição e manutenção de sinalização do trânsito vertical e horizontal, conforme o disposto no Regulamento da Sinalização do Trânsito, no Código da Estrada, no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, no Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril e demais legislação aplicável;
- b) Instalação, substituição e manutenção de sinalética de apoio aos utentes;
- c) Instalação, substituição e manutenção de sinalética de segurança.

3. É da responsabilidade do concessionário assegurar a devida assistência técnica e a manutenção preventiva dos sistemas de segurança instalados no parque de estacionamento.

4. Os sistemas de segurança instalados no parque de estacionamento compreendem:

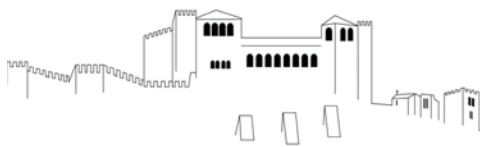
- a) O sistema automático de deteção de incêndios: Modelo TRIDENT VIGITRON da marca Vigilarte.
- b) O sistema automático de deteção de gases: Modelo DURAN 203 PLUS, da marca Vigilarte.

5. Os serviços de assistência técnica compreendem todas as intervenções necessárias para resolução das avarias ou anomalias verificadas nos sistemas de segurança.

6. A manutenção preventiva compreende uma revisão anual aos equipamentos que integram os sistemas de segurança compreendendo as seguintes ações:

a) Sistema Automático de Deteção de Incêndios e Extinção:

- i. Inspeção visual da cablagem;
- ii. Verificação e ensaios de operacionalidade dos detetores de incêndio;
- iii. Ensaio dos botões de alarme e indicadores de ação;



- iv. Limpeza, verificação, afinação e ensaio da central de sinalização e comando, incluindo os órgãos ótico acústicos e a transmissão à distância dos alarmes;
- v. Ensaio dos comandos do sistema de deteção de incêndios;
- vi. Ensaio de funcionamento dos quadros repetidores de alarmes;
- vii. Verificação da corrente de carga das baterias de energia de socorro;
- viii. Verificação do estado de pressurização das garrafas do agente extintor;
- ix. Verificação e ensaio do sistema de disparo de extinção.

b) Sistema Automático de Deteção de Gases:

- i. Inspeção visual da cablagem;
- ii. Verificação e ensaios de operacionalidade dos detetores de gás e monóxido de carbono;
- iii. Limpeza, verificação, afinação e ensaio da central de sinalização e comando, incluindo os órgãos ótico acústicos e a transmissão à distância dos alarmes;
- iv. Ensaio dos comandos do sistema de deteção de gases;
- v. Ensaio de funcionamento dos quadros repetidores de alarmes;
- vi. Verificação da corrente de carga das baterias de energia de socorro.

7. Os encargos resultantes das obrigações estabelecidas nos números anteriores são da inteira responsabilidade do concessionário.

8. É, ainda, responsabilidade do concessionário:

a) A implementação do Plano de Segurança Interno Contra Incêndios, de acordo com a legislação aplicável.

b) Os encargos inerentes ao funcionamento do parque de estacionamento serão suportados pelo concessionário

c) Assegurar que os equipamentos afetos ao sistema de gestão automática do parque de estacionamento, não se encontrem fora de serviço por um período superior a 24 horas.

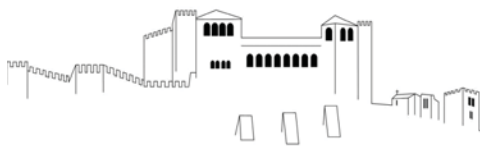
9. Se equipamentos afetos ao sistema de gestão automática do parque de estacionamento se encontrarem fora de serviço, durante o período a que se refere a alínea c) do número anterior, o concessionário obriga-se ao normal funcionamento do parque de estacionamento, através de meios humanos e de emissão de recibos, não criando perdas de receita.

Cláusula 28.ª | Verificação Metrológica

Cumpra ao concessionário assegurar a verificação metrológica anual do sistema de gestão do parque de estacionamento.

Cláusula 29.ª | Proibições

1. Não é permitido ao concessionário:



- a) Guardar gratuitamente viaturas de terceiros, salvo as isenções de pagamento de taxa previstas no Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento;
- b) Guardar e/ou acumular quaisquer objetos que causem má imagem, ou suscetíveis de causar riscos;
- c) Exercer quaisquer outras atividades nos espaços/instalações concessionados, exceto se devidamente autorizadas pelo Município de Leiria;
- d) Fazer ou permitir publicidade de qualquer natureza, exceto a inerente à atividade exercida.
- e) Pelo incumprimento do disposto nas alíneas do n.º 1 o concessionário fica sujeito às penalidades constantes do Capítulo XI da Parte I do caderno de encargos.

Cláusula 30.^a | Desocupação

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 59.^a da Parte I do caderno de encargos, no termo da concessão o concessionário fica obrigado a proceder à desocupação imediata do parque de estacionamento.
2. Pelo incumprimento do preceituado no número anterior o concessionário fica sujeito às penalidades constantes do Capítulo XI da Parte I do caderno de encargos, e constitui o Município de Leiria no direito de ser indemnizado pelos prejuízos sofridos, podendo proceder aos trabalhos necessários por conta do concessionário.



Secção III – Parque de Estacionamento da Fonte Quente

Cláusula 31.ª | Número de lugares de estacionamento

Página | 38

O parque tem capacidade de 246 (duzentos e quarenta e seis) lugares de estacionamento, distribuídos por dois pisos, sendo um à superfície com 82 (oitenta e dois) lugares, dos quais 6 (seis) reservados para pessoas com mobilidade condicionada, sendo 4 (quatro) reservados para veículos conduzidos por pessoas portadoras de deficiência, 1 (um) reservado para veículos conduzidos por grávidas e 1 (um) reservado para veículos conduzidos por acompanhantes de crianças de colo, e o outro piso subterrâneo com 164 (cento e sessenta e quatro) lugares.

Cláusula 32.ª | Início da exploração

O início da exploração do parque de estacionamento da Fonte Quente ocorrerá, nunca antes do 6.º ano do prazo da concessão, em data a definir pelo Município de Leiria.

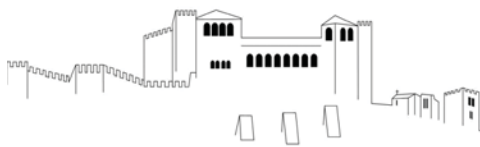
Cláusula 33.ª | Obrigações do concessionário

1. O concessionário obriga-se a:

- a) Obter todas as licenças e autorizações que forem necessárias, estando a seu cargo os meios humanos, todas as obras, designadamente de adaptação, conservação, manutenção ou reparação e quaisquer outras despesas ou encargos que recaiam sobre o exercício da atividade.
- b) Manter, reparar e adquirir todos os equipamentos necessários ao funcionamento do parque de estacionamento, designadamente do sistema de gestão do parque, controle de acessos (utentes e viaturas), sistemas de segurança, rede elétrica e respetivos equipamentos, segurança, sinalização, instalação e manutenção de sinalética informativa aos utentes e de sinalização do trânsito, entre outros.
- c) Executar as limpezas correntes mensais ao espaço e uma limpeza profunda semestral, para além das ações de limpeza sempre que necessárias para evitar a acumulação de lixos e outros resíduos.
- d) Manter as instalações do parque e seu equipamento em perfeitas condições de segurança, conservação, manutenção, higiene e ventilação, bem como a encaminhar os resíduos resultantes destas atividades para destino adequado.

2. Correm por conta do concessionário os encargos com a instalação e utilização de telefone e Internet, assim como a manutenção/reparação dos equipamentos e os trabalhos de construção civil para manutenção do espaço em boas condições.

3. O concessionário deve cumprir o disposto no Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento da Fonte Quente e no Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria.



4. O concessionário obriga-se a afixar o regulamento do parque de estacionamento em local apropriado e acessível aos utentes.

Cláusula 34.ª | Horário de Funcionamento

Página | 39

1. O parque de estacionamento deve estar aberto ao público 24 horas, todos os dias do ano.
2. O concessionário é responsável pela vigilância e segurança do parque de estacionamento e dos veículos que nele se encontrem no período em que se encontra aberto ao público, nos termos da legislação em vigor e do regulamento do parque de estacionamento.

Cláusula 35.ª | Tarifário

1. O concessionário fica obrigado a respeitar o regime previsto no Anexo ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Leiria em vigor, para o “Parque de Estacionamento da Fonte Quente”, aplicando os valores nele fixados e isentando do pagamento destes os veículos a que se refere o Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento da Fonte Quente.
2. O concessionário não terá direito a qualquer indemnização ou compensação decorrente das isenções referidas no número anterior.
3. O tarifário deve constar de suporte a afixar à entrada do parque de estacionamento.

Cláusula 36.ª | Condicionamentos futuros

1. O concedente reserva-se o direito de, independentemente das condições de exploração do parque de estacionamento alterar os sentidos de circulação à superfície e modificar as condições de estacionamento nas suas imediações, sem todavia impedir a livre e permanente entrada e saída de veículos do parque.
2. Se, por motivo de modificação dos sentidos de trânsito ou do esquema viário da área envolvente do parque de estacionamento, for necessário executar obras nos respetivos acessos, os encargos daí resultantes serão suportados pelo Município de Leiria.

Cláusula 37.ª | Manutenção, conservação, limpeza e segurança

1. A manutenção, conservação, reparação, limpeza e segurança do parque de estacionamento são da responsabilidade do concessionário.
2. Constituirá responsabilidade do concessionário a gestão dos resíduos resultantes das atividades referidas no número anterior.

Cláusula 38.ª | Obras, Equipamentos e Encargos

1. Constitui responsabilidade do concessionário, todos os trabalhos e materiais necessários à manutenção e/ou reparação de:



- a) Sistema de gestão do parque de estacionamento;
- b) Portão e das cancelas do parque;
- c) Indicação eletrónica livre/completo;
- d) Equipamento informático;
- e) Sistemas de segurança;
- f) Extintores;
- g) Iluminação;
- h) Sistema elétrico e respetivo equipamento;
- i) Bombagem;
- j) Sistema de deteção de intrusão;
- k) Pavimento e paredes;
- l) Instalações.

2. Constitui responsabilidade do concessionário todas os trabalhos necessários à:

- a) Instalação, substituição e manutenção de sinalização do trânsito vertical e horizontal, conforme o disposto no Regulamento da Sinalização do Trânsito, no Código da Estrada, no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, no Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de Abril e demais legislação aplicável;
- b) Instalação, substituição e manutenção de sinalética de apoio aos utentes;
- c) Instalação, substituição e manutenção de sinalética de segurança.

3. É responsabilidade do concessionário assegurar a devida assistência técnica e a manutenção preventiva dos Sistemas de Segurança instalados no parque de estacionamento.

4. Os sistemas de segurança instalados no parque de estacionamento compreendem:

- a) O Sistema automático de deteção de incêndios:

SIEMENS - Siemens Building Technologies AG

Fire & Security Products

FC 330 A

157230v 50.60Hz 1,6A/0,8A

EN 54-2

CNBOP 13451/2003

- b) O Sistema automático de deteção de gases:

Manufactured in Spain by Duran Electronica SL

Siemens CC62P

Serial Number CER 04076

220-240V AC

- c) O Sistema de CFTV – circuito fechado de televisão:

Multicam Surveillance System - GeoVision



GV-650

5. Os serviços de assistência técnica compreendem todas as intervenções necessárias para resolução das avarias ou anomalias verificadas nos Sistemas de Segurança.

6. A manutenção preventiva compreende uma revisão anual aos equipamentos que integram os sistemas de segurança compreendendo as seguintes ações:

Página | 41

a) Sistema Automático de Detecção de Incêndios e Extinção:

- i.** Inspeção visual da cablagem;
- ii.** Verificação e ensaios de operacionalidade dos detetores de incêndio;
- iii.** Ensaio dos botões de alarme e indicadores de ação;
- iv.** Limpeza, verificação, afinação e ensaio da central de sinalização e comando, incluindo os órgãos ótico acústicos e a transmissão à distância dos alarmes;
- v.** Ensaio dos comandos do sistema de deteção de incêndios;
- vi.** Ensaio de funcionamento dos quadros repetidores de alarmes;
- vii.** Verificação da corrente de carga das baterias de energia de socorro;
- viii.** Verificação do estado de pressurização das garrafas do agente extintor;
- ix.** Verificação e ensaio do sistema de disparo de extinção.

b) Sistema Automático de Detecção de Gases:

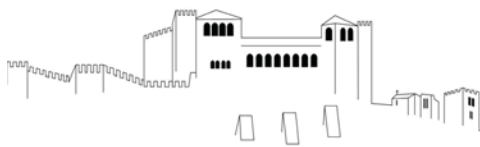
- i.** Inspeção visual da cablagem;
- ii.** Verificação e ensaios de operacionalidade dos detetores de gás e monóxido de carbono;
- iii.** Limpeza, verificação, afinação e ensaio da central de sinalização e comando, incluindo os órgãos ótico acústicos e a transmissão à distância dos alarmes;
- iv.** Ensaio dos comandos do sistema de deteção de gases;
- v.** Ensaio de funcionamento dos quadros repetidores de alarmes;
- vi.** Verificação da corrente de carga das baterias de energia de socorro.

c) Sistema CFTV – Circuito Fechado de Televisão

- i.** Inspeção visual da cablagem;
- ii.** Verificação e ensaio do sistema de comando e visualização;
- iii.** Limpeza, verificação e ajuste das câmaras de vídeo;
- iv.** Limpeza, verificação e ajuste dos monitores de visualização;
- v.** Verificação da programação de funcionalidade do sistema;
- vi.** Verificação da corrente de carga ao sistema.

7. Os encargos resultantes das obrigações estabelecidas nos números anteriores são da inteira responsabilidade do concessionário.

8. É, ainda, da responsabilidade do concessionário:



a) Implementação do Plano de Segurança Interno Contra Incêndios, de acordo com a legislação aplicável.

b) Os encargos inerentes ao funcionamento do parque de estacionamento serão suportados pelo concessionário.

c) Assegurar que os equipamentos afetos ao sistema de gestão automática do parque de estacionamento, não se encontrem fora de serviço por um período superior a 24 horas.

9. Se os equipamentos afetos ao sistema de gestão automática do parque de estacionamento se encontrarem fora de serviço, durante o período a que se refere a alínea c) do número anterior, o concessionário obriga-se ao normal funcionamento do parque de estacionamento, através de meios humanos e de emissão de recibos, não criando perdas de receita.

Cláusula 39.ª | Verificação metrológica

Cumpra ao concessionário assegurar a verificação metrológica anual do sistema de gestão do parque de estacionamento.

Cláusula 40.ª | Proibições

1. Não é permitido ao concessionário:

a) Guardar gratuitamente viaturas de terceiros, salvo as isenções de pagamento de taxa previstas no Regulamento Municipal do Parque de Estacionamento;

b) Guardar e/ou acumular quaisquer objetos que causem má imagem, ou suscetíveis de causar riscos;

c) Exercer quaisquer outras atividades nos espaços/instalações concessionados, exceto se devidamente autorizadas pelo Município de Leiria;

d) Fazer ou permitir publicidade de qualquer natureza, exceto a inerente à atividade exercida.

2. Pelo incumprimento do disposto nas alíneas do n.º 1 o concessionário fica sujeito às penalidades constantes do Capítulo XI da Parte I do caderno de encargos.

Cláusula 41.ª | Desocupação

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 59.ª da Parte I do caderno de encargos, no termo da concessão o concessionário fica obrigado a proceder à desocupação imediata do parque de estacionamento.

2. Pelo incumprimento do preceituado no número anterior o concessionário fica sujeito às penalidades constantes do Capítulo XI da Parte I do caderno de encargos, e constitui o Município de Leiria no direito de ser indemnizado pelos prejuízos sofridos, podendo proceder aos trabalhos necessários por conta do concessionário.



Município de Leiria

Câmara Municipal

Anexos

Anexo I | zonas de estacionamento de duração limitada existentes, a expandir e a implementar

Página | 43

Zona		N.º de lugares de estacionamento ¹
A	Arruamentos existentes	
	Avenida Marquês de Pombal	171
	Rua João Cabral	51
	Largo do Tribunal	24
	Rua Dr. José Henriques Vareda	29
	TOTAL arruamentos existentes	275
	Arruamentos novos	
	Avenida Marquês de Pombal	43
	Rua Sá de Miranda	80
	Rua da Restauração	23
	Rua Francisco Pereira da Silva (troço entre o entroncamento com a Avenida Marquês de Pombal e o entroncamento com a Rua D. João Pereira Venâncio)	29
	Largo Padre Carvalho	18
	Rua Joaquim Ribeiro de Carvalho (troço entre o Largo Padre Carvalho e a entrada do Seminário Diocesano)	5
	TOTAL arruamentos novos	198
	TOTAL Zona A	473
C	Arruamentos existentes	
	Avenida Heróis de Angola	72
	Rua de São Francisco	27
	Rua Dr. Américo Cortez Pinto	40
	Travesso Venceslau de Moraes	25
	Travessa Dr. Américo Cortez Pinto	0
	Largo Comendador José Lúcio da Silva	6
	Rua D. Maria Graça Lúcio da Silva	4
	TOTAL arruamentos existentes	174
	Arruamentos novos	
	Rua de São Francisco	47
	Rua Camilo Korrodi	39
	Rua da Europa	18
	Largo situado entre o Edifício 2000 e o Anfiteatro do Carpalho	56
	Praça do Emigrante	21
	Rua Coronel Teles Sampaio Rio	8
	Rua Horácio da Silva Eliseu Silvicultor	13
	TOTAL arruamentos novos	202
	TOTAL Zona C	376
D	Zona Nova	
	Rua Tenente Valadim	42
	TOTAL Zona D	42
E	Zona Nova	
	Rua Anzebino da Cruz Saraiva	115
	TOTAL Zona E	115
F	Zona Nova	
	Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque (troço entre a Rotunda do Estádio e o entroncamento com a Rua de São Francisco)	32
	Avenida Cidade de Maringá	44
	TOTAL Zona F	76
Estacionamen- to dos Paços do Concelho	Zona existente	
	Largo da República	67
	TOTAL Zona Paços de Concelho	67
ZRSB	Zona Nova	
	Rua General Norton de Matos	43
	TOTAL Zona ZRSB	43
TOTAL		1192



Município de Leiria

Câmara Municipal

¹ Admite-se uma margem de erro de cerca de 3% a aplicar a cada zona.



Anexo II | Peças Desenhadas

1. Zonas existentes:

- . Desenho n.º 01 | ZEDL A – Av. Marquês de Pombal, Rua Dr. José Henriques Vareda
- . Desenho n.º 02 | ZEDL A – Rua João Cabral, Largo do Tribunal
- . Desenho n.º 03 | ZEDL C – Av. Heróis de Angola
- . Desenho n.º 04 | ZEDL C – Rua Dr. Américo Cortez Pinto, Travessa Venceslau de Moraes, Largo Comendador José Lúcio da Silva, Rua Maria da Graça Lúcio da Silva
- . Desenho n.º 05 | ZEDL C – Rua de São Francisco
- . Desenho n.º 06 | ZEDL Estacionamento dos Paços do Concelho – Largo da República

Página | 45

2. Zonas a expandir:

- . Desenho n.º 01 | ZONA A – Av. Marquês de Pombal
- . Desenho n.º 02 | ZONA A – Rua Sá de Miranda
- . Desenho n.º 03 | ZONA A – Rua Francisco Pereira da Silva, Largo Padre Carvalho
- . Desenho n.º 04 | ZONA A – Rua da Restauração, Rua Joaquim Ribeiro de Carvalho
- . Desenho n.º 05 | ZONA C – Rua de São Francisco, Praça do Emigrante
- . Desenho n.º 06 | ZONA C – Rua Camilo Korrodi, Rua Horácio da Silva Eliseu Silvicultor
- . Desenho n.º 07 | ZONA C – Rua Coronel Teles Sampaio Rio, Rua da Europa
- . Desenho n.º 08 | ZONA C – Praceta Abraão

3. Zonas a implementar:

- . Desenho n.º 09 | ZONA E – Rua Anzebino da Cruz Saraiva
- . Desenho n.º 10 | ZONA D – Rua Tenente Valadim
- . Desenho n.º 11 | ZONA F – Av. Cidade de Maringá
- . Desenho n.º 12 | ZONA ZRSB – Rua General Norton de Matos
- . Desenho n.º 13 | ZONA F – Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque



Anexo III | Requisitos para os planos de arruamento

Os planos de arruamento devem conter os seguintes elementos:

a) Peças desenhadas

As peças desenhadas devem ser representadas à escala 1/500 e apresentadas em formato papel e digital (.dwg e .pdf). Devem identificar e caracterizar:

- . Data e número do desenho;
- . Toponímia;
- . Cartografia;
- . Sinalização vertical e horizontal;
- . Localização dos parquímetros e demais elementos, mesmo que não afetos diretamente à concessão, mas que tenham influência na compreensão da distribuição do espaço público proposta, nomeadamente, árvores, iluminação pública, mobiliário urbano e equipamentos de resíduos sólidos urbanos;
- . Marcação dos lugares de estacionamento afetos à concessão, localização e numeração dos mesmos;
- . Identificação clara das alterações propostas para a viabilização das soluções apresentadas
- . Quaisquer outros elementos não mencionados nas alíneas anteriores, mas que interfiram diretamente ou indiretamente com a gestão do estacionamento em análise.

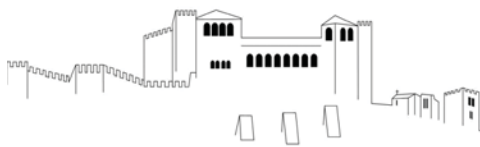
b) Peças escritas

Deve ser elaborado um quadro-resumo que permita a identificação dos desenhos e que seja atualizado pelo concessionário sempre que existam alterações nos arruamentos ao abrigo do proposto no plano de arruamento, com os seguintes campos obrigatórios:

- . Data de elaboração do quadro;
- . Nome do arruamento;
- . Identificação da zona;
- . Número de lugares;
- . Número e tipo de parquímetro;
- . Número do desenho;
- . Data do desenho;
- . Observações.

Sempre que as peças desenhadas não permitam a correta aferição dos trabalhos e alterações propostos, o concessionário deve apresentar documento escrito onde deve descrever os trabalhos propostos, nomeadamente:

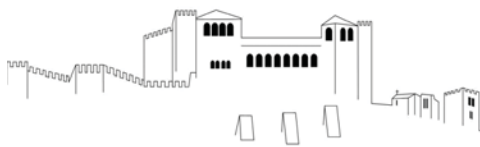
- . Datas e tempos de implementação das principais fases do plano de arruamento;
- . Lista descritiva com as características técnicas e operacionais dos parquímetros;
- . Lista descritiva com as características técnicas da sinalização do trânsito;
- . Lista descritiva com as características técnicas da sinalética de apoio ao utente;



Anexo IV | Requisitos para o plano de Manutenção

O Plano de Manutenção deverá ser elaborado de forma a garantir os níveis de serviço exigidos na cláusula 16.º da Parte II do caderno de encargos e deve conter os seguintes elementos mínimos:

- a) Planeamento e descrição das ações de manutenção preventiva e corretiva, com apresentação de uma listagem com as reparações mais frequentes, com menção aos níveis de serviço e materiais propostos para cada tarefa;
- b) Planeamento e características dos trabalhos e materiais a utilizarem no sistema de manutenção relacionado com a visibilidade da sinalização dos lugares de estacionamento concessionados, nomeadamente, sinalização vertical e marcas reguladoras relacionadas direta ou indiretamente com a gestão dos mesmos e de acordo com o Regulamento de Sinalização do Trânsito;
- c) Planeamento e descrição de tarefas de tratamento estético dos parquímetros, incluindo a limpeza interna e externa, bem como a remoção de grafitis e pintura das máquinas
- d) Descrição e planeamento dos meios humanos e materiais afetos às tarefas de manutenção.



Anexo V | Requisitos para o plano de Monitorização e Fiscalização

O Plano de Monitorização e Fiscalização deverá ser elaborado de forma a garantir os níveis de serviço exigidos na cláusula 18.º da Parte II do Caderno de Encargos e deve conter os seguintes elementos mínimos:

- a) Descrição pormenorizada das características do sistema de monitorização, bem como todos os seus componentes e equipamentos.
- b) Descrição de todas as funcionalidades do sistema de monitorização que estarão disponíveis para a execução do contrato.
- c) Inclusão de todos os manuais de utilização e certificados relativos aos equipamentos a utilizar no âmbito da implementação do plano.
- d) Planeamento das tarefas de monitorização, incluindo a indicação dos recursos humanos disponibilizados para as mesmas.
- e) Planeamento das tarefas de fiscalização.
- f) Descrição da metodologia para deteção de estacionamento abusivo em zona concessionada, incluindo controlo da duração máxima do estacionamento.
- g) Descrição do procedimento a adotar em caso de deteção de estacionamento abusivo, nomeadamente quanto aos métodos a utilizar para a sua dissuasão.



Município de Leiria

Câmara Municipal

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º ____/2012

PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DA GESTÃO, DA MANUTENÇÃO E DA EXPLORAÇÃO, EM REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO, DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO PAGO DE DURAÇÃO LIMITADA À SUPERFÍCIE, DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO DE SANT'ANA E DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA FONTE QUENTE, TODOS SITOS NA FREGUESIA E CONCELHO DE LEIRIA

PROGRAMA DE CONCURSO

Cláusula 1.ª | Objeto do concurso

O presente concurso público visa a celebração pelo Município de Leiria, de um contrato de concessão, nos termos do qual o concessionário se obriga à concessão da gestão, da manutenção e da exploração, em regime de serviço público, das Zonas de Estacionamento Público Pago de Duração Limitada à superfície, do Parque de Estacionamento do Mercado de Sant'Ana e do Parque de Estacionamento da Fonte Quente, todos sitos na freguesia e concelho de Leiria,

Cláusula 2.ª | Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Município de Leiria, sito no Largo da República, 2414-006 Leiria, com os números de telefone 244 839 500, endereço eletrónico aprovisionamento@cm-leiria.pt e plataforma eletrónica de contratação pública com endereço www.anogov.com.

1

Cláusula 3.ª | Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Leiria, de ____ de ____ de 20__, ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do deceto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com autorização da Assembleia Municipal tomada por deliberação em sua sessão de ____ de ____ de 20__, ao abrigo do disposto na alínea q) no n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Cláusula 4.ª | Consulta das peças do concurso

1. O programa de concurso e o caderno de encargos encontram-se patentes na página de Internet da Câmara Municipal de Leiria (<http://www.cm-leiria.pt>) e, em formato eletrónico, na morada indicada na cláusula 2.ª deste programa do concurso, onde poderão ser consultados, durante as horas de



expediente, das 9h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m, desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

2. As peças do concurso também se encontram disponibilizadas na plataforma electrónica anoGov, com o endereço www.anogov.com.

Cláusula 5.ª | Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do concurso e poderão ser solicitados, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma electrónica de contratação pública www.anogov.com.

2. Os esclarecimentos serão prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3. Os esclarecimentos e as retificações referidos no número anterior serão disponibilizados na referida plataforma electrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

4. Os esclarecimentos e as retificações farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.

2

Cláusula 6.ª | Concorrentes

1. Serão admitidos os concorrentes que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:

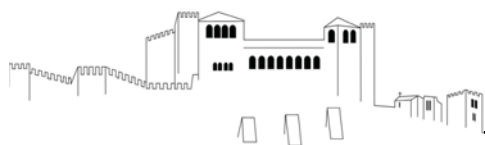
- a) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP;
- b) Reúnam todos os requisitos legais constantes deste concurso.

2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, de acordo com o disposto no artigo 54.º do CCP.

3. Na situação prevista no número anterior e em caso de adjudicação, todos os membros do(s) agrupamento(s) concorrente(s), e apenas estes, deverão associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Cláusula 7.ª | Proposta

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.



2. Na proposta o concorrente deverá indicar os seguintes elementos:

a) Valor da Renda Fixa Global em 10 anos, que corresponde ao valor a pagar pela concessão

3. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos. Quando os preços sejam indicados também por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismo.

4. Os preços apresentados terão um máximo de 2 casas decimais.

5. A proposta deverá ser apresentada na plataforma eletrónica www.anogov.com, contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

6. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deverá ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso aquelas o tenham designado, devendo este, para tal, estar devidamente mandatado.

7. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

Cláusula 8.ª | Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

a) Documento referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, e que constitui o **Anexo I** ao presente programa do concurso e que deverá estar de acordo com os n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo;

b) Documento onde conste o valor da Renda Fixa Global por 10 anos, que deverá cumprir o disposto no artigo 60.º do CCP, devendo ser assinado por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso aquelas o tenham designado, devendo este, para tal, estar devidamente mandatado.

c) Cópia da **certidão permanente** actualizada ou documento equivalente. No caso de agrupamento de concorrentes, este documento deverá ser apresentado por cada uma das entidades que o compõe.

d) Documento com a designação “**Plano de Monitorização e Fiscalização**” apto a verificar as condições expressas na alínea a) e b) do ponto 1 da cláusula 9.ª do Regulamento de Avaliação das Propostas;

e) Documento com a designação “**Descrição do tipo de parquímetros a instalar e respetivos métodos de pagamento do estacionamento**” apto a verificar as condições expressas na alínea c) e d) do ponto 1 da cláusula 9.ª do Regulamento de Avaliação das Propostas;

f) **Plano económico-financeiro da concessão**, com relatório explicativo dos valores adotados para as variáveis fundamentais que influenciem o plano económico-financeiro e as suas soluções estudadas



para a sua evolução anual ao longo do período da concessão, devendo refletir a coerência da proposta e indicando, obrigatoriamente, de forma detalha, os investimento a realizar.

2. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deverá ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõe, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.

3. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

5. Todos os documentos deverão ser redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

6. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

Cláusula 9.ª | Requisitos para os ficheiros das propostas

4

Outros documentos para além dos exigidos no n.º 1 da Cláusula 8.ª, deverão ser apresentados em ficheiro distinto.

Cláusula 10.ª | Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 11.ª | Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas serão apresentadas na plataforma eletrónica www.anogov.com, até às 23h 59, do **47.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

2. As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas no número anterior.

3. Os concorrentes deverão prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 desta Cláusula.



Cláusula 12.ª | Retirada da proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Cláusula 13.ª | Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas será de **120 dias**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, não havendo lugar a qualquer prorrogação.

Cláusula 14.ª | Visita aos locais objeto da concessão

Para efeitos de conhecimento dos locais da concessão os interessados poderão solicitar a marcação de visita de reconhecimento durante o prazo para apresentação de propostas.

Cláusula 15.ª | Critério de adjudicação

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Regulamento de Avaliação das Propostas constante do **Anexo III do Programa do Concurso**.

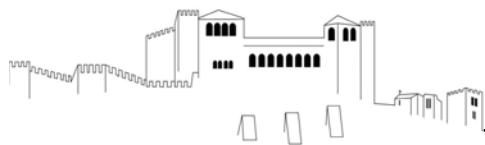
5

Cláusula 16.ª | Caução

1. O adjudicatário deve prestar, no prazo de 10 dias a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 2% do montante correspondente à utilidade económica imediata do contrato para a entidade adjudicante, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, corresponde à utilidade económica imediata do contrato para a entidade adjudicante o valor da Renda Fixa Global deduzido do Adiantamento fixado na cláusula 44.ª da Parte I do caderno de encargos.
3. A caução referida nos números anteriores deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução.

Cláusula 17.ª | Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que



se encontra nas seguintes situações:

- a) Situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a **impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

O adjudicatário deverá, ainda, entregar os seguintes documentos:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do **anexo II** do presente programa de concurso (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos);

- b) Cartão de Cidadão ou Número de Contribuinte e Bilhete de Identidade da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato.

2. Caso sejam detectadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um **prazo adicional de 5 dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

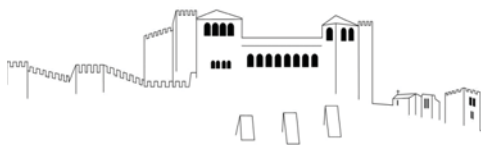
3. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do artigo 82.º do CCP.

4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2, do artigo 82.º do CCP.

Cláusula 18.ª | Caducidade da adjudicação

A adjudicação caduca:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 86.º e no artigo 87.º do CCP;



b) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe é exigida, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 91.º do CCP;

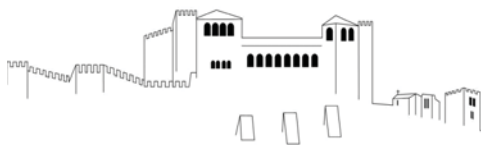
c) O adjudicatário não confirmar os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP;

Cláusula 19.ª | Legislação aplicável

Em tudo o que o presente programa de concurso for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

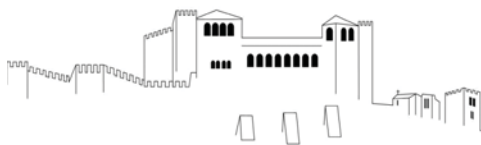
X

Raul Castro
Presidente da Câmara Municipal de Leiria



Anexos ao Programa de Concurso:

- Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
- Anexo II – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
- Anexo III - Regulamento de Avaliação das Propostas



Anexo I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) [...]

b) [...]

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

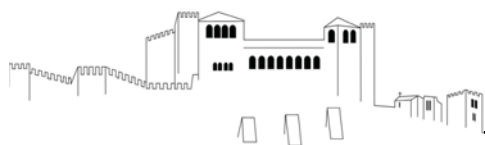
c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);



- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em



qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

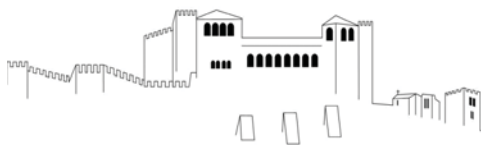
6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ...

(local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

(Assinatura electrónica do(s) representante(s) legal(ais))



Anexo II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

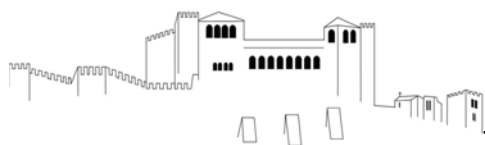
d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade

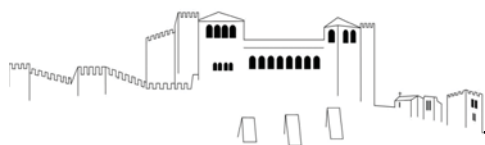


da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ...

(local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

(Assinatura electrónica do(s) representante(s) legal(ais))



Anexo III | Regulamento de Avaliação das Propostas

I.- Disposições Gerais

Cláusula 1.º | Regulamento

O presente regulamento visa definir o enquadramento procedimental, organizacional e metodológico para a apreciação, análise, avaliação e qualificação das propostas, com vista à formulação de uma proposta de decisão final da fase de qualificação ao órgão competente.

Cláusula 2.º | Objecto do regulamento

Para efeitos de análise das propostas serão considerados os documentos apresentados pelos concorrentes, sem prejuízo da reserva da entidade adjudicante solicitar esclarecimentos quando tenha fundadas dúvidas sobre a legitimidade e interpretação dos mesmos.

Cláusula 3.º | Júri

O Júri procederá à avaliação das propostas e à execução dos demais procedimentos relacionados, com vista à formulação da proposta de decisão final do procedimento a submeter ao órgão competente.

14

Cláusula 4.º | Consultores e estudos de apoio à decisão

1. O Júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri podem ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, e, neste caso, tais documentos instruirão os respectivos relatórios.

II.- Análise das propostas

Cláusula 5.º | Objectivo

As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas, avaliadas e, em função disso, hierarquizadas por ordem decrescente de mérito, em função dos seguintes factores e sub-factores

Factor	Sub-factor	Ponderação	
F1: Renda Fixa Global		60%	
F2: Qualidade e Mérito Técnico dos	F2.1: Capacidade de monitorização e fiscalização das infracções de estacionamento	15%	40%



Serviços e Equipamento	F2.2: Controlo do número e horas efectivas de estacionamento	15%	
	F2.3: Métodos de pagamento do estacionamento	35%	
	F2.4: Alimentação dos parquímetros	35%	

Cláusula 6.º | Avaliação das propostas

1. À pontuação atribuída nos diferentes factores e sub-factores serão aplicados os respectivos coeficientes de ponderação, a qual corresponde a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação} = 60\% \times F1 + 40\% \times F2$$

Em que:

F1 = valor da Renda Fixa Global prevista na cláusula 44.ª da parte II do caderno de encargos.

Sendo:

$$F2 = 15\% \times F2.1 + 15\% \times F2.2 + 35\% \times F2.3 + 35\% \times F2.4$$

Em que:

F2 = Resultado de aplicação das pontuações previstas na cláusula 9.º do Anexo VI do Programa de Concurso.

F2.1 = Capacidade de monitorização das infracções de estacionamento;

F2.2 = Controlo do número de horas efectivas de estacionamento;

F2.3 = Métodos de pagamento do estacionamento;

F2.4 = Alimentação dos parquímetros.

2. A pontuação final do critério de adjudicação será arredondada até à segunda casa decimal.

Cláusula 7.º | Classificação das propostas

1. Uma vez determinadas as valias absolutas e relativas das propostas, o Júri ordená-las-á por ordem decrescente de mérito, aferido em função da pontuação obtida pelas mesmas nos diferentes factores e sub-factores do critério de adjudicação.

2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função da pontuação total que cada uma delas obteve no factor Renda Fixa Global (F1).

3. Em caso de novo empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função da pontuação que cada uma delas obteve no sub-factor Qualidade geral do Plano de Arruamento para as ZEDLs a expandir e a implementar (F2.4).



III.- Factor Qualidade e mérito técnico dos serviços e equipamento

Cláusula 8.º | Metodologia de avaliação

O factor será preenchido pelos quatro sub-factores indicados na cláusula 5.º do presente regulamento, que participarão, nas percentagens também ali indicadas, para a pontuação final das propostas naquele factor.

Cláusula 9.º | Descritores de avaliação

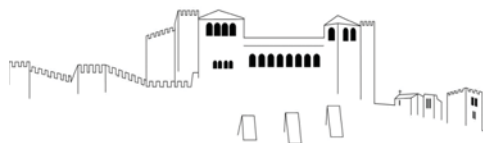
1. A análise das propostas em face do factor qualidade e mérito técnico dos serviços será operacionalizada pela subsunção das mesmas aos descritores seguintes:

a) F2.1 - Capacidade de monitorização das infracções de estacionamento

	DESCRIPTOR	PONTUAÇÃO
Capacidade do Plano de Monitorização e Fiscalização apresentado para a verificação das infracções de estacionamento	O sistema de monitorização proposto possibilita que se determine em tempo real, através da central de monitorização, e sem necessidade de recorrer a meios humanos, as infracções de estacionamento existentes num dado momento.	4
	O sistema de monitorização proposto possibilita que se determine em tempo real, através das rondas de monitorização e com recurso a equipamento informáticos ligados remotamente a uma central de tratamento de dados, as infracções de estacionamento existentes num dado momento.	3
	O sistema de monitorização proposto permite que, através das rondas de monitorização e com recurso a equipamento informático que armazena a informação, se determine, à posteriori, as infracções de estacionamento num dado momento. Os dados são posteriormente carregados no sistema de monitorização.	2
	O sistema de monitorização proposto contempla apenas o registo manual das infracções de estacionamento sem que haja recurso a equipamento informático de armazenamento de informação, sendo que os dados são posteriormente carregados no sistema de monitorização.	1

b) F2.2 – Controlo do número de horas efectivas de estacionamento

	DESCRIPTOR	PONTUAÇÃO
Capacidade do Plano de Monitorização e Fiscalização apresentado na verificação do nº de horas efectivas de estacionamento	O sistema de monitorização proposto possibilita que se determine em tempo real, através de central de tratamento de dados, e sem necessidade de recorrer a meios humanos, a duração efectiva do estacionamento ao nível do lugar.	4
	O sistema de monitorização proposto permite que, através das rondas de monitorização e com recurso a equipamento informático ligado remotamente a uma central de tratamento de dados, se determine em tempo real a duração efectiva do estacionamento ao nível do	3



	lugar.	
	O sistema de monitorização proposto permite que, através das rondas de monitorização e com recurso a equipamento informático que armazena a informação, se determine, à posteriori, a duração efectiva do estacionamento ao nível do lugar fiscalizado. Os dados serão posteriormente carregados no sistema de monitorização.	2
	O sistema de monitorização proposto apenas contempla o registo manual da duração efectiva do estacionamento sem que haja recurso a equipamento informático de armazenamento de informação, sendo os dados posteriormente carregados no sistema de monitorização.	1

c) F2.3 - Métodos de pagamento do estacionamento

	DESCRIPTOR	PONTUAÇÃO
N.º de métodos de pagamento do estacionamento	A proposta contempla que serão disponibilizados mais de 3 métodos de pagamento distintos.	4
	A proposta contempla que serão disponibilizados 3 métodos de pagamento distintos.	3
	A proposta contempla que serão disponibilizados 2 métodos de pagamento distintos.	2
	A proposta contempla que será disponibilizado apenas pagamento com recurso a moedas.	1

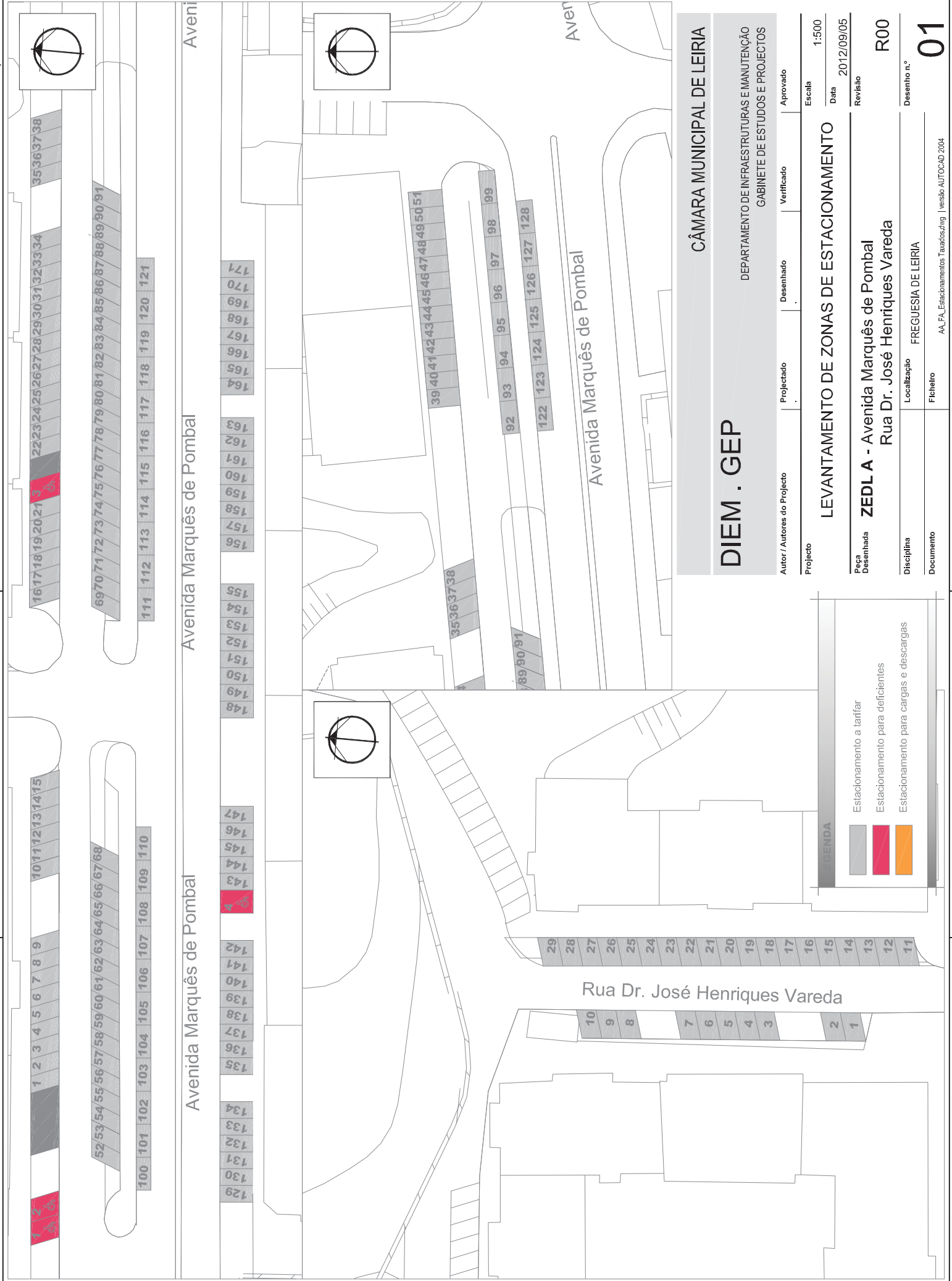
- i. Caso a proposta considere tipos de parquímetros com diferente número de métodos de pagamento será considerado para efeito de pontuação, o tipo de parquímetro que se preveja, estar representado em maior número no final de 24 meses após a data de assinatura do contrato.
- ii. Para aferição dos métodos de pagamento, apenas serão considerados os que se preveja estarem activos logo após a instalação do novo equipamento.

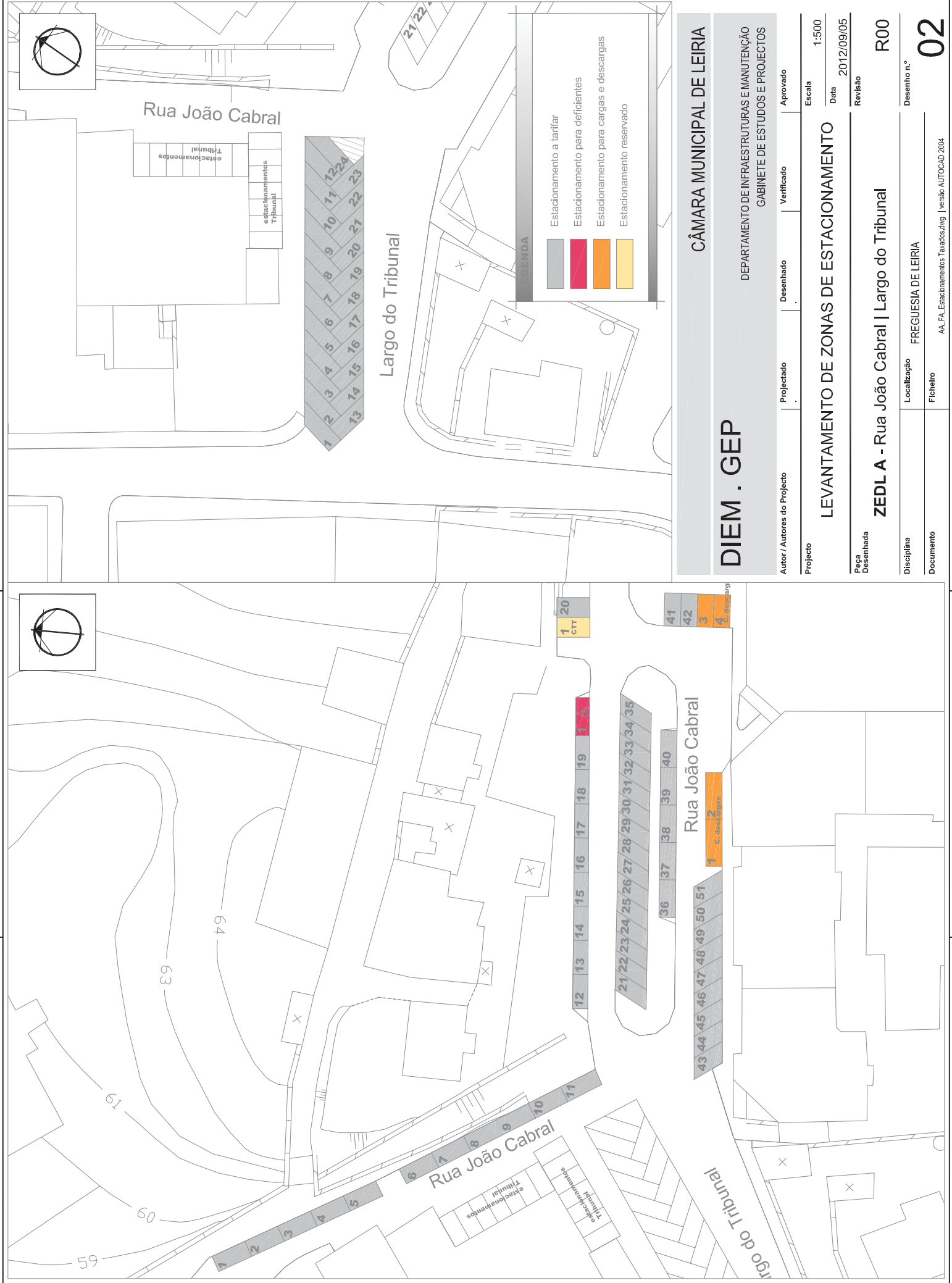
d) F2.4 – Alimentação dos parquímetros:

	DESCRIPTOR	PONTUAÇÃO
Alimentação dos parquímetros	Alimentação por meio de sistema de painel solar de 100 a 90% dos parquímetros a instalar e/ou substituir.	4
	Alimentação por meio de sistema de painel solar de 89 a 70% dos parquímetros a instalar e/ou substituir.	3
	Alimentação por meio de sistema de painel solar de 69 a 50% dos parquímetros a instalar e/ou substituir.	2
	Alimentação por meio de sistema de painel solar de 49% ou menos dos parquímetros a instalar e/ou substituir.	1

Cláusula 10.ª | Exclusão de propostas por falta de qualidade técnica

Serão excluídas as propostas que não apresentem um mínimo de 1 (um) ponto em todos os factores de qualidade e mérito técnico dos serviços.





CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

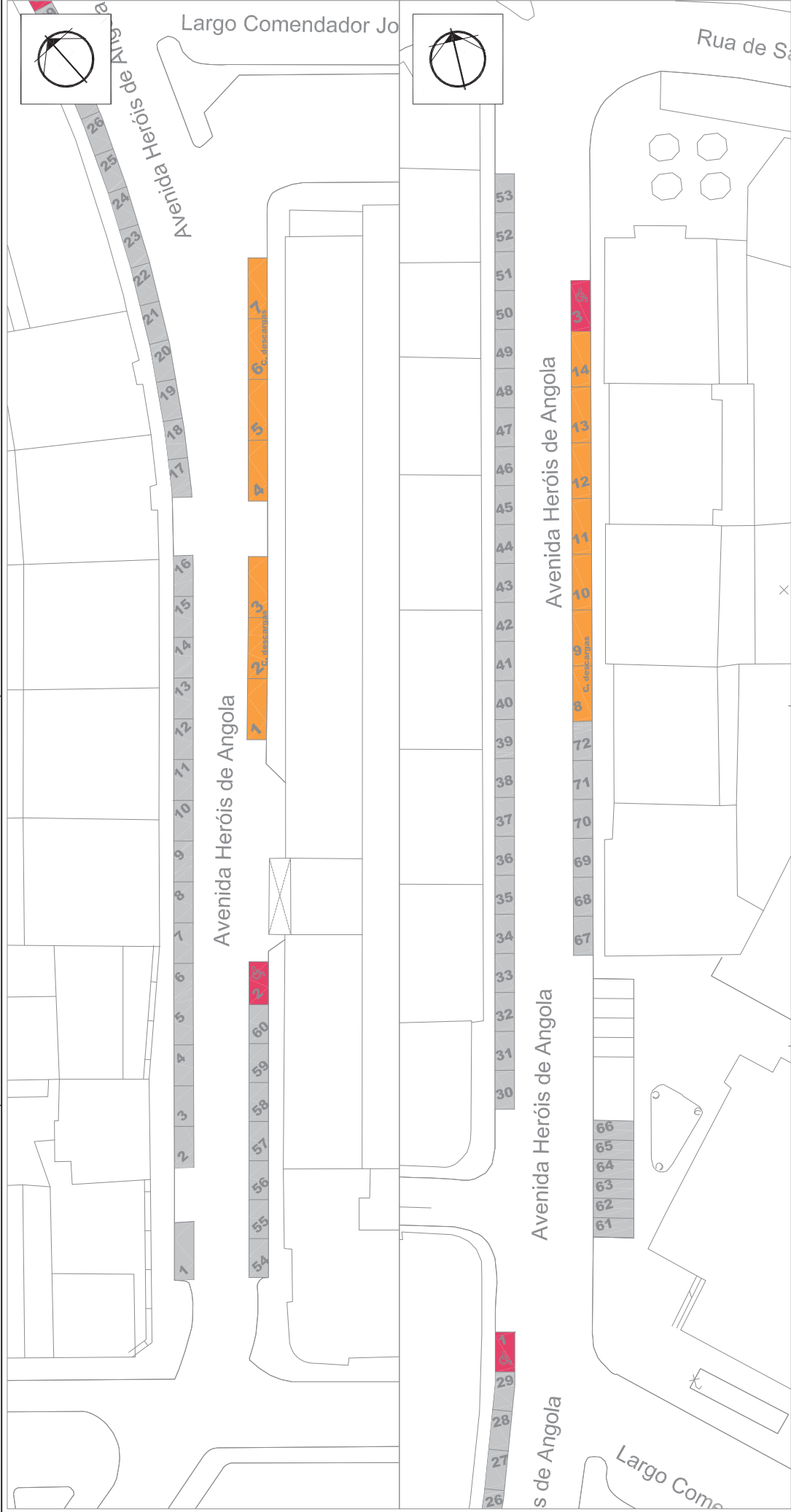
DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO
GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto	Projectado	Desenhado	Verificado	Aprovado
-----------------------------	------------	-----------	------------	----------

Projecto	Escala
LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO	1:500
Peça Desenhada	Data
2012/09/05	Revisão

Disciplina	Localização	Desenho n.º
Documento	Ficheiro	02
ZEDL A - Rua João Cabral Largo do Tribunal		R00
AA_FA_Estacionamentos Tavados.dwg versão AUTOCAD 2004		



LEGENDA			
<div></div>	Estacionamento a tarifir	<div></div>	Estacionamento para deficientes
<div></div>	Estacionamento para cargas e descargas	<div></div>	

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto	Projectado	Desenhado	Verificado	Aprovado
Projecto				
Escala 1:500				
Data 2012/09/05				
Revisão				

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

Peça Desenhada

ZEDL C - Avenida Heróis Angola

Disciplina

FREQUENCIA DE LEIRIA

Localização

Ficheiro

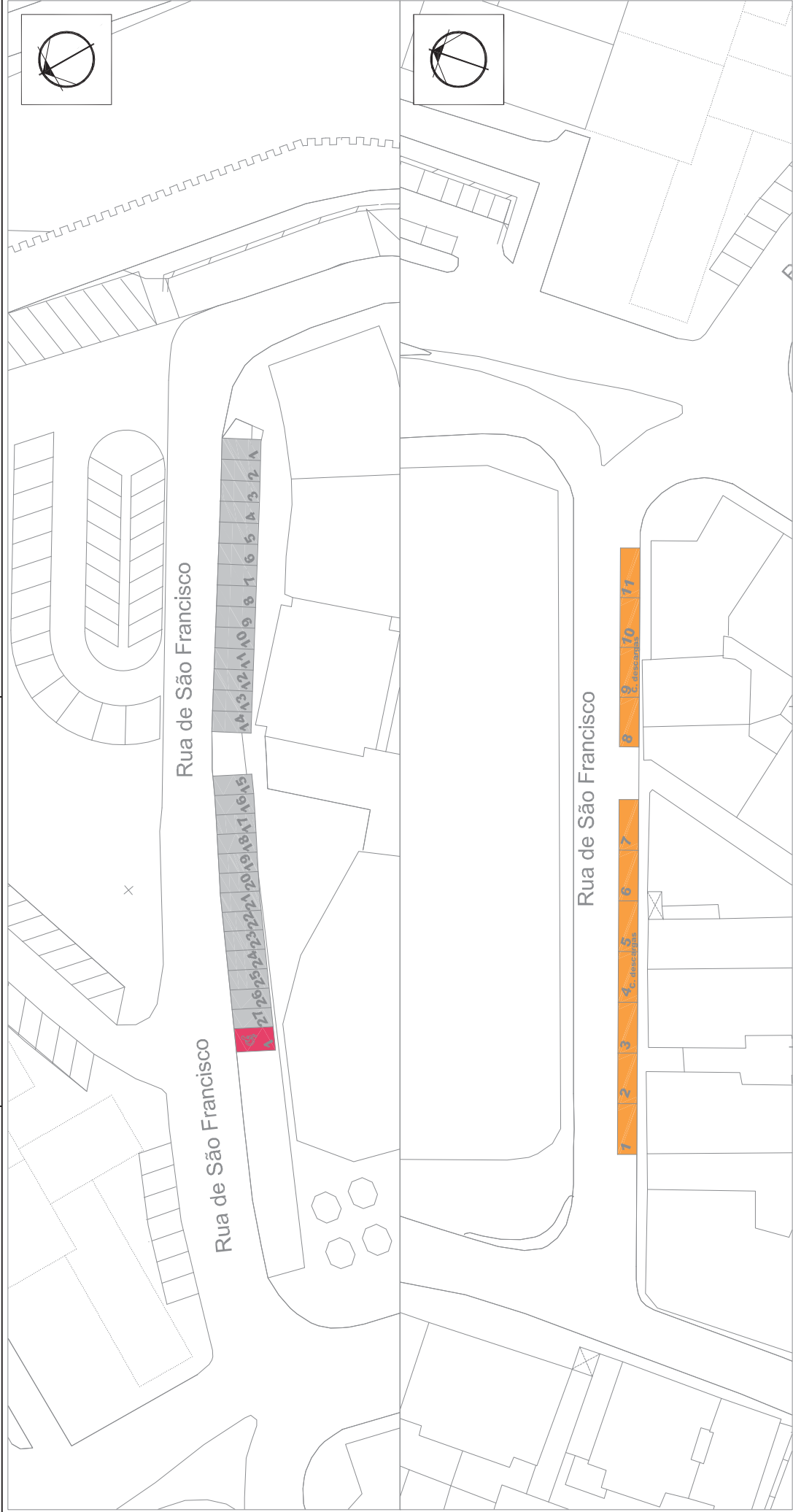
Documento

R00

Desenho n.º

03

AA_FA_Estacionamentos_Tavadascing | versão AUTOCAD 2004



CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto

Projectado

Verificado

Desenhado

Aprovado

Projecto

Escala

1:500

Data

2012/09/05

Revisão

Peça

Desenhada

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

ZEDL C - Rua de S. Francisco

R00

Disciplina

Localização

Freguesia de Leiria

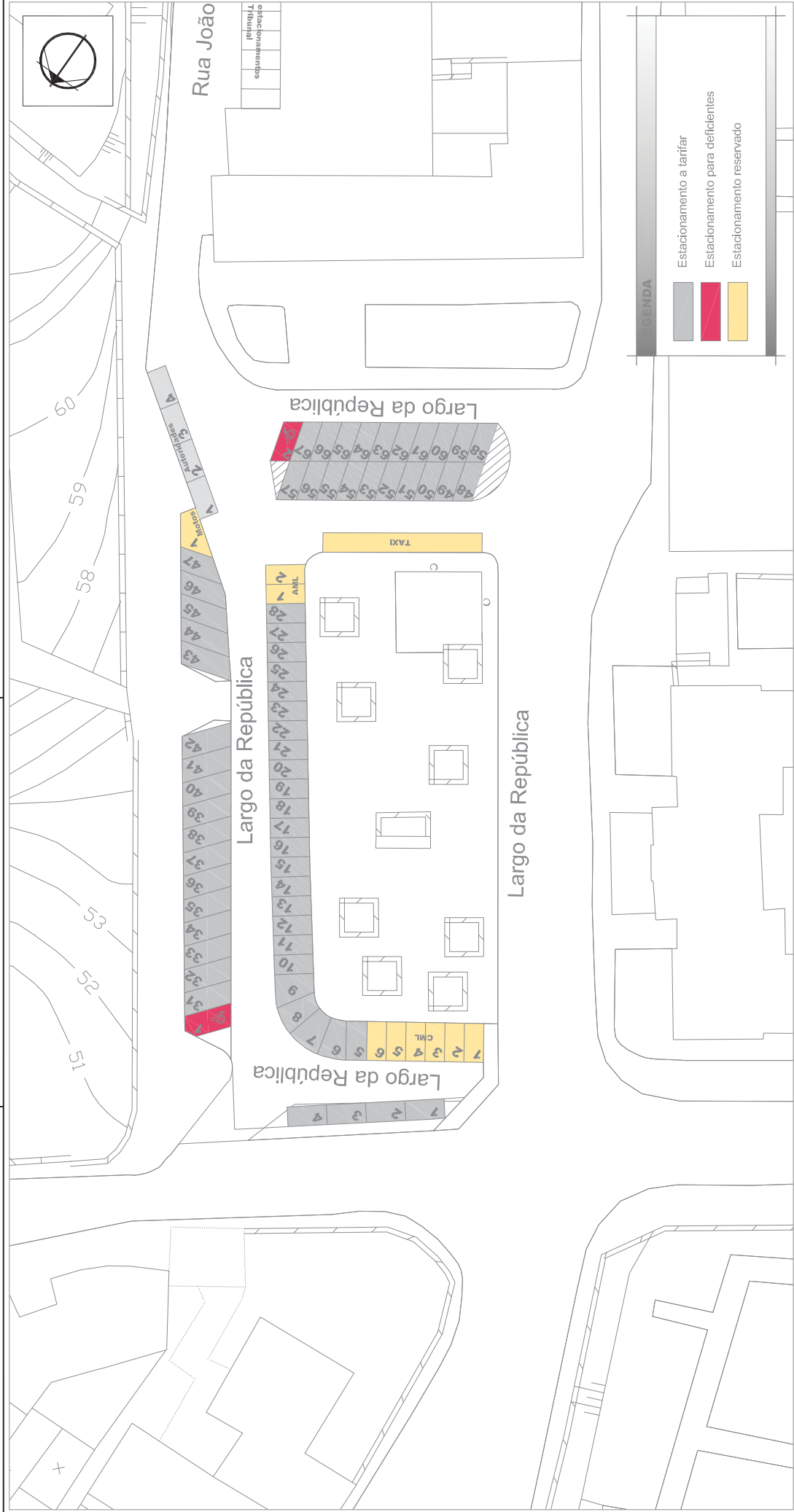
Documento

Ficheiro

AA_FA_Estacionamentos Tarifados.dwg | Versão AUTOCAD 2004

Desenho n.º

05



CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO
GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto	Projectado	Desenhado	Verificado	Aprovado
-----------------------------	------------	-----------	------------	----------

Projecto

Escala 1:500

Data 2012/09/05

Revisão

R00

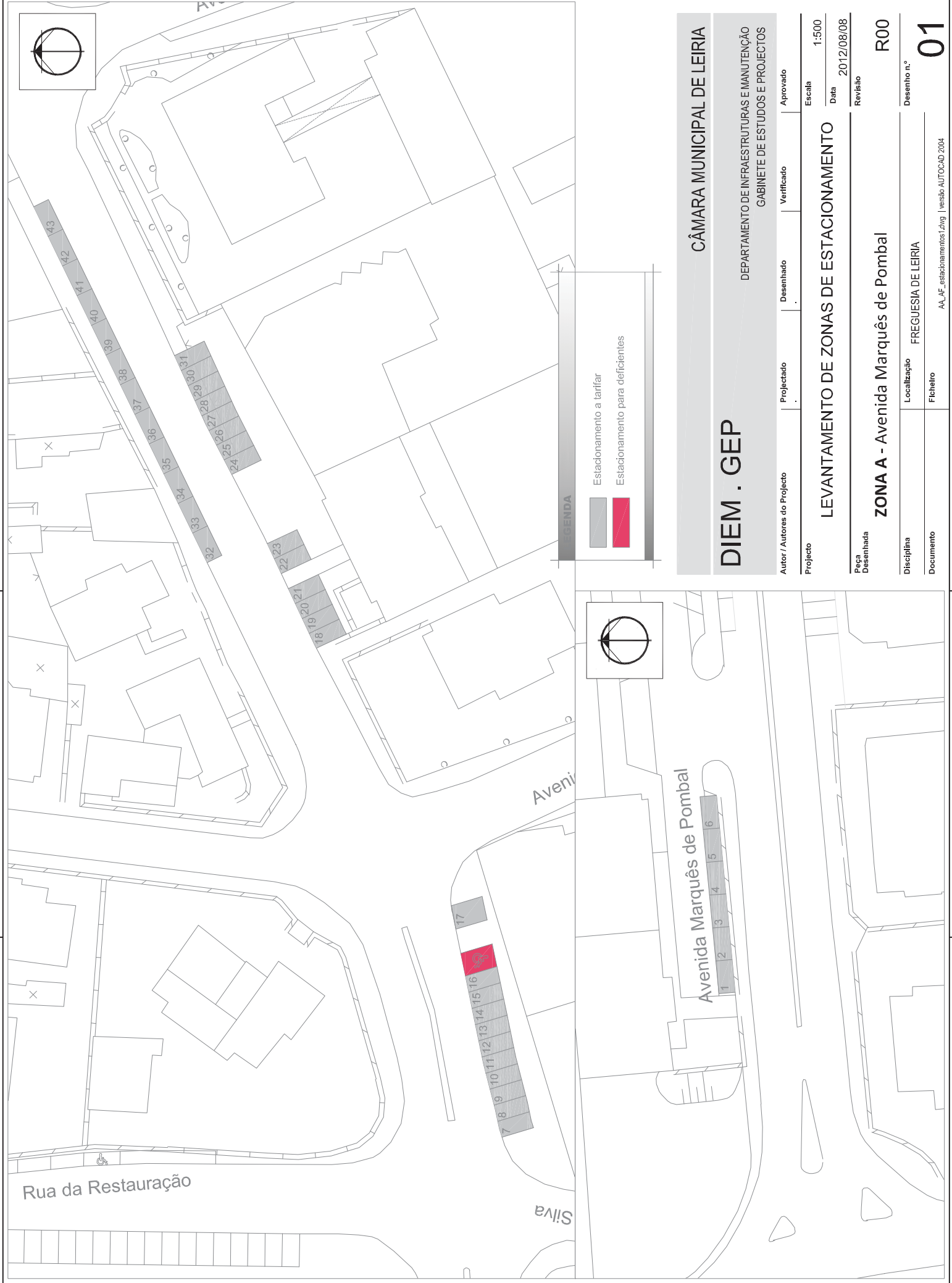
Desenho n.º

06

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

ZEDL ESTACIONAMENTO DOS PAÇOS DO CONCELHO
Largo da República

Disciplina	Localização	Ficheiro
Documento	FREGUESIA DE LEIRIA	AA_FA_Estacionamentos Tavados.dwg Versão AUTOCAD 2004



CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO
GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto	Projectado	Desenhado	Verificado	Aprovado
-----------------------------	------------	-----------	------------	----------

Projecto	Escala	1:500
Peça Desenhada	Data	2012/08/08
	Revisão	

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

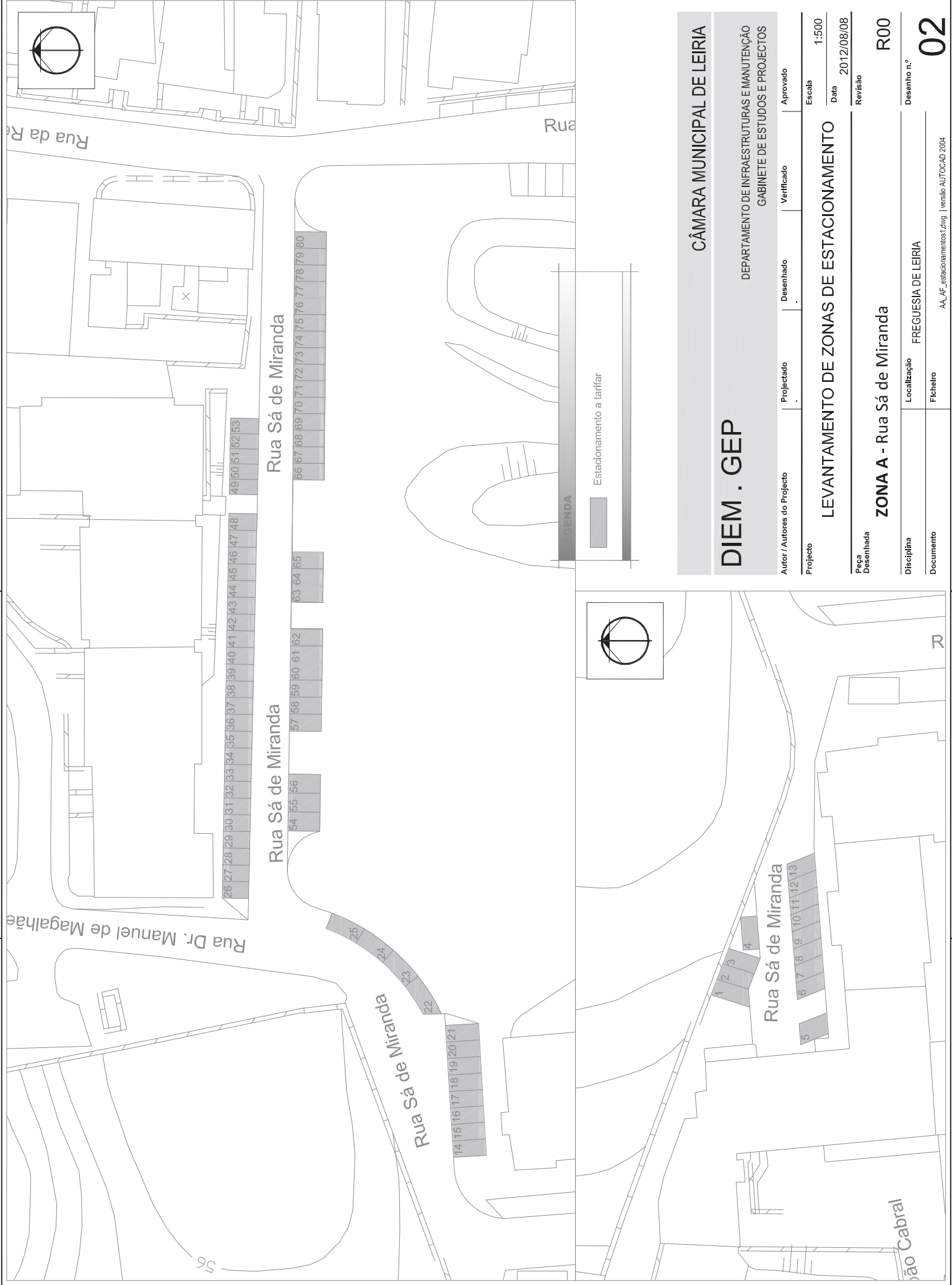
ZONA A - Avenida Marquês de Pombal

R00

Disciplina	Localização	Desenho n.º
Documento	Ficheiro	

AA_AF_estacionamentos (dwg) | versão AUTOCAD 2004

01



CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto	Projectado	Desenhado	Verificado	Aprovado
Projecto				

Escala

1:500

Data

2012/08/08

Revisão

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

Peça

Desenhada

Disciplina

Documento

Localização

Ficheiro

Desenho n.º

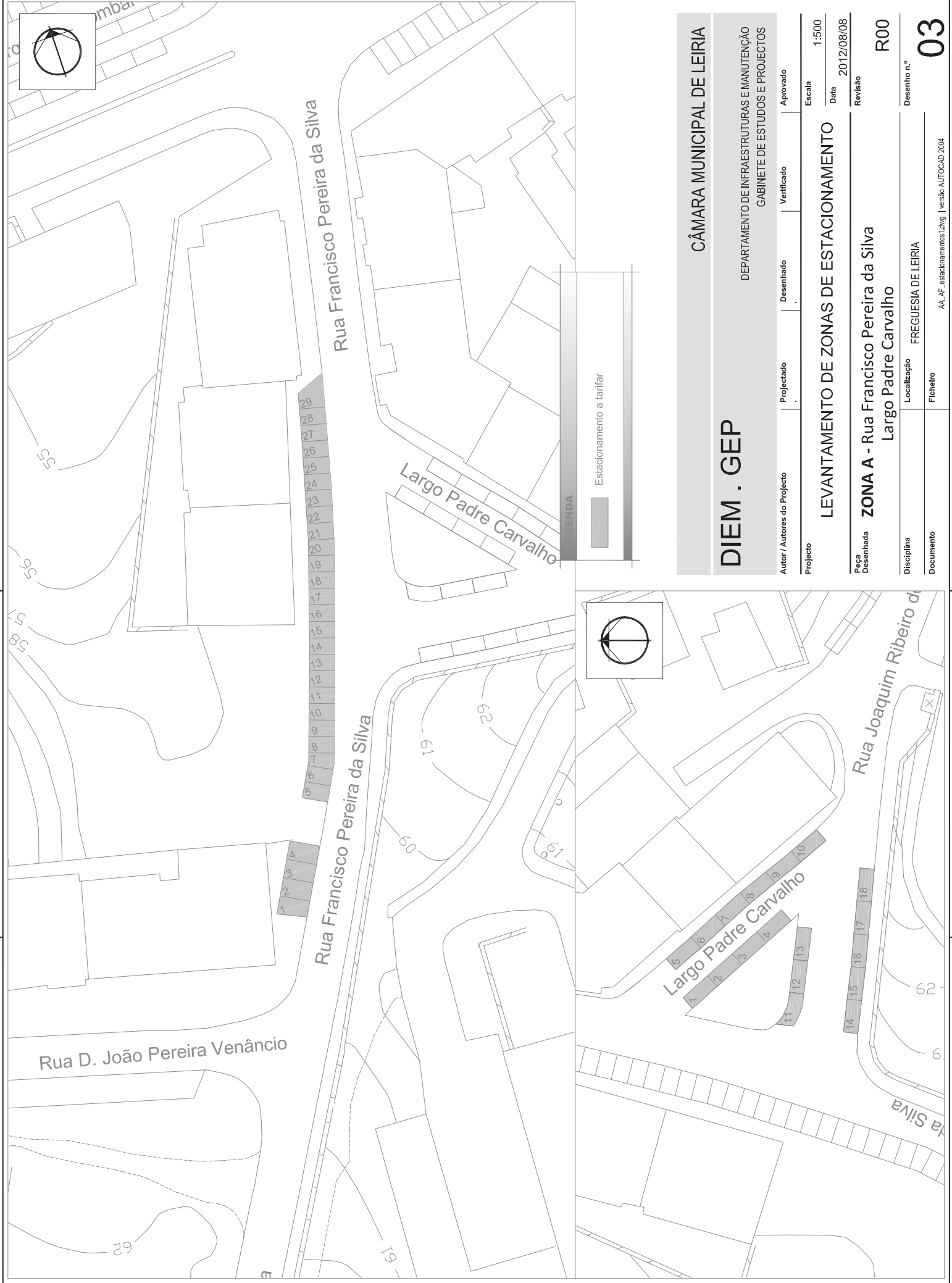
AA_AF_estacionamentos (dwg) | Versão AUTOCAD 2004

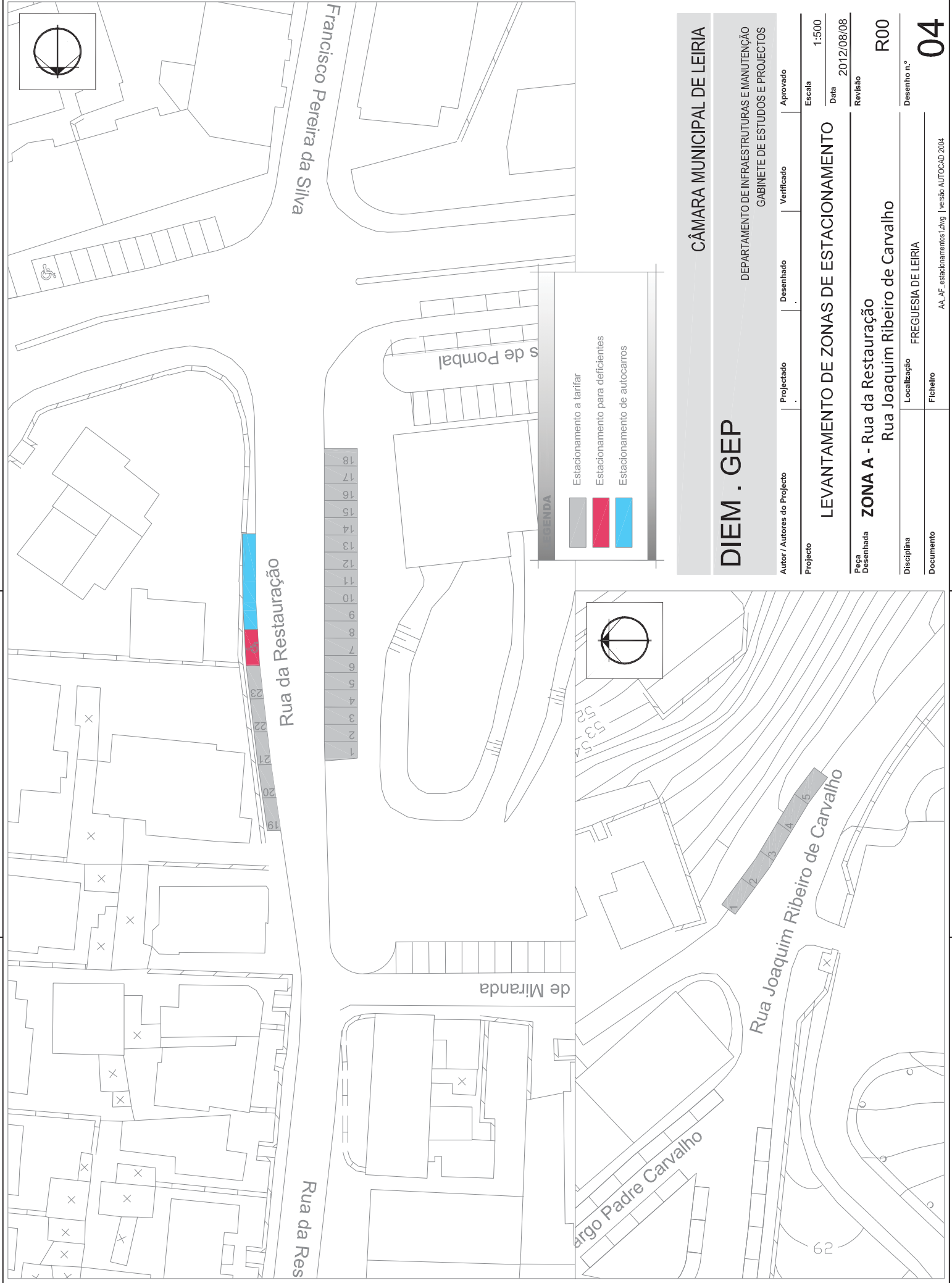
ZONA A - Rua Sá de Miranda

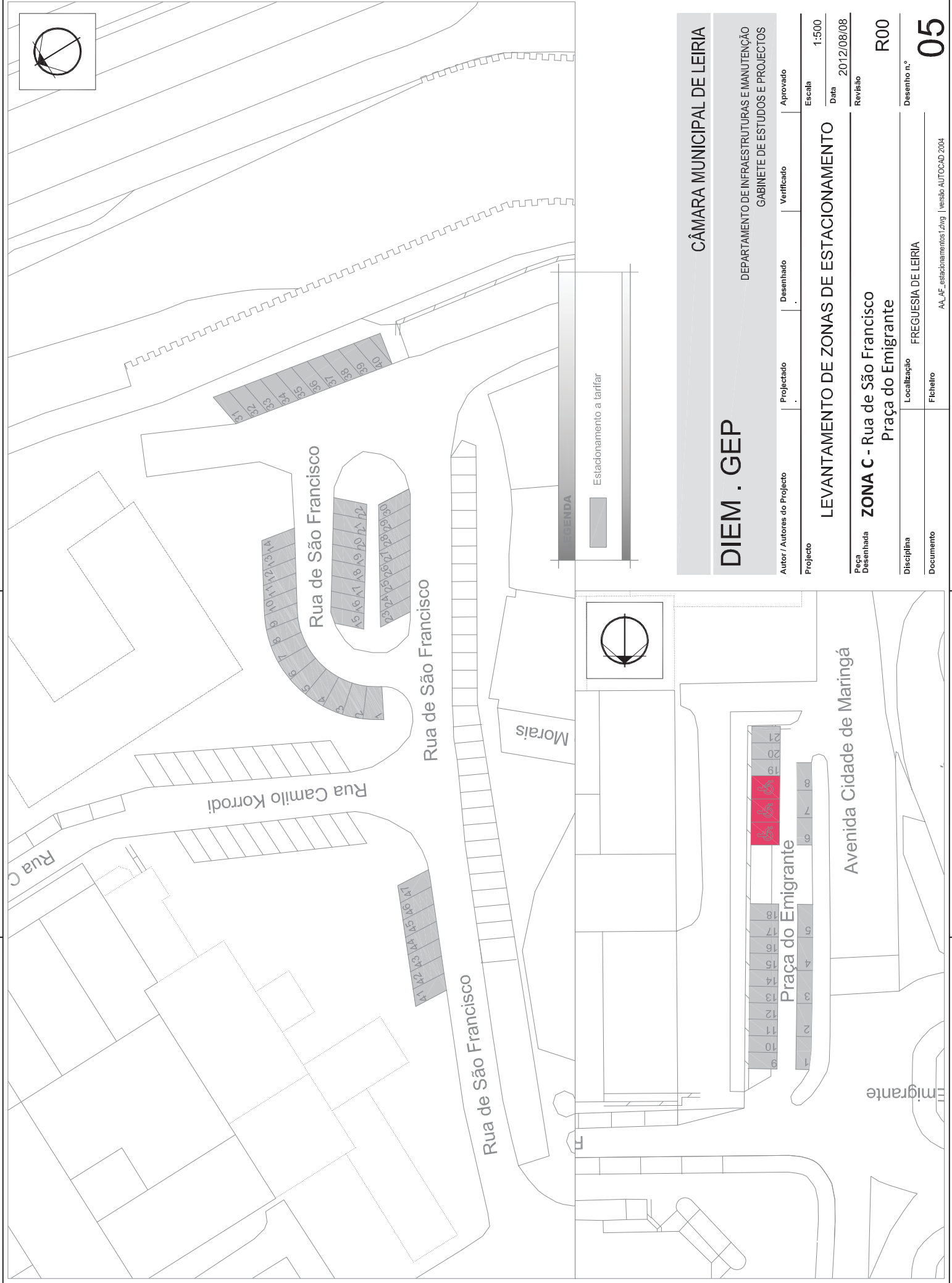
FREGUESIA DE LEIRIA

R00

02







CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto

Projectado

Desenhado

Verificado

Aprovado

Projecto

Escala

1:500

Data

2012/08/08

Revisão

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

Praça

Desenhada

ZONA C - Rua de São Francisco

Praça do Emigrante

Disciplina

Localização

FREGUESIA DE LEIRIA

Documento

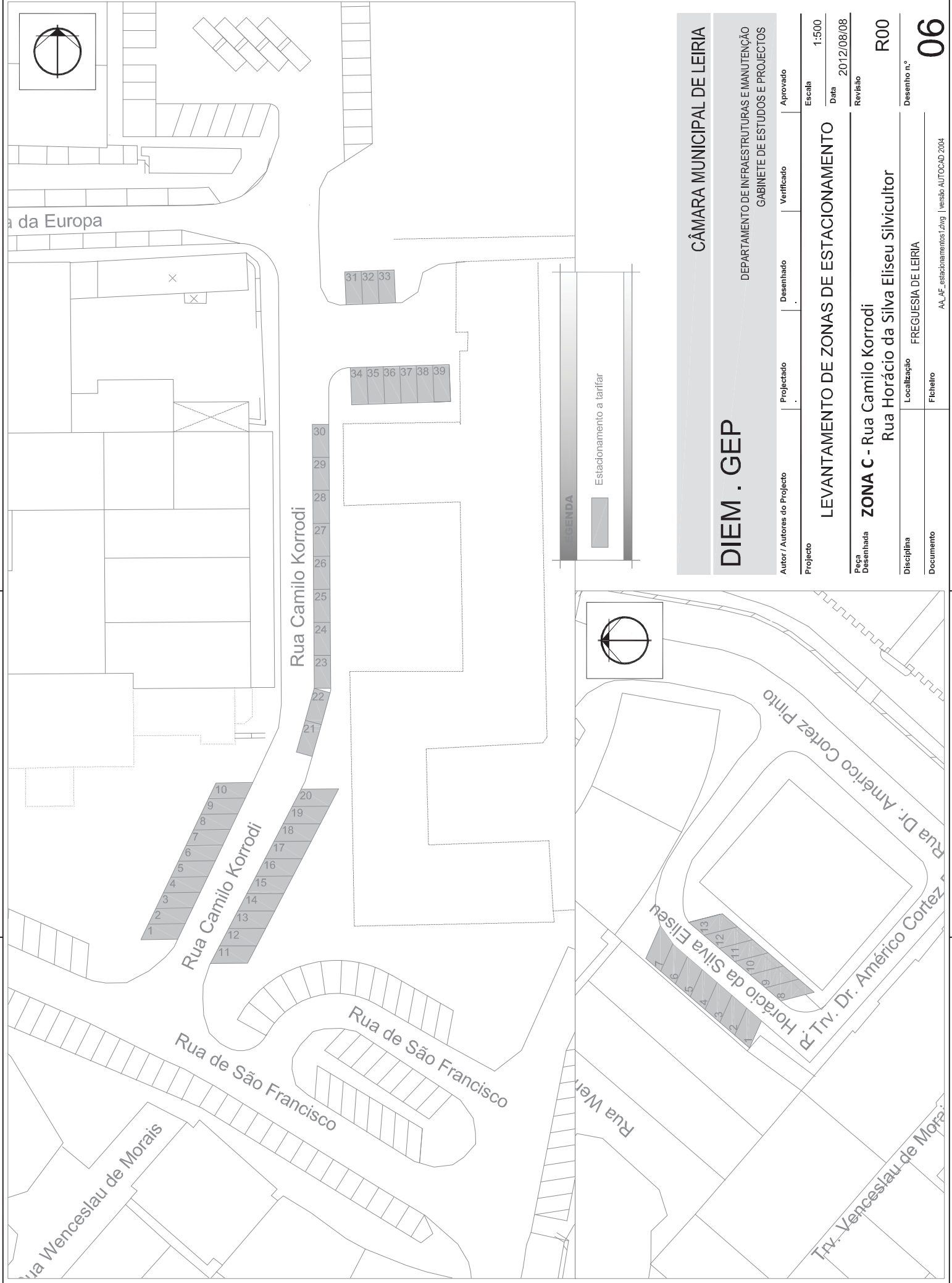
Ficheiro

Desenho n.º

R00

AA_AF_estacionamentos (dwg) | versão AUTOCAD 2004

05



CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO
GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto	Projectado	Desenhado	Verificado	Aprovado
-----------------------------	------------	-----------	------------	----------

Projecto

Escala

1:500

Data

2012/08/08

Revisão

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

Peça Desenhada **ZONA C - Rua Camilo Korrodi**

Rua Horácio da Silva Eliseu Silvicultor

R00

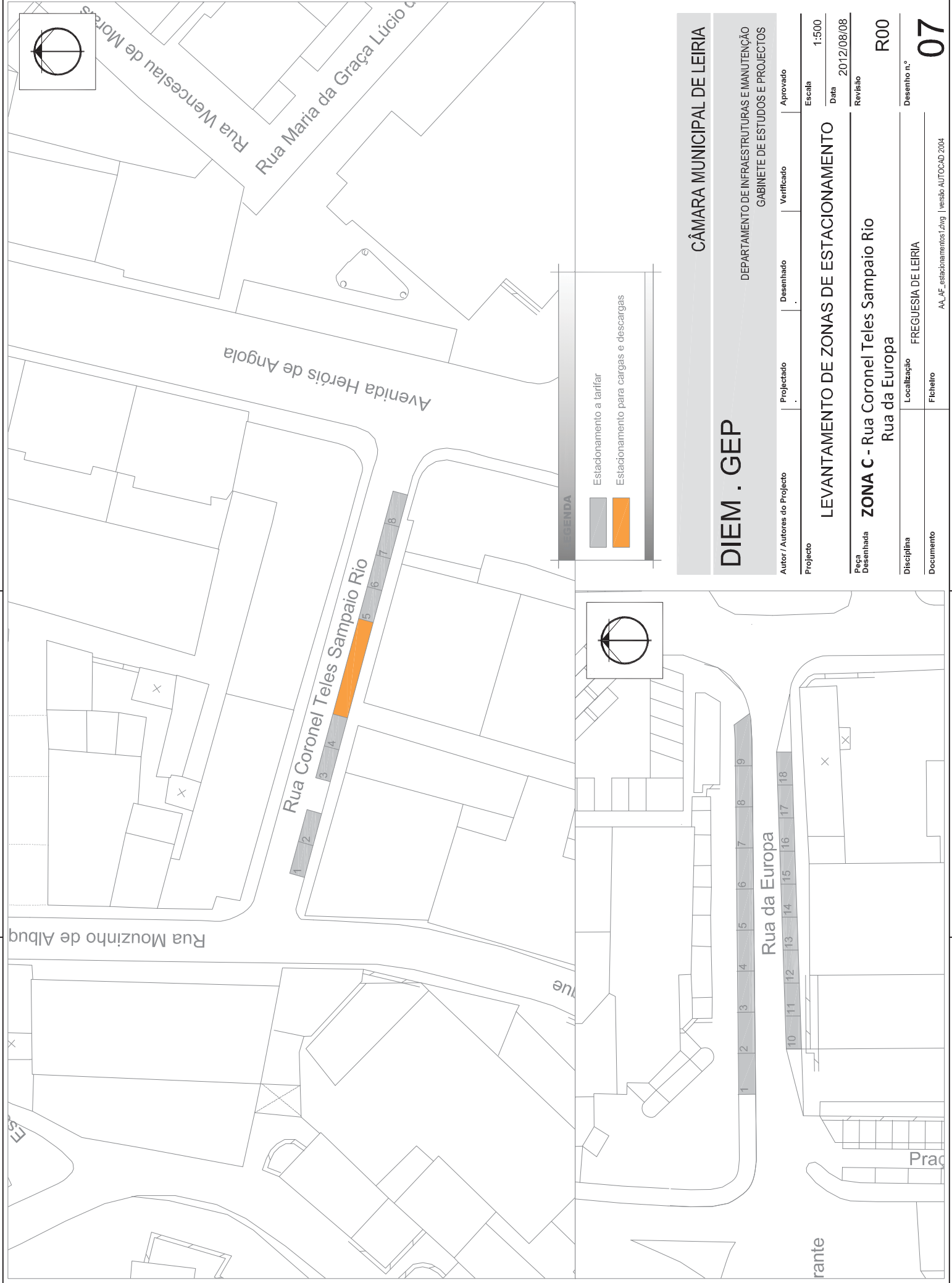
Disciplina Localização FREGUESIA DE LEIRIA

Documento Ficheiro

Desenho n.º

06

AA_AF_estacionamentos (dwg) | versão AUTOCAD 2004



CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO
GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto	Projectado	Desenhado	Verificado	Aprovado
Projecto				

Escala 1:500

Data 2012/08/08

Revisão

R00

Desenho n.º

07

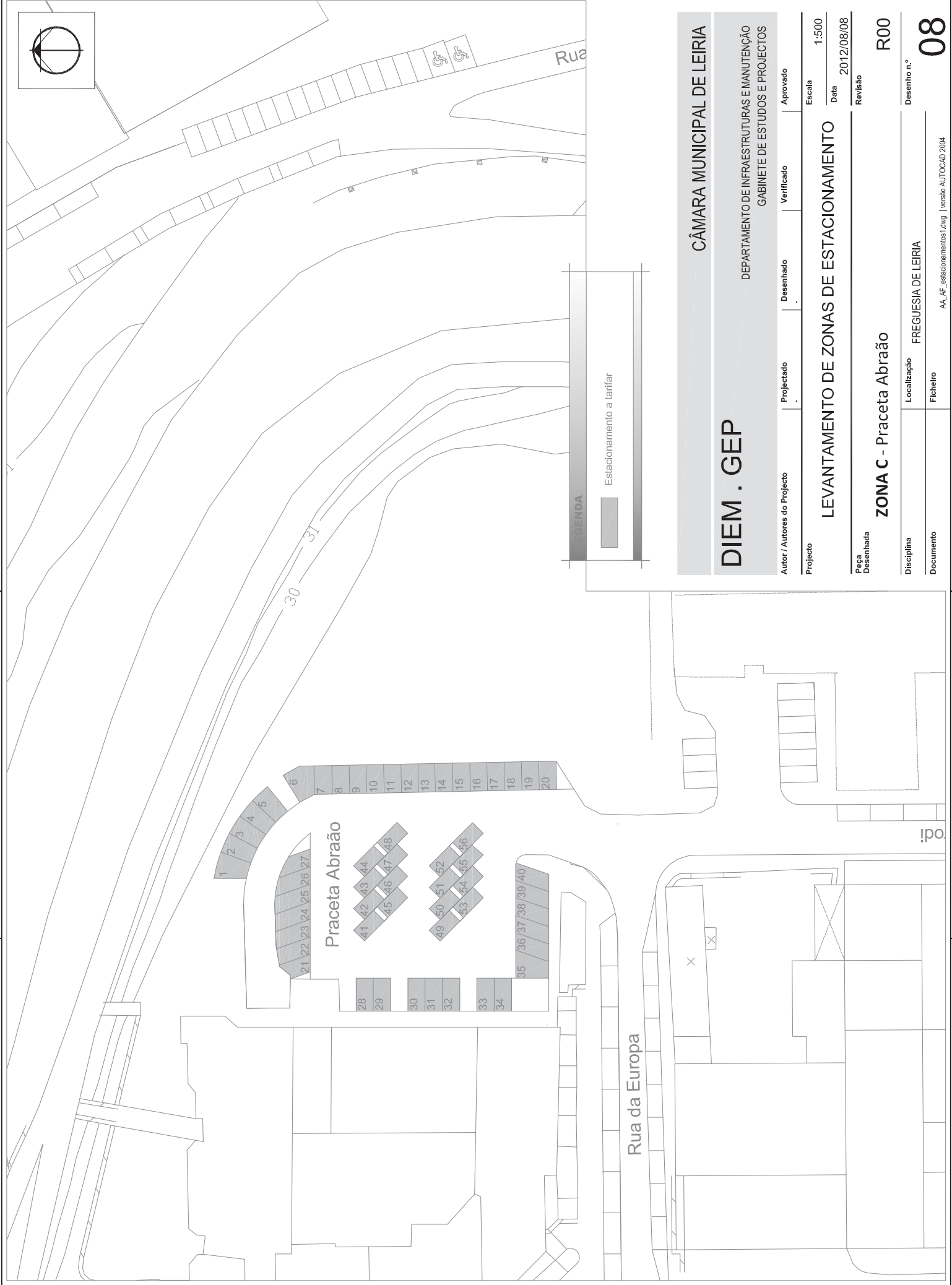
LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

ZONA C - Rua Coronel Teles Sampaio Rio

Rua da Europa

Localização FREGUESIA DE LEIRIA

Documento Ficheiro AA_AF_estacionamentos (dwg) | Versão AUTOCAD 2004



CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto

Projectado

Desenhado

Verificado

Aprovado

Projecto

Escala

1:500

Data

2012/08/08

Revisão

Peça

Desenhada

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

ZONA C - Praceta Abraão

R00

Disciplina

Localização

Freguesia de Leiria

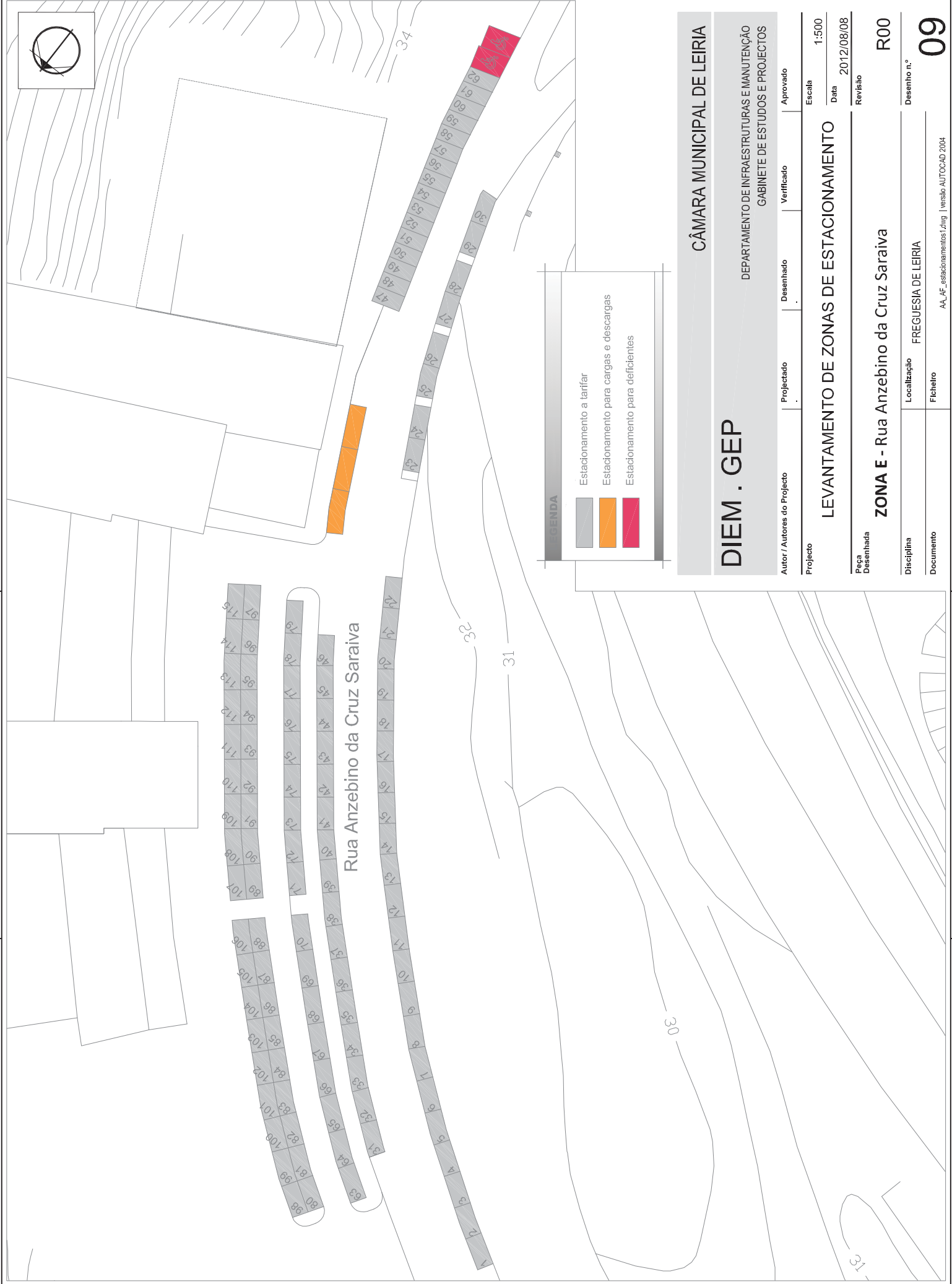
Documento

Ficheiro

AA_AF_estacionamentos (dwg) | Versão AUTOCAD 2004

Desenho n.º

08



CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO
GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto	Projectado	Desenhado	Verificado	Aprovado
-----------------------------	------------	-----------	------------	----------

Projecto

Escala

1:500

Data

2012/08/08

Revisão

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

ZONA E - Rua Anzebino da Cruz Saraiva

R00

Disciplina

Localização

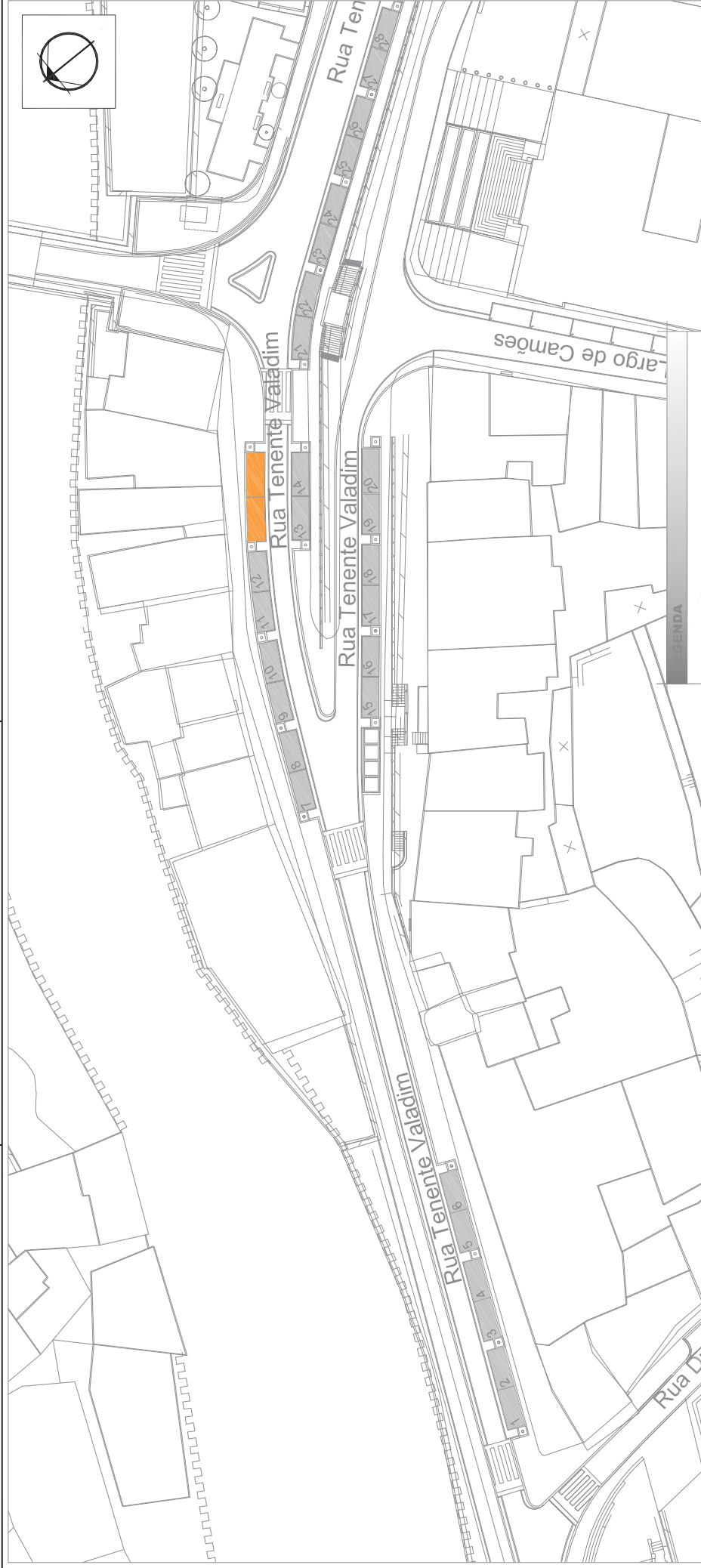
Ficheiro

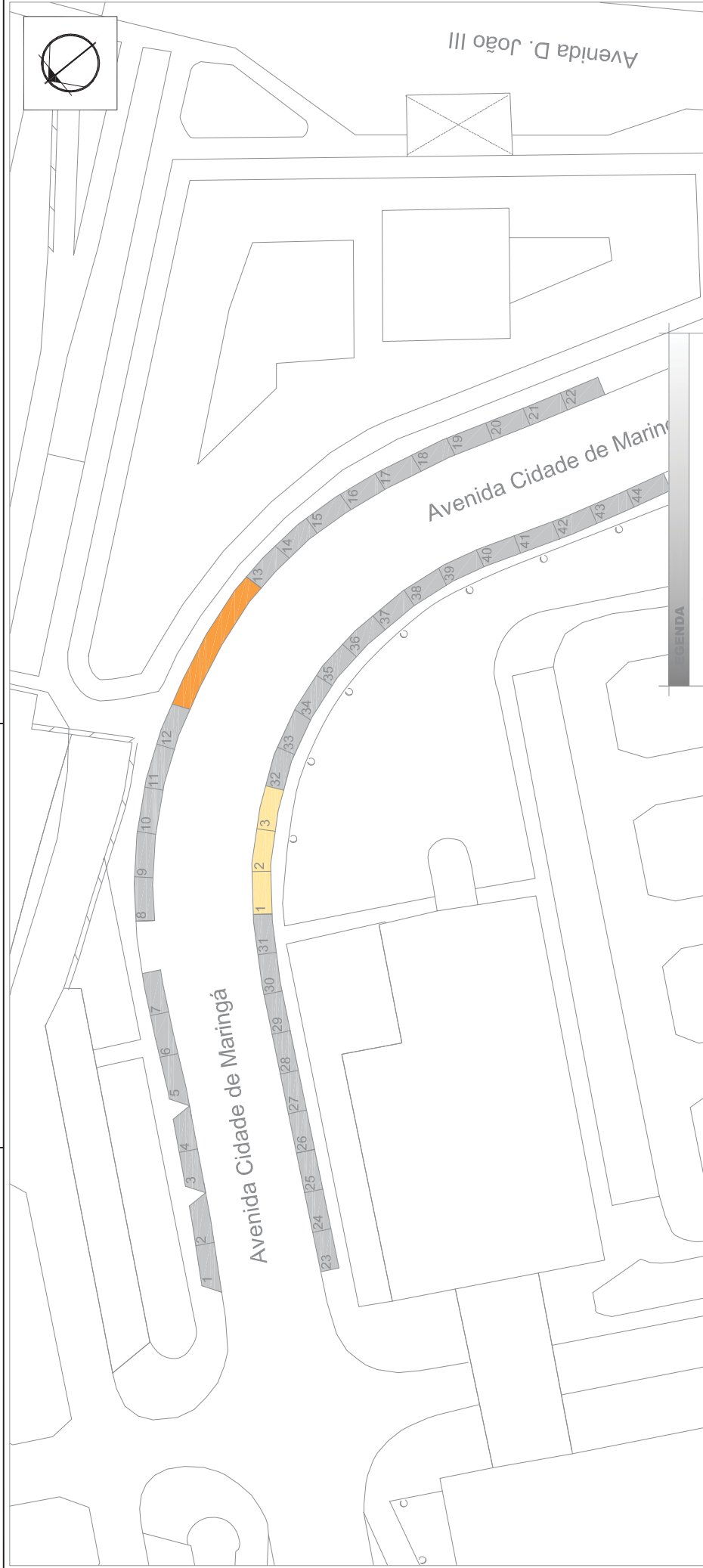
Desenho n.º

FREGUESIA DE LEIRIA

AA_AF_estacionamentos (dwg) | Versão AUTOCAD 2004

09





CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto

Projectado

Desenhado

Verificado

Aprovado

Projecto

Escala

1:500

Data

2012/08/08

Revisão

Peça

Desenhada

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

REVISÃO

R00

Disciplina

Localização

FREQUENCIA DE LEIRIA

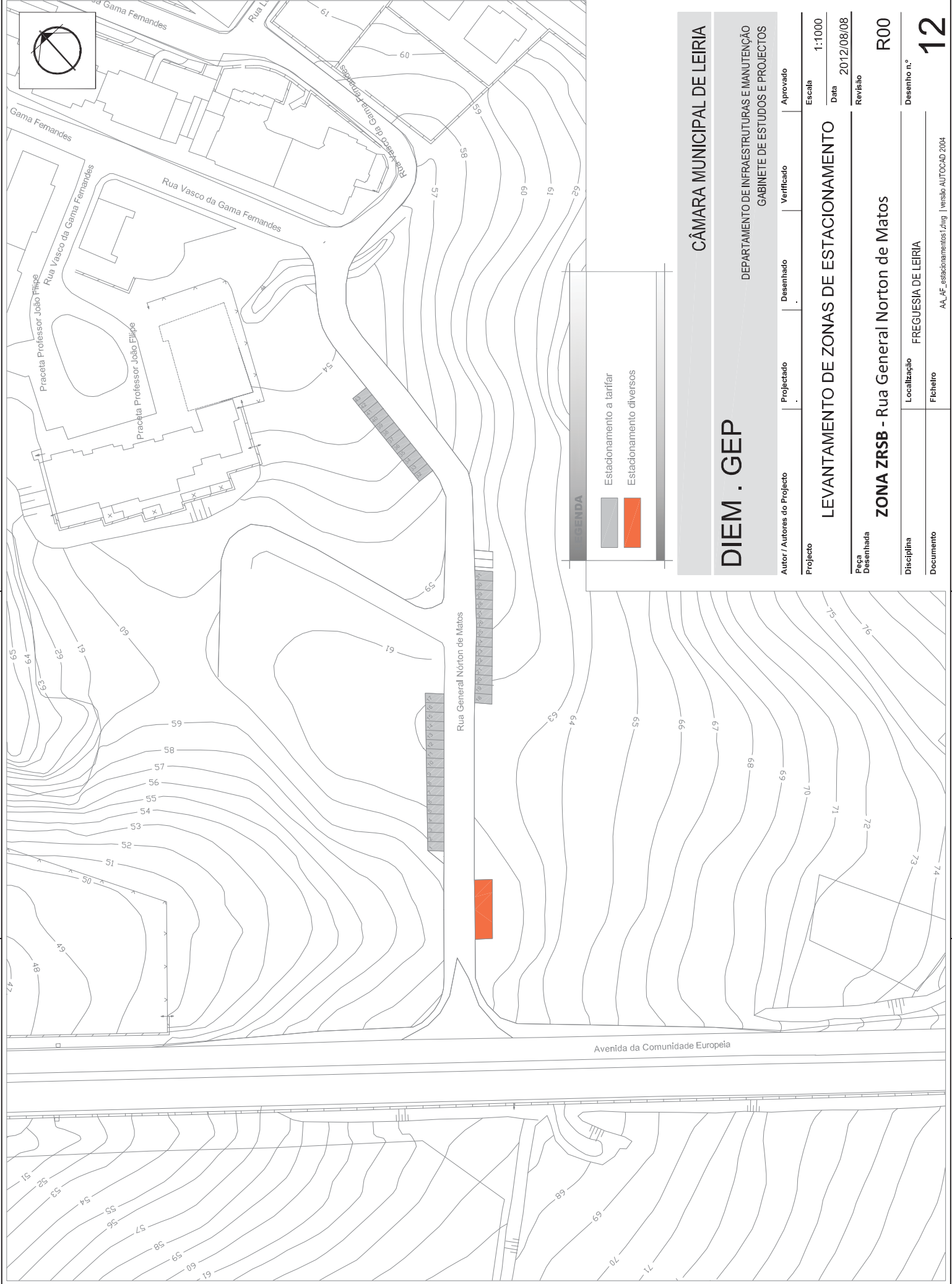
Desenho n.º

11

Documento

Ficheiro

AA_AF_estacionamentos (dwg) | Versão AUTOCAD 2004



CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO
GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto	Projectado	Desenhado	Verificado	Aprovado
Projecto				

Escala	1:1000
Data	2012/08/08
Revisão	

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

Peça Desenhada	ZONA ZRSB - Rua General Norton de Matos	R00
----------------	---	-----

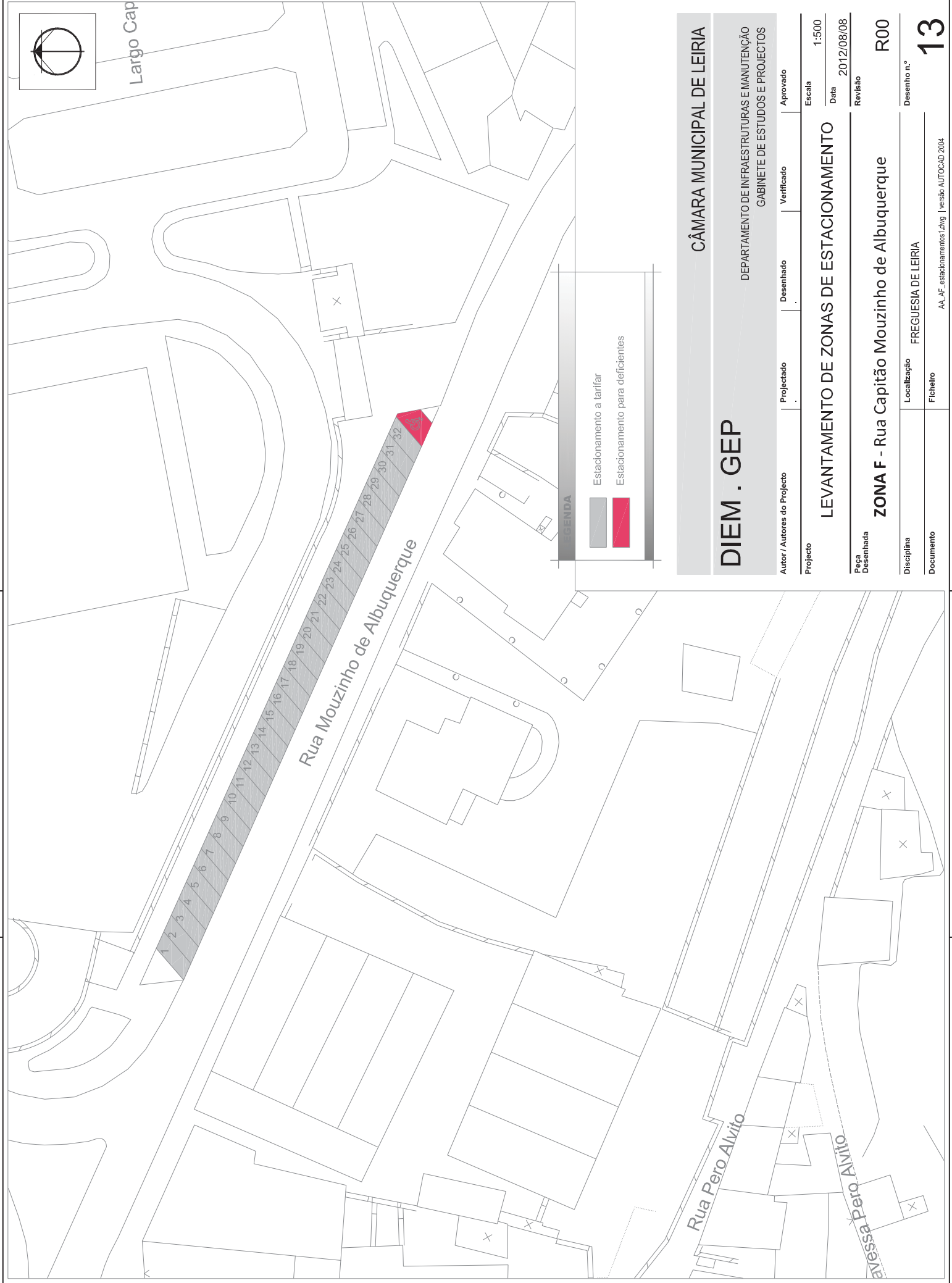
Localização

Disciplina	FREGUESIA DE LEIRIA
Documento	Ficheiro

Desenho n.º

12

AA_AF_estacionamentos (dwg) | versão AUTOCAD 2004



Largo Cap

Rua Mouzinho de Albuquerque

Rua Pero Alvito

Avenida Pero Alvito

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

DIEM . GEP

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO
GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS

Autor / Autores do Projecto	Projectado	Desenhado	Verificado	Aprovado
-----------------------------	------------	-----------	------------	----------

Projecto	Escala	1:500
Peça	Data	2012/08/08
Desenhada	Revisão	

LEVANTAMENTO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO

ZONA F - Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque

R00

Disciplina	Localização	Desenho n.º
Documento	Ficheiro	
		AA_AF_estacionamentos (dwg) Versão AUTOCAD 2004

CONSTRUÇÃO DA PONTE PEDONAL DE LIGAÇÃO DA RUA TENENTE VALADIM AO JARDIM DA
VALA REAL E AO LARGO DA ANTIGA PONTE DOS TRÊS ARCOS

ASSUNTO: ERROS E OMISSÕES APRESENTADOS

Para uma melhor percepção e entendimento, informamos o seguinte:

- 1 – A classe de aço pretendida, conforme o descrito no artigo 1 “Estrutura Metálica” é a constante no mapa de quantidades de trabalho: S335 JR (Fe510B).
- 2 – No que respeita ao artigo 2 do mapa de quantidades de trabalho, é anexo à presente informação peça desenhada solicitada.
- 3 – Não existem infraestruturas na zona a intervir ou associadas a construções a demolir.

Os elementos constantes no processo de concurso definem de forma suficiente a obra a executar, propondo-se a aprovação da lista de erros e omissões e o mapa final de quantidades de trabalho, em anexo, não havendo alteração do preço base.

11-09-2012

X



Fernando dos Santos Almeida
DDIEM

(reg. subst)-sub.deleg.comp. edital 12/2012, de 13/02

Leiria, 11 de Setembro de 2012